



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS
CURSO DE MESTRADO**

**(NA) BEIRA (DO) RIO, (NA) BEIRA (DA) VIDA: GERAÇÕES DE PROTAGONISMO
NA (RE) INVENÇÃO DO PAPEL FEMININO EM PARNAÍBA**

MARCOS VINÍCIUS PACHÊCO SOUSA

AQUIDAUANA - MS

2025

MARCOS VINÍCIUS PACHÊCO SOUSA

**(NA) BEIRA (DO) RIO, (NA) BEIRA (DA) VIDA: GERAÇÕES DE PROTAGONISMO
NA (RE) INVENÇÃO DO PAPEL FEMININO EM PARNAÍBA**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre em Estudos
Culturais do Programa de Pós-Graduação em
Estudos Culturais da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana.

Linha de Pesquisa: Sujeitos e Linguagens.
Orientador: Prof. Dr. Alcides Freire Ramos.

AQUIDAUANA - MS

2025

MARCOS VINÍCIUS PACHÊCO SOUSA

**(NA) BEIRA (DO) RIO, (NA) BEIRA (DA) VIDA: GERAÇÕES DE PROTAGONISMO
NA (RE) INVENÇÃO DO PAPEL FEMININO EM PARNAÍBA**

Prof. Dr. Alcides Freire Ramos – UFMS/PPGCult
Orientador

Profa. Dra. Janete Rosa da Fonseca – UFMS/PPGCult
Avaliadora interna

Prof. Dr. Danilo Leite Moreira - UFMS
Avaliador externo

Profa. Dra. Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski - UEMS
Avaliadora externa

Profa. Dra. Iara Quelho de Castro – UFMS/PPGCult
Avaliadora suplente interna

Profa. Dra. Mirian Cristina de Moura Garrido - UNITAU
Avaliadora suplente externa

AGRADECIMENTOS

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei (...)

Cidade Negra.

A caminhada de quem está imerso em um curso de pós-graduação *stricto sensu* não se limita às exigências mentais. Elementos contextuais e circunstanciais desempenham papel decisivo na concretização de um projeto acadêmico, tornando o cotidiano do pesquisador repleto de exigências e obstáculos que ultrapassam o campo teórico.

Fazer ciência no Brasil não é nada fácil.

Todavia, primeiramente, agradeço à Deusa pela vida, por todas as oportunidades que tive ao longo desses anos de aprender, amadurecer e viver intensamente cada vez mais.

Aos meus animais (Snow, Lady, Pedro, Paçoca, Lua, Louro, Mafalda, Alfredo e João), todos eles, que se tornaram a minha família e me trouxeram mais leveza durante todo esse percurso, o meu muito obrigado. Eu amo vocês imensamente, pra sempre.

Aos meus amigos que contribuíram para a minha dissertação, por meio de um elogio verdadeiro, de palavras incentivadoras ou pelo simples fato de estarem presentes na minha vida – meu muitíssimo obrigado.

Um abraço caloroso à Mariana e Manuella, colegas de turma, pelo apoio de sempre.

Outro a Tallys Natan, ponto basilar da trajetória de formulação dessa tese.

Um de urso a pessoa que me apresentou o PPGCULT e me incentivou a fazer a inscrição no programa: Prof. Dr. Danilo Leite. Minha mais profunda gratidão por todo o incentivo e por acreditar no meu potencial.

À Prof.^a Dra. Janete Rosa, pela constante disponibilidade e pela ajuda generosa ao longo da minha trajetória. Sua paciência, dedicação e escuta atenta foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse.

Aos profissionais que fazem da UFMS um lugar tão acolhedor e prazeroso de conhecimento.

Ao professor Miguel, professora Iara, professor Aguinaldo, professor Fábio e aos demais professores que tive contato, desde tenra entrada; e aos servidores que me acompanharam e me ajudaram prontamente em todo o necessário, muita gratidão. Todas essas experiências agregaram muito na minha construção enquanto ser humano e eterno aprendiz.

Aos demais excepcionais doutrinadores que compuseram a suplência da minha banca, Prof. Dra. Mirian Garrido e Prof. Dra. Dulceli Tonet, registro minha profunda admiração e gratidão, não apenas pela competência acadêmica que lhes é inata, mas também pela inspiração que representam no meio científico e pedagógico.

Ainda, uma profunda estima ao meu professor e orientador Alcides. São mestres assim que acrescentam bastante no itinerário acadêmico dos alunos, preparando-os para a vida e somando a nível de crescimento pessoal.

Como todo encerrar de um ciclo, este é um instante de nostalgia, taciturnidade e expectativa.

Para o presente, muita gratidão e o sentimento de poder encerrar cada um desses ciclos da melhor forma possível; e para o futuro a esperança de fraternidade e o desejo sincero de ser a cada dia uma pessoa melhor.

Em suma, dedico esta tese a todas as pessoas (e animais, claro) que ao longo de minha vida amei, amo e amarei.

Por fim, a todos aqueles que não pude citar aqui, mas que contribuíram positivamente no decorrer desta trajetória, deixo aqui expresso o meu sentimento eterno de gratidão.

Às mulheres, pela resiliência.

A todas as pessoas LGBTQs, pela resistência.

Às travestis brasileiras, pela luta.

Tende piedade, Senhor, das mulheres chamadas vagabundas
Que são desgraçadas e são exploradas e são infecundas
Mas que vendem barato muito instante de esquecimento
E em paga o homem mata com a navalha, com o fogo, com o veneno.

(...)

Que saem à rua felizes, mas que sempre entram desgraçada
Que se crêem vestidas, mas que em verdade vivem nuas.

Vinícius de Moraes

“[...] ainda quando hoje em dia resulte quase imperceptível, o domínio sexual é, talvez, a ideologia mais profundamente arraigada que se encontra na nossa cultura, por cristalizar nela o conceito mais elementar de poder”. (MILLETT, 1971)

PACHÊCO, Marcos Vinícius Sousa. **(Na) Beira (do) rio, (na) beira (da) vida: gerações de protagonismo na (re) invenção do papel feminino em Parnaíba**. 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Campus de Aquidauana, Aquidauana-MS, 2025.

RESUMO

Este estudo investiga a representação das experiências femininas e a dinâmica social das populações marginalizadas que habitavam as proximidades do rio Parnaíba, em um período de intensas alterações urbanísticas e culturais. A partir da análise da obra *Beira Rio Beira Vida*, de Assis Brasil, propõe-se uma investigação sobre as vivências das mulheres em contextos de exclusão, observando como suas trajetórias se entrelaçam com as mudanças no ambiente urbano e nas dinâmicas sociais locais. A narrativa permite examinar os modos pelos quais essas personagens desafiam expectativas impostas, ressignificam seus papéis e ocupam posições de resistência e reinvenção diante das estruturas vigentes. Dessa forma, o deslocamento das prostitutas e a presença das habitações precárias foram percebidos pelas autoridades como um obstáculo à imagem de modernidade desejada para a cidade, sendo tratadas como questões a serem regulamentadas e afastadas dos circuitos mais visíveis da urbe. Nesse contexto, políticas de controle e fiscalização da circulação feminina e das atividades relacionadas ao comércio sexual foram intensificadas. A investigação da narrativa revela, ainda, uma sociedade rigidamente estratificada, em que o protagonismo das mulheres, especialmente das prostitutas, emerge como resistência e sobrevivência frente à exclusão econômica e ao estigma social. Assim, a história é conduzida por meio das memórias de Luíza, personagem central que articula vivências pessoais com a paisagem social e cultural da cidade, conferindo à narrativa uma dimensão íntima e reflexiva sobre o papel das mulheres em espaços de marginalização.

Palavras-chave: História e Literatura; Parnaíba; Assis Brasil; Prostituição; Exclusão social; Gênero e marginalidade.

PACHÊCO, Marcos Vinícius Sousa. **(On) The riverbank, (on) the edge of life: generations of leadership in the (re) invention of the female role in Parnaíba.** 2025. Dissertation (Master's Degree) – Federal University of Mato Grosso do Sul – UFMS, Aquidauana, 2025.

ABSTRACT

This study investigates the representation of women's experiences and the social dynamics of marginalized populations living near the Parnaíba River during a period of intense urban and cultural transformation. Through an analysis of the novel *Beira Rio Beira Vida* by Assis Brasil, it explores how female experiences in contexts of exclusion intersect with changes in the urban landscape and local social dynamics. The narrative enables an examination of how these characters challenge imposed expectations, redefine their roles, and claim spaces of resistance and reinvention within prevailing structures. In this process, the displacement of sex workers and the presence of precarious housing were perceived by authorities as obstacles to the modern image envisioned for the city, being addressed as issues to be regulated and removed from the more visible circuits of urban life. In this context, policies of control and surveillance over women's mobility and activities related to sex work were intensified. The analysis of the narrative also reveals a rigidly stratified society, in which the agency of women—especially sex workers—emerges as a form of resistance and survival in the face of economic exclusion and social stigma. The story unfolds through the memories of Luíza, the central character, who interweaves her personal experiences with the city's social and cultural landscape, giving the narrative an intimate and reflective dimension on the role of women in marginalized spaces.

Palavras-chave: History and Literature; Parnaíba; Assis Brasil; Prostitution; Social exclusion; Gender and marginality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Testemunhas da cidade: figuras femininas na vitrine do tempo; Rua João Pessoa, atual Avenida Presidente Getúlio Vargas, no início do século XX	13
Figura 2 - O Centro da cidade de Parnaíba em meados dos anos 1930	24
Figura 3 - O cais da cidade durante o mesmo período	25
Figura 4 – Construção da Ponte Simplício Dias, em Parnaíba, em meados dos anos 1970	52
Figura 5 – Vista da Rua Grande, em meados dos anos 1910, da sacada do prédio onde funciona hoje a escola Colégio Dez, onde estudei o Ensino Médio	56
Figura 6 – Lavadeiras exercendo ofício à beira do Igaraçu, em meados dos anos 1950	69
Figura 7 – Praça da Graça em meados da década de 1940, o passeio público da elite citadina onde Cremilda tentou residir	66
Figura 8 – Vista da Rua Grande, em meados dos anos 1930	69
Figura 9 – Pérgola no centro da Praça da Graça e antigo prédio do Banco do Brasil ao fundo, durante a década de 1950	73
Figura 10 – Vista aérea das margens do Igaraçu em meados dos anos 1970	78
Figura 11 – Vista da Rua Grande, no centro da cidade, em meados dos anos 1920	80
Figura 12 – Bloco de carnaval em frente ao no Cassino 24, em meados dos anos 1940	82
Figura 13 – Desfile cívico de 7 de setembro do colégio Nossa Senhora das Graças, em meados da década de 1940	84
Figura 14 – Praça da Graça, dividida ao meio por uma rua de duas vias formando a Praça da Graça e o Largo do Rosário, durante a década de 1930 ...	86
Figura 15 – O cais de Parnaíba, palco dos acontecimentos da obra, em meados dos anos 1950	91
Figura 16 – O Porto Salgado durante as inundações da década de 1940	92
Figura 17 – Evento à beira do Igaraçu em que os habitantes da cidade visitaram o espaço do cais, em meados da década de 1950	94
Figura 18 – Embarcações descarregando embarcação no Porto Salgado, em meados da década de 1950	96

Figura 19 – O final da Rua Grande na altura do limite entre a cidade e o cais, em meados da década de 1960	96
Figura 20 – Chegada de marinheiros ao cais com casebres evidenciados ao fundo, em meados da década de 1950	99
Figura 21 – O cais de Parnaíba, onde se passa a narrativa de Assis Brasil, em meados da década de 1940	111
Figura 22 – O cais de Parnaíba, cenário evidenciado da “sina do cais”, em meados da década de 1940	128
Figura 23 – Praça da Graça com o coreto rodeado de palmeiras imperiais, em meados da década de 1940	131
Figura 24 – Artigo de Ailton Vasconcelos sobre o apagamento da história de Parnaíba, em meados da década de 1990	134
Figura 25 – Ruínas do espaço do cais, em fotografia atual, mera penumbra do que fora outrora	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. VIDAS À BEIRA: ESTIGMA E (RE) INVENÇÃO DO PAPEL FEMININO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	14
1.1 De objeto a sujeito: corpo e gênero como espaço de dominação e os modelos de conduta que os moldaram	16
1.2 A rua vis-à-vis o altar: a prostituição feminina como objeto de controle moral e social	29
1.3 Meretrício e memória: a prostituição e a produção de saberes femininos no Brasil	40
2. A CIDADE MARGINAL EM BEIRA RIO, BEIRA VIDA: OS REFLEXOS DA SOCIEDADE NA LITERATURA DE ASSIS BRASIL	51
2.1 A cidade que leio e habito: o urbano, o humano e o invisível	54
2.2 Entre literatura e denúncia social: uma análise introdutória à obra	57
2.3 A cidade e o rio como retrato da Parnaíba do Século XX: a obra como fonte histórica e social	67
2.4 A cartografia urbana da prostituição: entre os salões do centro e os becos do cais	85
3. HERDEIRAS DA DOR: A TRAMA INTERGERACIONAL DAS MULHERES À MARGEM E A TRANSMISSÃO DO SOFRIMENTO COMO LEGADO SOCIAL	99
3.1 As personagens femininas: vida e morte por Cremilda, Luiza e Mundoca	101
3.2 Ciclos de repetição e ruptura: a dualidade entre imposição social e escolha individual à luz da sina do cais	113
3.3 O cais e os cabarés como espaços simbólicos de luta: dependência, autonomia e memória	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

O lugar das mulheres sempre foi determinado em oposição ao lugar dos homens. Força, autoridade, virilidade, foram estabelecidos como símbolos culturais em oposição à fragilidade, fraqueza, sensibilidade; características consideradas femininas. A partir desses binarismos, criaram-se códigos, formaram-se sistemas. E são esses binarismos que são reforçados e reproduzidos pela mídia e pela publicidade, mediante as formas de representar homens e mulheres (SALERNO, 2011, p. 138).

A construção simbólica da cidade e de seus personagens sociais revela muito mais do que a superfície das narrativas urbanas: expõe as disputas silenciosas por visibilidade, pertencimento e memória. Em Parnaíba, discursos impressos em jornais antigos, almanaques regionais e crônicas memorialistas, assim como produções culturais como músicas e poemas, contribuíram para delimitar fronteiras entre o centro valorizado e a margem silenciada — tanto geográfica quanto socialmente.

Mulheres de comportamentos distintos, ora exaltadas como modelos de recato e virtude, ora reduzidas a estigmas relacionados à prostituição e à vida no cais, exemplificam as tensões entre idealização e exclusão presentes nessas representações. Esta pesquisa parte dessas contradições para refletir sobre os modos como o imaginário urbano parnaibano foi e é construído, ressignificado e disputado por diferentes vozes, destacando, especialmente, as narrativas que emergem da borda e que desafiam os modelos estabelecidos pela elite local.

A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjuga à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. (SOIHET, 2009, p. 363)

Dessa forma, nesse contexto de dinâmicas sociais e culturais, o papel da mulher tem passado por transformações profundas ao longo das diferentes gerações. Desde as representações tradicionais de fragilidade e submissão até a emergência de protagonismo, resistência e autonomia, essas mudanças refletem um processo de reinvenção e afirmação de identidades femininas. Essa trajetória não ocorre de forma isolada, mas articulada às transformações econômicas, políticas e culturais que moldaram o cenário parnaibano ao longo do século XX.

Na história, a marginalização das mulheres era frequentemente justificada por mitos e paradigmas patriarcais que reforçavam a ideia de fragilidade e necessidade de proteção paternalista. Essas narrativas, frequentemente sedimentadas em discursos sociais e culturais, buscavam restringir a atuação feminina às esferas domésticas, relegando-as a papéis secundários na vida pública e econômica. Assim, o papel das mulheres era, muitas vezes, invisibilizado ou entendido como passivo e dependente.

Entretanto, os movimentos de resistência dessas mulheres, aliadas às mudanças nas estruturas sociais, têm promovido uma lenta, mas constante reconfiguração dessas possibilidades. Particularmente nas últimas décadas, evidencia-se o fortalecimento de uma narrativa de protagonismo, na qual as mulheres não mais se limitam às funções tradicionais de cuidado e submissão, mas reivindicam seu lugar na esfera pública, no mercado de trabalho e na luta por direitos.

Ao mesmo tempo, as obras literárias que retratam a realidade da cidade, como “Beira Rio, Beira Vida”, de Assis Brasil, funcionam como instrumentos de denúncia social e de reflexão sobre as condições de marginalidade, resistência e protagonismo das mulheres. Essas narrativas, ao refletirem o espaço citadino e suas dimensões sociais, revelam a complexidade das experiências femininas no contexto urbano e seus processos de transformação.

Assim, a história feminina nesse espaço também revela uma relação intrínseca entre os espaços públicos e privados. Enquanto em certos momentos históricos os espaços públicos eram dominados por homens, as mulheres buscaram, ao longo do tempo, conquistar territórios de autonomia, seja no mercado de trabalho, em movimentos sociais ou na cultura local. Essa luta por espaço é uma constante em diferentes gerações, refletindo uma busca coletiva por reconhecimento e protagonismo.

Ainda, o estudo das gerações revela que a trajetória do protagonismo feminino não é linear, mas marcada por ciclos de avanços e recaídas, de imposições e de rupturas. Cada geração de mulheres enfrenta seus próprios desafios, influenciada por conjunturas políticas e econômicas, bem como por mudanças culturais e nas estruturas familiares.

A importância de compreender esse processo de reinvenção do papel fêmeal, portanto, está em reconhecer as múltiplas dimensões envolvidas: sociais, culturais, econômicas e simbólicas. A cidade, com seus rios, cais e espaços de marginalidade,

serve como palco simbólico dessas mudanças, refletindo as lutas e conquistas das mulheres ao longo do tempo.

E nesse interim, o protagonismo feminino não é um fenômeno isolado, mas uma expressão de um movimento mais amplo de resistência e afirmação cultural. Entender as diferenças entre as gerações ajuda a perceber a continuidade e as rupturas nesse percurso, destacando a força das mulheres na construção de uma nova narrativa.

Nesse âmbito, a partir de uma abordagem interdisciplinar ancorada na análise cultural, social e histórica, esta tese pretende contribuir para um entendimento mais aprofundado do papel das mulheres em Parnaíba. O foco central é revelar como essas diferentes gerações vêm reconfigurando o protagonismo, desafiando estigmas e construindo novas formas de se relacionar com o espaço urbano e a sociedade.

Desta maneira, por tudo isso, compreender tais estratégias na sociabilidade da cidade é uma forma de reconhecer a resistência, a criatividade e a força que caracterizam a trajetória dessas mulheres. A conquista de espaços, a denúncia de injustiças e a reafirmação da identidade são elementos que permeiam essa história de reinvenção, que busca não apenas entender o passado, mas também projetar possibilidades futuras de emancipação e reconhecimento. Ao fazer isso, espera-se contribuir para uma sociedade mais inclusiva e crítica, capaz de enfrentar e desafiar as estruturas que perpetuam a violação dos direitos humanos em nossa realidade.

Figura 1 – Testemunhas da cidade: figuras femininas na vitrine do tempo; Rua João Pessoa, atual Avenida Presidente Getúlio Vargas, no início do século XX.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

1. VIDAS À BEIRA: ESTIGMA E (RE) INVENÇÃO DO PAPEL FEMININO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.

Perdi-me do nome,
 Hoje podes chamar-me de tua
 Dancei em palácios
 Hoje danço na rua
 Vesti-me de sonhos
 Hoje visto as bermas da estrada
 De que serve voltar
 Quando se volta para o nada...

Pedro Machado Abrunhosa

Com essa epígrafe da música “Balada de Gisberta”, popularizada no Brasil, na voz de Maria Bethânia e de autoria de Pedro Machado Abrunhosa, percebemos uma ode a mais um corpo subalternizado: a canção é uma homenagem à travesti brasileira Gisberta Salce Júnior, assassinada na cidade do Porto, em Portugal, em fevereiro de 2006: ícone da luta do movimento trans em no país que teve sua vida martirizada e brutalmente ceifada, conforme apresentado por NUNES (2019), que pontua a presença de diversas versões sobre a morte de Gisberta.

[...] a morte de Gisberta Salce Júnior – brasileira, soropositiva, transexual, imigrante ilegal e sem-teto – que, depois de desenvolver problemas relacionados à aids e de não conseguir mais se sustentar na cidade do Porto, em Portugal, onde morava, ficou vivendo em situação de rua num prédio abandonado, até que um grupo de estudantes portugueses, que frequentavam uma instituição católica, encontraram-na quando invadiram o local para pichar os muros. Gisberta foi torturada e violentada por cerca de três dias pelos jovens até ser morta. O caso virou símbolo de luta contra a transfobia no país lusitano. (NUNES, 2019, p. 151).

Isto posto, se evidencia como os corpos dissidentes, principalmente os femininos — sejam eles cis ou trans —, são historicamente atravessados por camadas de estigmatização e desumanização. No que tange à Gisberta, a violência que culmina em sua morte não se resume à brutalidade do ato em si, mas se estende à série de negligências estruturais e institucionais que, ao longo de sua trajetória, empurraram-na para os limites da dignidade humana. A ausência de políticas de amparo, o apagamento identitário e a criminalização da existência marcam a condição dessas vidas “à beira”, que subsistem em um cotidiano de rejeição e invisibilidade.

E a partir desses contextos de vulnerabilidades, há de se fazer uma análise de uma morte social e de como as mortes estão incorporadas às vulnerabilidades de

corpos que se encontram em contexto de adoecimento, pobreza extrema e violência de gênero. A cidade se redesenha, mas em seu novo traçado não há lugar digno para essas mulheres, senão o da exclusão ou da reinvenção forçada.

Nesse processo de expulsão simbólica e concreta, as práticas institucionais não apenas excluem, mas tentam regular os modos de viver e de ocupar o espaço. O corpo feminino, sobretudo o da mulher prostituta, torna-se território de disputa e vigilância: é vigiado, punido, deslocado e silenciado. Porém, paradoxalmente, é também nesses corpos que se encontra a potência de resistência.

Deste modo, através de estratégias cotidianas, gestos de afeto, redes de solidariedade e narrativas de sobrevivência, essas mulheres subvertem os espaços impostos e (re) constroem formas alternativas de pertencimento. A rua, o bordel, a beira do rio — lugares marginalizados — tornam-se também espaços de existência, de afirmação e de produção de subjetividade.

De tudo que é nego torto
Do mangue e do cais do porto
Ela já foi namorada
O seu corpo é dos errantes
Dos cegos, dos retirantes
É de quem não tem mais nada

Dá-se assim desde menina
Na garagem, na cantina
Atrás do tanque, no mato
É a rainha dos detentos
Das loucas, dos lazzarentos
Dos moleques do internato

E também vai amiúde
Com os velhinhos sem saúde
E as viúvas sem porvir
Ela é um poço de bondade
E é por isso que a cidade
Vive sempre a repetir

Joga pedra na Geni!
Joga pedra na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
Ela dá pra qualquer um!
Maldita Geni!

Chico Buarque

Desta maneira, a personagem Gení, eternizada na obra de Chico Buarque, representa simbolicamente a mesma violência social enfrentada por Gisberta: o repúdio coletivo, a punição pública e a negação de qualquer traço de humanidade. A

canção — muitas vezes romantizada e entoada sem a devida atenção à sua contundência crítica — encena, em seu refrão brutal, a arquitetura de um linchamento moral e físico, que se inicia com o escárnio verbal, evolui para a exclusão física e culmina na total aniquilação simbólica.

Nesse sentido, tanto Gení quanto Gisberta tornam-se espelhos da forma como a sociedade historicamente constrói e destrói corpos dissidentes, localizando-os nas bordas da aceitação, como seres que existem apenas para serem expurgados. A memória individual, quando entrelaçada à memória coletiva da cidade, revela uma história não oficial, marcada pelas tensões entre centro e margem, norma e desvio, visibilidade e apagamento. Nesse sentido, a literatura se transforma em um meio potente de escuta e de reparação simbólica dessas vozes tantas vezes silenciadas.

E quando essas narrativas artísticas revelam os mecanismos de opressão que regem o destino dessas figuras, abrem-se espaços para se questionar os discursos normativos que ainda operam sobre as identidades de gênero e sexualidades desviantes. Nesse viés, a música popular — bem como a literatura aqui retratada — se torna um campo de disputa por visibilidade e memória, denunciando a constante tentativa de silenciamento de sujeitos que desafiam a ordem social imposta.

Reconhecer essas trajetórias como parte integrante da história é, também, um gesto de justiça social e epistêmica, que busca reconfigurar os modos como compreendemos a cidade, seus sujeitos e seus silenciamentos históricos.

1.1 De objeto a sujeito: corpo e gênero como espaço de dominação e os modelos de conduta que os moldaram.

O processo de marginalização de corpos dissidentes — como os de Gení e Gisberta — não ocorre apenas no passado recente, no presente ou em eventos isolados. Trata-se de um longo percurso histórico em que determinados sujeitos foram sendo sistematicamente colocados à margem, seja por razões de gênero, orientação sexual, classe ou raça. A sociedade ocidental, moldada sob estruturas patriarcais, coloniais e capitalistas, definiu padrões rígidos de conduta e comportamento, e impôs severas penalidades simbólicas e materiais a quem ousasse desviar-se dessas normas. O corpo, nesse contexto, não é apenas matéria, mas um campo político de significações, controle e disputa.

Essa construção histórica do corpo — sobretudo o corpo mulheril e dissidente — perpassa diferentes épocas e se manifesta por meio de discursos que regulam o que é considerado aceitável, puro, moral ou natural. A literatura e a música, como vimos, revelam e tensionam esses discursos criar espaços de escuta para figuras estigmatizadas que resistem ao apagamento. No entanto, para compreender com mais profundidade como se consolidaram essas práticas de dominação e exclusão, é necessário recuar no tempo e investigar como os corpos foram moldados ao longo da história por códigos de conduta, valores morais e estruturas de poder.

Zarpando dessa concepção, a gênese dessas estruturas pode ser rastreada até os primórdios das formações sociais humanas, quando as funções de gênero começaram a ser atribuídas de modo desigual. A cultura patriarcal — ainda que variável de sociedade para sociedade — estabeleceu o corpo da mulher como posse, território de reprodução e instrumento de aliança entre clãs. Com o advento da escrita e da organização urbana, as práticas de controle sobre o corpo tornaram-se ainda mais refinadas, institucionalizando o que antes era apenas costume. A moral sexual passou a ser não só um valor social, mas um dispositivo de poder a serviço do controle das subjetividades. Destarte, para Foucault (2002), nessa época:

Eu creio que, se a sexualidade foi importante, [no século XIX] foi por uma porção de razões, mas em especial houve duas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (...) e, depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. (FOUCAULT, 2002)

Desta maneira, a reflexão foucaultiana nos permite compreender que, no século XIX, a sexualidade foi elevada à condição de um dos principais dispositivos de vigilância e de organização social. Para Foucault (2002), essa centralidade deve-se a dois fatores: em primeiro lugar, por estar vinculada ao comportamento corporal e, portanto, sujeita a técnicas de disciplina e fiscalização contínua; em segundo, por articular-se aos processos biológicos que extrapolam o indivíduo e incidem sobre a coletividade, transformando a sexualidade em elemento estratégico na administração da população. Essa dupla dimensão – individual e coletiva – evidencia como o corpo passa a ser simultaneamente objeto de controle e recurso de governo.

E quando deslocamos esse debate para os contextos coloniais, torna-se visível como as práticas de dominação extrapolaram os limites do corpo individual e alcançaram a própria constituição das sociedades. Frantz Fanon, em “*Os condenados da terra*”, evidencia como a sexualidade se tornou um espaço de disputa atravessado por opressões históricas. Em suas análises, o autor aponta que o corpo colonizado, mais do que subjugado pela violência física, foi constantemente violentado em sua dignidade simbólica, afetiva e erótica. A sexualidade, assim, deixou de ser uma esfera privada para converter-se em campo de imposição cultural e psicológica.

Fanon descreve ainda episódios em que a violência sexual se apresenta como instrumento direto de poder. Nessas situações, o ato violento não se limita à destruição física, mas repercute de modo profundo na subjetividade, produzindo traumas como insônia, perturbações emocionais e crises de identidade. Esse uso da violência contra corpos subalternizados mostra como a dominação colonial não operava apenas pela coerção militar ou econômica, mas também pelo ataque às formas mais íntimas de existência e prazer. O corpo sexualizado, nesse cenário, converte-se em espaço de humilhação, mas também em possível foco de resistência.

Outro aspecto levantado por Fanon refere-se à busca por pertencimento dos povos colonizados, muitas vezes traduzida pela adoção de valores e referências culturais europeias. Essa assimilação, que se manifesta inclusive na esfera erótica e afetiva, aponta para a força da cultura ocidental em moldar identidades e silenciar vozes locais. A valorização de autores europeus, a reprodução de padrões estéticos e a tentativa de se alinhar a modelos coloniais evidenciam como a sexualidade também se tornou território de disputa simbólica. Essas reflexões, quando aproximadas do debate foucaultiano, permitem compreender a sexualidade como um mecanismo de dominação biossocial, capaz de articular poder, identidade e subjetividade tanto nos corpos individuais quanto nas coletividades historicamente marginalizadas.

Assim, compreender o corpo como um campo de forças e como um ponto estratégico de articulação das relações sociais é essencial para analisar as formas sutis e explícitas de dominação que se perpetuam historicamente. Michel Foucault, ao investigar os dispositivos de poder que operam sobre os corpos e subjetividades, destaca que o corpo não é apenas o alvo do controle disciplinar, mas também o local onde se inscrevem as normas sociais, os valores morais e as disputas por autoridade. Para o autor, é justamente por sua presença constante na vida cotidiana e por sua

centralidade nas interações humanas que o corpo se torna um ponto privilegiado para a atuação dos diversos mecanismos de poder:

[...] é um ponto de passagem particularmente denso para as relações de poder: entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos [...] utilizável para o maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de confluência às estratégias mais diversas. (FOUCAULT, 1976)

Nesse contexto, a cultura sexual do século XXI adotada pela contemporaneidade veio em direta contraposição à cultura do binômio moralista da "vergonha" e da "pouca vergonha" pautada na diferenciação e hierarquização entre os gêneros e compactada no imaginário popular há milênios, onde "ter vergonha" significa ter filhos, casa e um marido, e "não ter vergonha" é a arte de atrair, seduzir e sobretudo ter sua sexualidade livre como um todo.

A mulher "honrada" seria aquela que se alinha aos códigos de conduta patriarcais — silenciosa, doméstica, submissa —, enquanto a mulher "desonrada", portanto, seria aquela que ousa circular, desejar, falar, gozar ou decidir. A dicotomia entre "vergonha" e "pouca vergonha" atravessa séculos de história, sustentando hierarquias de gênero e perpetuando violências que muitas vezes se tornam invisíveis por estarem naturalizadas. O espaço urbano, nesse sentido, também se constitui como um palco onde essas normas são reforçadas e, por vezes, subvertidas.

Hoje vivenciamos as relações sexuais movidas por um mundo do provedor e do sem-recursos. A característica acentuada desses encontros é a efemeridade, a aventura e, portanto, a ausência de compromisso. Nessa nova roupagem de convívio entre os sexos, os atos podem ocorrer sem amor como com paixão e amor, dando certa permanência, a depender da continuada vontade dos consortes.

Por conseguinte, ao abordar a figura da prostituta, da travesti ou da mulher livre como sujeitos históricos, rompe-se com a ideia de que essas existências são marginais por natureza. Ao contrário, são vidas que carregam as marcas das opressões estruturais, mas também a potência da reinvenção. A transição do corpo como "objeto" — silenciado, observado, regulado — para corpo como "sujeito" — agente de desejo, de linguagem e de história — é fundamental para pensar os embates contemporâneos sobre sexualidade, gênero e poder.

Conduzindo-se nessa abstração, em que pese a liberdade sexual estar no *hype*, ainda assim o homem não reage satisfatoriamente à liberação sexual da mulher,

ao fato de deslocar-se do topo da hierarquia e repartir com ela sua autoridade e os encargos cotidianos. O conceito de matrifocalidade, mesmo não sendo indicador de uma sociedade matriarcal, nos dá um bom vislumbre do novo traquejo entre homens e mulheres, e dentre eles com seus conterrâneos.

Conceitualmente, a matrifocalidade, que designa um grupo doméstico focalizado na mãe, colocando a figura do pai como ausente ou detendo apenas um papel secundário, ganhou bastante advento desde a revolução industrial com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, seja por não haver homens capazes de desempenhar satisfatoriamente o papel de provedor quanto pela legitimação ideológica individualista que urge no meio social feminino, empoderando-as. A típica família com várias filhas onde algumas são individualmente sacrificadas de constituírem sua própria família para assegurar o êxito daquela em que a família depôs suas chances reprodutivas (frequentemente a caçula) parece ter sido superada.

Essas mudanças nas dinâmicas familiares e nos papéis sociais atribuídos às mulheres apontam para uma transformação mais ampla nas estruturas simbólicas que regem o corpo feminino e sua presença no espaço social. O avanço das mulheres para posições de protagonismo — seja no seio familiar, seja na arena pública — expõe as tensões históricas entre controle e emancipação, especialmente quando se trata da sexualidade feminina. E é nesse entrecruzamento entre o simbólico e o material, entre o discurso e o corpo, que se inscrevem os debates sobre a prostituição e suas múltiplas representações sociais. Afinal, mais do que um ato ou uma condição, a prostituição carrega uma carga discursiva moldada por séculos de opressão de gênero, moralismo e controle social.

Logo, os discursos de gênero e sexualidade são centrais para a compreensão da prostituição. A maneira como a sociedade percebe e trata as prostitutas é fortemente influenciada por normas e expectativas de gênero. Além disso, a sexualidade dessas mulheres é frequentemente objetivada e comercializada. Assim, os estudos culturais podem fornecer opções factíveis sobre como esses discursos são formados e perpetuados, e como eles podem ser contestados.

Compreender os modos como as figuras femininas foram simbolizadas no contexto histórico exige recorrer ao pensamento de Roger Chartier, cuja concepção de representação oferece subsídios teóricos essenciais para essa análise quando preceitua representação como “tornar presente uma ausência, mas também exibir sua

própria presença enquanto imagem e, assim, constituir aquele que a olha como sendo sujeito que a olha” (2002, p.66).

Logo, ao longo da trama, evidencia-se uma dinâmica marcada pela desigualdade entre os sexos, na qual o domínio masculino se manifesta, em certas ocasiões, através de uma percepção hierárquica, pautada pela crença em sua primazia, como evidenciado no trecho:

Tivera as primeiras ilusões, entusiasmos – estranho como podia partilhar da vida daqueles desconhecidos – de repente estavam na maior intimidade, os corpos nus sem nenhum receio, sem nenhuma vergonha – o carinho passageiro em seus rostos, as palavras forjadas para nunca mais voltar a ver as mesma feições – outras caras, outros dentes, outros cheiros, outros queixos, lisos e barbados, as promessas ingênuas – tiro você daqui dessa miséria, dou casa, uma vida melhor, você não merece isso, essa vida à toa – tão nova e já desgraçada.

Qual deles teria sido sincero?

As promessas faziam parte dos atos medidos, nunca se esqueciam que tinham que pagar no fim. Estiravam as cédulas lisas ou amassadas, se despediam certos de que haviam liquidado um negócio, ou satisfeito um desejo, desejo que se compra por um preço razoável.

[...] Eles achavam graça. Se sentiam superiores. (BRASIL, 2012, p. 146-147)

Partindo desse excerto, depreende-se uma narrativa que evidencia como o corpo feminino é insistentemente reduzido à condição de mercadoria, numa lógica perversa em que a intimidade é artificialmente fabricada para atender aos desejos masculinos. No trecho apresentado, as relações entre os homens e as mulheres são marcadas por um simulacro de afeto, por promessas que, embora vazias, operam como parte do ritual de dominação. As palavras dos homens são performadas como uma extensão do poder que detêm, reforçando a ilusão de cuidado ou resgate, quando, na realidade, se trata de uma negociação assimétrica. Nesse contexto, o corpo da mulher não é sujeito da interação, mas objeto de consumo – ele é desejado, utilizado, e depois descartado, em um ciclo que reproduz a desigualdade de gênero.

Essa lógica da dominação masculina inscreve-se também nos discursos que legitimam e perpetuam uma estrutura patriarcal. A crença na primazia masculina — expressa na naturalização da superioridade dos homens e na inferiorização daquelas que vendem seus corpos — revela não apenas uma hierarquia de gênero, mas também uma hierarquia simbólica de valor humano. As prostitutas são vistas como "desgraçadas", como vidas desviantes e sem dignidade, enquanto os homens mantêm a autoridade sobre o significado dos encontros. O gesto de pagar não apenas monetiza o desejo, mas reafirma o poder de quem paga. Nesse sentido, o corpo

feminino é constantemente despojado de sua agência e subjetividade, aprisionado em narrativas que o posicionam à margem da experiência legítima.

Consequentemente, a lógica de subalternização do corpo feminino não se limita às práticas concretas de exploração e dominação visíveis no cotidiano das relações sociais, mas se enraíza em estruturas simbólicas profundas que operam desde a infância, moldando subjetividades. As mulheres que vendem seus corpos não apenas enfrentam a exclusão social no presente; muitas vezes carregam nos gestos, nas falas e nos silêncios os vestígios de uma trajetória herdada — marcada por uma educação afetiva desigual, por papéis rigidamente definidos e por uma constante negação de sua autonomia. Assim, o ciclo de dominação que recai sobre elas não nasce apenas das relações interpessoais, mas também da internalização coletiva de valores patriarcais que delimitam o que é esperado de cada gênero. A violência simbólica, nesse contexto, reforça e perpetua desigualdades que parecem naturais, mas são historicamente construídas.

E é a partir desse entrelaçamento entre estrutura social e subjetividade que se pode pensar o espaço urbano como metáfora da construção da identidade de gênero. Se os cabarés e os cais representam locais de estagnação, de repetição e de marginalidade social, eles também funcionam como imagens da rigidez dos papéis de gênero atribuídos às mulheres, especialmente aquelas que habitam as bordas da norma. Nesse sentido, a analogia entre os espaços citadinos e portuários pode ser estendida para compreender a estruturação psíquica da identidade de gênero, conforme proposto por Joan Scott.

Nesse viés, a autora propõe-se observar como os mesmos mecanismos que marginalizam o corpo feminino nos espaços públicos e privados também operam silenciosamente na formação de suas identidades, expectativas e possibilidades de ação. A compreensão dessas formas de subalternização do corpo feminino, enraizadas tanto em práticas sociais quanto em estruturas simbólicas, encontra eco em diferentes abordagens historiográficas que buscam dar visibilidade a sujeitos marginalizados.

Conduzindo-se por essa substância, o diálogo com autoras que investigaram a experiência das mulheres em diferentes contextos históricos possibilita ampliar o horizonte interpretativo, revelando como mecanismos de dominação, apesar de assumirem feições particulares em cada época, compartilham fundamentos semelhantes na produção da desigualdade.

Sob essa conjuntura, a obra *“Os Excluídos da História”*, de Michelle Perrot, se torna particularmente significativa. Ao analisar a condição das mulheres francesas no século XIX, a autora evidencia três dimensões centrais: a relação entre mulheres e o poder; as formas de rebeldia coletiva que desafiaram as estruturas estabelecidas; e a figura da dona de casa no espaço urbano parisiense. Embora seu recorte esteja situado na realidade francesa, as reflexões de Perrot ultrapassam fronteiras, pois iluminam dinâmicas sociais que também reverberam em outros contextos, inclusive na experiência de mulheres em espaços periféricos e marginalizados, como aqueles tematizados em nossa discussão.

Nesse mesmo horizonte analítico, é fundamental mobilizar a concepção de dispositivo formulada por Michel Foucault (1988), para quem este não se limita a um conjunto de normas explícitas, mas engloba uma rede complexa de práticas e discursos que regulam a vida social:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 1988)

Compreendido nesse sentido, o dispositivo de sexualidade não opera apenas em leis ou normas, mas também nos gestos cotidianos, nos silêncios e nas arquiteturas sociais que delimitam os lugares do feminino. A leitura de Perrot, articulada ao pensamento foucaultiano, permite perceber como as mulheres foram constantemente posicionadas em funções sociais que restringiam sua autonomia, mas também como esses espaços de contenção abriram frestas para práticas de resistência.

Tal perspectiva fornece a transição necessária para a reflexão sobre a cidade e o cais como metáforas sociais: espaços simultaneamente de exclusão e de possibilidade, de controle e de subversão, que moldam e reconfiguram as identidades de gênero. E ao passo que, assim como a cidade e o cais representam espaços distintos com papéis sociais diferentes, a identidade de gênero também é moldada por uma série de normas e expectativas sociais que definem o que é considerado “masculino” e “feminino” (SCOTT, 1995, p. 71-99). Gênero, portanto, não é apenas uma identidade, mas uma narrativa socialmente construída — tal como o cais, que

guarda marcas de exclusão, mas também, paradoxalmente, resquícios de resistência e transformação.

Por conseguinte, sincronicamente, a estruturação psíquica da identidade de gênero se refere ao processo pelo qual as pessoas internalizam as normas e valores associados aos papéis de gênero que são socialmente construídos (SCOTT, 1995, p. 71-99). Isso significa que, desde a infância, as meninas são socializadas para ocupar determinados papéis na sociedade, como o de cuidadora, esposa e mãe, enquanto os meninos são socializados para serem provedores, líderes e agressivos. Essas normas e valores são transmitidos por meio de diversas instituições sociais, como a família, a escola, a religião e a mídia.

Assim, da mesma forma que a cidade se desenvolve enquanto o caos permanece estagnado, refletindo o aumento do desnível social, as normas de gênero também podem perpetuar desigualdades, reforçando estereótipos e limitando a expressão individual. No entanto, assim como o caos tem o potencial de se transformar e se desenvolver, a identidade de gênero também não é estática. Ela é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo experiências pessoais, interações sociais e culturais, e pode mudar ao longo do tempo.

Nessa continuidade, se por um lado a identidade de gênero carrega potencial de mudança e reinvenção, por outro ela permanece atravessada por forças que buscam regulá-la e contê-la. O dilema central surge exatamente nessa tensão entre a vigilância moral e as tentativas de afirmação de sexualidades dissidentes.

As chamadas “caças às bruxas contemporâneas” simbolizam os ciclos de repressão que procuram silenciar práticas vistas como desviantes, ainda que convivam com um imaginário social que também exalta a liberdade sexual como signo da modernidade. Assim, nesse universo, entender essas contradições é essencial para investigar o intrincado mecanismo que conecta dominação, contestação e exaltação no âmbito da cultura sexual capitalista.

Figura 2 – O Centro da cidade de Parnaíba em meados dos anos 1930.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Figura 3 – O cais da cidade durante o mesmo período.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Assim sendo, na obra em tela há um grande abismo entre a cidade e o cais. O crescimento urbano segue seu curso, incluindo planos para a edificação de um porto moderno, enquanto a disparidade entre classes sociais cresce de forma acelerada. A sociedade revela seu lado conservador, manifestado numa hipocrisia que tenta encobrir seus próprios escândalos, ao passo que o clero, personificado pelo personagem de padre Gonçalo, demonstra desinteresse pelos mais pobres, favorecendo os poderosos, postura esta que resulta em abandono e revolta entre os menos privilegiados.

Consequentemente, a noção de interseccionalidade desponta como um instrumento teórico fundamental para compreender os cruzamentos entre essas identidades e seus devidos contextos sociais. Ao invés de pensar gênero, classe ou raça de forma isolada, essa perspectiva destaca como essas dimensões se combinam na experiência concreta dos sujeitos. Quando aplicada ao campo da sexualidade, permite enxergar as múltiplas camadas de desigualdade e resistência que emergem em diferentes cenários, revelando nuances muitas vezes ocultas por análises simplistas ou lineares.

Concorrentemente, a sexualidade deixa de ser entendida apenas como atributo individual ou questão biológica e passa a ser percebida como um fenômeno socialmente construído. Normas culturais, valores morais e expectativas coletivas moldam profundamente o modo como os indivíduos vivem e expressam sua sexualidade. Gabriela Kyrillos (2020) chama atenção para a necessidade de questionar as narrativas dominantes nesse campo, pois elas frequentemente reafirmam preconceitos e padrões excludentes. A crítica interseccional, ao contrário, abre espaço para reconhecer vivências plurais e tensionar estruturas de poder cristalizadas.

A partir dessa chave de leitura, torna-se evidente que a sexualidade não pode ser analisada de maneira apartada de outras identidades sociais. Ela se articula com fatores como raça, gênero e classe, formando uma rede de significados e hierarquias que organiza a vida social. É nessa sobreposição que operam dinâmicas de opressão, mas também de resistência, já que sujeitos historicamente marginalizados encontram estratégias para subverter discursos normativos. Assim, a interseccionalidade fornece não apenas uma lente analítica, mas também uma via crítica para repensar as práticas sociais que atravessam os corpos e suas representações.

Dessa forma, a análise interseccional ajuda a evidenciar como diferentes sistemas de poder – sejam eles culturais, institucionais ou econômicos – afetam a experiência da sexualidade de modos variados. A multiplicidade de vivências não pode ser reduzida a categorias homogêneas, pois cada sujeito se insere em redes sociais específicas que condicionam e ao mesmo tempo possibilitam formas de expressão. Reconhecer essa diversidade é basilar para entender tanto os mecanismos de exclusão quanto as possibilidades de transformação social que emergem desses atravessamentos.

Por conseguinte, no caso da prostituição de mulheres, a estruturação psíquica da identidade de gênero pode ser útil para entender como essas mulheres foram socializadas para ocupar um papel de submissão e exploração sexual. Muitas vezes, essas mulheres são vítimas de violência doméstica, abuso sexual e outras formas de violência de gênero, o que pode levar a uma baixa autoestima e a uma sensação de desvalorização. Além disso, a falta de oportunidades de trabalho e a pobreza podem levar essas mulheres a recorrer à prostituição como uma forma de sobrevivência, como evidenciado por Pinsk (2013, p. 474)

Obviamente, os estilos de vida das jovens variavam conforme a classe social. Meninas ricas contavam com serviçais, tinham melhores professores (dentro de casa ou em conceituados estabelecimentos particulares), frequentavam festas e viajavam nas férias. Jovens de menos posses ajudavam suas mães nos afazeres domésticos e cultivavam prensas e talentos desejáveis em moças casadoiras. Se a família podia se permitir, dedicavam-se apenas ao lar e aos estudos já que, nessa época, nos meios urbanos “distintos”, era desejável que as mulheres não participassem dos negócios da família ou exercessem atividades remuneradas. As garotas pobres, por sua vez, cedo começavam a atuar em atividades produtivas, dentro de casa (como costureiras e lavadeiras) ou fora (como operárias, vendedoras de doces, cigarros e charutos, floristas, garçonetes). Para elas, era impossível cumprir todos os preceitos da nova moralidade já que, ao tentar obter algum ganho, eram obrigadas a se deslocar pela cidade, conversar nas ruas, aproximar-se dos homens, conviver com todo tipo de gente. Vira e mexe eram incomodadas pela polícia, julgadas e reprimidas pelas autoridades com base no ideal de mulher que obviamente não seguiam (PINSK, 2013, p. 474).

À vista disto, diante de um cenário em que os corpos mulheris são historicamente marcados por vulnerabilidades sociais e psíquicas, torna-se evidente que a prostituição, longe de ser uma simples escolha individual, revela-se como uma rota condicionada por estruturas que vinculam gênero à subalternidade. As desigualdades de classe, o machismo estrutural e as violências cotidianas, somadas à escassez de oportunidades dignas de trabalho, empurram muitas mulheres para as margens da sociedade, onde suas trajetórias passam a ser lidas à luz de uma moral seletiva. Assim, no cruzamento entre a rua e o altar, emerge uma narrativa marcada pela vigilância, pelo julgamento e pelo disciplinamento dos corpos femininos que ousam ultrapassar os limites da norma social.

É nesse entrelugar — entre a liberdade e a condenação — que se desenrola o controle moral da prostituição. E acerca dessa ótica, Laqueur (2001) afirma que:

De fato, quanto mais se examinam os registros históricos, menos clara se torna a divisão sexual; quanto mais o corpo existia como fundamento do sexo, menos sólidas se tornavam suas fronteiras. (LAQUEUR, 2001)

Assim, a análise proposta por Laqueur (2001) auxilia a compreender o quanto as categorias sexuais não podem ser tratadas como absolutas. Para o autor, a observação atenta das fontes históricas demonstra que, quanto mais o corpo foi tomado como base para definir o sexo, menos evidentes se tornaram as fronteiras que o delimitavam. Essa perspectiva desmonta a crença em divisões rígidas e aponta para a fluidez constitutiva da sexualidade, revelando-a como um campo em constante negociação, permeado por discursos e práticas sociais que lhe atribuem significado.

Tal reflexão dialoga diretamente com os questionamentos de Gayatri Chakravorty Spivak em *“Pode o subalterno falar?”*, quando a autora indiana problematiza as formas pelas quais as vozes subalternas são silenciadas pelas narrativas dominantes. Ao cruzar gênero, classe e raça, Spivak evidencia que a marginalização não se limita à esfera política ou econômica, mas atinge também as construções de corpo e sexualidade. Nesse sentido, tanto ela quanto Laqueur convergem na crítica às fronteiras naturalizadas que pretendem fixar identidades, ressaltando que essas divisões carregam, em si mesmas, o peso das relações de poder que estruturam a sociedade.

Enquanto Laqueur chama atenção para a historicidade das categorias sexuais e para a fragilidade de seus limites, Spivak desloca o olhar para as consequências desse enquadramento no campo da representação. O silenciamento das experiências marginalizadas, especialmente das mulheres subalternas, mostra como as normas que regulam a sexualidade estão intrinsecamente ligadas à produção de conhecimento e à reprodução de hierarquias sociais. Ambas as perspectivas revelam que a normatividade sexual não apenas organiza corpos e práticas, mas também legitima exclusões e desigualdades.

Nessa ótica, essa caracterização ganha ainda mais densidade quando associada às contribuições de Angela Davis (2002), que denuncia a criminalização da sexualidade não normativa — como no caso da prostituição — como ferramenta de repressão e de manutenção da ordem social. Para Davis, as estruturas de poder deslocam a atenção das causas sociais e econômicas da desigualdade para a punição moral de indivíduos, perpetuando estigmas e ampliando a marginalização. Ao enfatizar a necessidade de desconstruir tais mecanismos, a autora reforça a urgência

de uma abordagem crítica que reconheça a pluralidade das vivências sexuais e a importância de desestabilizar discursos normativos. Nesse ponto, abre-se espaço para compreender a prostituição não apenas como prática estigmatizada, mas como campo de disputas simbólicas e de vigilância moral — tema que será aprofundado no próximo capítulo, já que, de fato, quanto mais se examinam os registros históricos, menos clara se torna a divisão sexual; e quanto mais o corpo existe como fundamento do sexo, menos sólidas se tornavam suas fronteiras.

1.2 A rua vis-à-vis o altar: a prostituição feminina como objeto de controle moral e social.

A reflexão sobre os papéis atribuídos às mulheres ao longo da história não pode prescindir de uma análise atenta das formas pelas quais seus corpos foram regulados, apropriados e disciplinados pelas instituições sociais. No capítulo anterior, observamos como a construção de gênero contribuiu para a definição das funções sociais femininas e para a delimitação dos espaços que essas mulheres podiam — ou deviam — ocupar. Agora, é necessário avançar na compreensão de como determinadas expressões da feminilidade, particularmente aquelas relacionadas à sexualidade e ao desejo, foram transformadas em objeto de vigilância e repressão moral.

Dentre essas expressões, a prostituição ocupa um lugar central, pois ela desnuda as tensões mais profundas entre o corpo, o prazer e a moralidade institucionalizada. A mulher que vende o corpo é, muitas vezes, convertida em símbolo da decadência e da desordem, mas também é usada — paradoxalmente — como mecanismo de controle e apaziguamento dos impulsos masculinos. Essa duplicidade evidencia o quanto o fenômeno da prostituição está intrinsecamente ligado à lógica do poder, operando na interseção entre exclusão e utilidade social.

Partindo desse pressuposto, durante os séculos da Idade Média a igreja católica era o centro social e jurídico do período medieval. Assim, o controle sobre os corpos femininos era exercido com especial vigor pelas autoridades religiosas e civis, que passaram a legislar sobre o que era permitido às mulheres, onde elas podiam circular e com quem poderiam se relacionar. A Igreja, em especial, desempenhou um papel ambíguo: ao mesmo tempo que condenava o pecado da luxúria, tolerava — e até regulamentava — a prática da prostituição, usando-os de modelo para muitas

artes sacras e para conter os excessos masculinos. Isso evidencia uma moral seletiva que, embora voltada à punição das mulheres, servia para preservar a ordem patriarcal. Era o “mal necessário”:

[...] a prostituição era vista como um meio prático de permitir que os jovens de todas as classes afirmassem sua masculinidade e aliviassem suas necessidades sexuais, enquanto evitava, ao mesmo tempo, que se aproximasse de esposas e filhas respeitáveis, desestimulando-os dos estupros em gangues e desencorajando-os em relação à homossexualidade. (RICHARDS, 1993)

Nessa época, a razão cabe ao homem e o corpo e a carne à mulher. A figura feminina era muito polarizada: de um lado Eva, sedutora e provocadora, e do outro Maria, redentora e virginal. O mito de Eva, reinterpretado por sucessivas gerações de teólogos, escritores e moralistas, consolidou a ideia de que a mulher, por natureza, seria mais próxima do erro, da instabilidade emocional e da luxúria. Em contraponto, o modelo mariano instituiu o ideal da mulher como santa, mãe e virgem — um ideal inalcançável para a maioria, mas amplamente exigido como padrão de conduta. Esse binarismo não apenas reforçou a desigualdade de gênero, como também restringiu a pluralidade das experiências e identidades femininas.

Há a acepção, portanto, da prostituição como um mal necessário por meio do qual o homem reafirmava a sua masculinidade e ficava longe das esposas e filhas respeitáveis, além de que isso desestimulava os matrimônios com concubinas, que protagonizavam formas de união não reconhecidas pela lei da igreja.

Dessa maneira, Maria era tida como a mais virtuosa entre os ungidos e quiçá a antieva, que se instituiu para expiar os homens dos pecados — por isso o enaltecimento da maternidade. Como aquela que consuma o primo pecado, Eva passa a irradiar o seu fardo pecador sobre a existência feminina, e mesmo que criada a partir do homem, ela reflete a parte vulnerável dele. Ela é a causadora da perda do paraíso e por isso foi penalizada com a dor do parto. Esse era seu estorvo, passado a todas as mulheres, uma forma de amolação.

Nesse cenário de representações simbólicas e interpretações teológicas sobre a origem da mulher, alguns pensadores medievais buscaram, dentro dos próprios limites do discurso religioso, suavizar ou reinterpretar certas narrativas que historicamente justificaram a inferiorização feminina. Jacques Le Goff, ao refletir sobre as elaborações de Tomás de Aquino, destaca uma tentativa de propor uma leitura

menos hierárquica da criação de Eva. Segundo essa perspectiva, o gesto divino de formar a mulher a partir da costela do homem não seria um sinal de subordinação ou inferioridade, mas, sim, uma expressão simbólica de igualdade entre os sexos:

Uma das reflexões mais interessantes, no meu modo de sentir, é a de Tomás de Aquino. Foi mais ou menos o que ele disse: Deus criou Eva a partir de uma costela de Adão, não criou a partir da cabeça, nem do pé; se a tivesse criado a partir da cabeça, isso significaria que via nela uma criatura superior a Adão; inversamente, se a tivesse criado a partir do pé, ela seria inferior. A costela é o meio do corpo e esse gesto estabelece a igualdade entre Adão e Eva segundo a vontade de Deus. (LE GOFF, 1992)

Dessa forma, a tradição judaico-cristã, ao posicionar Eva como símbolo da queda e Maria como símbolo da redenção, criou uma dicotomia profunda e duradoura sobre o papel das mulheres na sociedade. Essa polarização operou como um dispositivo normativo: de um lado, a mulher tentadora, carnal e perigosa; de outro, a mulher pura, submissa e redentora. Essa lógica binária permanece ativa até os dias atuais, influenciando a cultura ocidental em múltiplos níveis — das concepções filosóficas às práticas jurídicas e educacionais.

Esses arquétipos se sedimentaram como formas de controle e vigilância sobre os corpos e os comportamentos femininos. As mulheres passaram a ser julgadas com base na sua aderência ou desvio desses modelos: aquelas que fugiam à norma, que demonstravam autonomia ou sexualidade, eram frequentemente demonizadas, marginalizadas ou mesmo perseguidas. A literatura, os sermões religiosos e os tratados morais amplificaram esses discursos, reforçando o medo da mulher que não se conformava ao papel que lhe era socialmente imposto.

É nesse contexto que Dalarun resgata a virulência com que muitos pensadores medievais enxergavam o feminino. Seu discurso sintetiza de forma crua os preconceitos que atravessaram séculos e que, em muitas camadas sociais, ainda hoje reverberam. Em suas palavras, a mulher é vista como um ser perigoso por natureza:

A mulher, coisa frágil inconstante a não ser no crime, não deixa nunca espontaneamente de ser nociva. A mulher, chama voraz, loucura extrema, inimiga íntima, aprende e ensina tudo o que pode prejudicar. A mulher, vil fórum, coisa pública, nascida para enganar, pensa ter triunfado quando pode ser culpada. Consumindo todo o vício, é consumida por todos; predadora dos homens, torna-se ela própria a presa. (DALARUN, 1993)

Essa construção discursiva que demoniza o feminino — apresentada por Dalarun como a mulher perversa, insaciável e naturalmente voltada ao pecado — encontrou no controle da sexualidade uma de suas mais eficazes formas de expressão. revela como os corpos femininos eram estrategicamente mobilizados pelas estruturas de poder para atender às exigências de uma moralidade seletiva, que permitia o uso regulado da prostituição desde que ela permanecesse visível apenas nos limites determinados — físicos, morais e etários. Essa dinâmica, longe de ser restrita ao passado, apresenta notáveis ecos na hodiernidade, onde ainda se observa a classificação das mulheres segundo sua idade, aparência e "utilidade" dentro de uma lógica sexualizada e mercantil:

A prostituição foi essencialmente um produto das cidades, e, à medida que as cidades cresceram e se expandiram a partir dos séculos XI e XII, a prostituição passou a ser cada vez mais vista como um fenômeno social que precisava de regulamentação. (RICHARDS, 1993)

Como nos mostra Richards (1993), a institucionalização da prostituição na Idade Média marca um momento-chave desse processo. Nesse contexto de institucionalização e controle da prostituição, nota-se que já no medievo havia uma clara segmentação dentro do próprio meretrício, refletindo uma hierarquia baseada em idade, aparência, experiência e grau de submissão ao poder estatal e eclesiástico. Essa divisão estruturada revela como o corpo feminino era sistematicamente categorizado e explorado de formas distintas, conforme interesses sociais e religiosos.

Desta forma, conduzindo-se por essa concepção, trechos do livro do historiador Jacques Rossiaud narram que havia quatro classes de trabalho fácil na Europa medieval: as casas públicas, que eram mantidas e controladas pelo governo, com verba eclesiástica. É nesses locais que as mulheres com idade entre 20 e 30 anos eram pensionistas, tendo um espaço para fazer o atendimento de seus clientes e usando o dinheiro que ganhavam para pagar sua alimentação e o aluguel do quarto. Apenas as mais experientes no ofício e bem afeiçãoadas conseguiam economizar uns trocados e guardar algumas moedas.

Os banhos públicos, por sua vez, eram locais para onde as pessoas iam tomar banho com o auxílio de outras pessoas. Era geralmente frequentado por homens, e de acordo com que esse tipo de serviço se popularizou no ambiente medieval, as cortesãs viram nesses espaços uma oportunidade de ganhar algum dinheiro.

Já os bordéis particulares eram espaços mais privados e funcionavam da mesma maneira que nos dias atuais, onde as moças entretinham os clientes para que pudessem leva-los para um cômodo mais reservado. E a quarta categoria era a das mulheres autônomas: as mais experientes, e já não tão jovens, que mantinha sua clientela. Incessantemente, a Igreja tentava a todo custo convertê-las. Vejamos por exemplo a vida de Santa Taís:

Taís, meretriz, pelo que se lê nas Vidas dos Padres, era de tão grande beleza que muitos homens por ela venderam tudo que tinham e viram-se reduzidos à maior pobreza. Seus amantes, ciumentos uns dos outros, frequentemente se entregavam diante de sua porta a discussões que acabavam com derramamento de sangue [...]. Ela ficou reclusa dessa maneira três anos, até que, convido, o abade Pafúncio foi encontrar o abade Antônio para saber se Deus perdoara os pecados dela [...]. Eles oraram incessantemente, e o abade Paulo, principal discípulo de Antônio, viu de repente no Céu um leito recoberto de tecidos preciosos vigiado por três virgens cujos rostos resplandeciam. Essas três virgens eram o temo da pena futura que retirara Taís do vício, a vergonha das falhas cometidas que lhe valera o perdão, o amor pela justiça que conduziu às coisas do Céu [...]. Chegando ao mosteiro, rompeu o lacre da porta da cela, mas Taís rogou que a deixasse ainda reclusa. Ele disse: “Saia, pois Deus perdoou seus pecados”. (VARAZZE, 2003)

Ainda, o livro do historiador Jacques Rossiaud também aponta que entre os séculos medievais havia um padrão de faixa etária que determinava qual o tipo de trabalho que uma meretriz exerceria, e qual seria o momento de sua passagem para o “próximo nível”. Segundo o autor, até os 17 anos e um pouco mais trabalhavam nas ruas; a partir dos 20 tornavam-se camareiras das casas de banho, oferecendo seus serviços aos frequentadores; por volta dos 28 ou 30 anos tornavam-se pensionistas nos bordéis particulares ou das casas públicas do governo, até quando o ofício não lhes caísse mais ou a beleza se esvaísse do seu corpo; depois dessa idade, quando a beleza da juventude já havia sido perdida, algumas dessas mulheres passavam a gerenciar as mais novas, a famosa cafetina – prática ainda intensamente recorrente nos dias atuais e conhecida eruditamente como crime de Lenocídio, presente no Código Penal brasileiro.

Mas além do agenciamento das iniciantes, as mais velhas tinham a opção de virar freiras, e uma quantidade bastante reduzida de moças eram agraciadas com o casamento, que quando acontecia, ovacionava-se o homem por ter livrado uma alma de inferno ao tirar a mulher da vida fácil e impura.

Assim, essa trajetória etária das meretrizes não apenas evidencia uma lógica de organização interna no ofício, mas também reforça a sua inserção no cotidiano das

cidades medievais. A prostituição, longe de ser um fenômeno marginal ou escondido, era parte integrante da paisagem urbana, ocupando espaços públicos e privados com naturalidade inquietante. As práticas ligadas ao meretrício se misturavam às rotinas das cidades, demonstrando o quanto essa atividade estava enraizada nos tecidos sociais e culturais do período. Isto posto, a prostituição foi um fato da urbe:

As prostitutas estavam em toda parte nas ruas e bairros da cidade, tentando arrastar clérigos passantes a força para dentro de seus bordéis. Se os clérigos se recusassem a entrar, elas imediatamente lhes gritaram pelas costas: "Sodomita"! Num mesmo único edifício, poderia haver uma escola no andar de cima e um bordel no de baixo. Enquanto os mestres ensinavam a seus pupilos na parte de cima, as prostitutas dedicavam-se a seu comércio nefando na parte de baixo. Numa parte as prostitutas batiam boca umas com as outras e com seus cafetões; na outra parte, os eruditos discutiam sobre assuntos eruditos. (RICHARDS, 1993)

Dessa maneira, quando uma mulher de vida fácil ficava velha demais para trabalhar, idosa ou impossibilitada ela se recolhia para aguardar a morte. Se havia economizado algum dinheiro durante os anos que passaram poderia usufruir de uma vida moderadamente normal para um idoso da época, independentemente da pouca quantidade de amigos ou familiares. Mas quando ela envelhece sem ter conseguido juntar nenhum montante, se recolhia aos asilos dos conventos, assumindo todas as suas práticas pecaminosas e jurando contrição pela vida mundana. Logo em seguida entravam em oração e jejuns para expurgar os pecados e purificar a alma impura envergonhada. Grande parcela das rameiras medievais tinha suas famílias as quais sustentavam com o fruto dos seus serviços, contudo mesmo anciãs e enfermas raramente eram acolhidas por elas, em razão do preconceito ou por medo da represália social, conforme depreende-se:

Em Paris, no começo do século XV, era proibido às moças de pouca virtude exibir sobre o vestido e o penteado botões de prata ou dourados, pérolas, cintos de ouro ou de prata, saias ousadas, casacos forrados de pele de esquilo e fivelas de prata nos sapatos. (VERDON, 2008)

Assim, essas mulheres só podiam corromper em público se usassem sua identificação por meio da fita amarelada amarrada na manga do vestido visto que amarelo era considerada a cor da vergonha. Na Inglaterra medieval, elas tinham uma marca diferenciada: eram impelidas a usar um capuz amarelo. Toleradas, mas segregadas:

Todas podem ser vistas como aspectos de um desejo de criar uma atmosfera moral na sociedade e de regulamentar a conduta sexual da população, particularmente dos jovens. Juntamente com a sacralização do casamento, o aumento da perseguição aos homossexuais e da preocupação da Igreja com a masturbação, vinha o desejo de canalizar o impulso de fornicção no sentido de um refúgio aceitável- o bordel oficialmente administrado, controlado e inspecionado, cuja mão-de-obra era composta de mulheres estrangeiras e que era mantido fora da vista dos cidadãos respeitáveis. (RICHARDS, 1993)

No entanto, embora a clerezia tentasse controlar a qualquer custo os atos carnavais, a população medieval adorava uma fornicção. Nessa ótica, o sexo transformou também os estabelecimentos: as estalagens, destinadas aos viajantes, aos poucos foram se transformando em tavernas, onde as mulheres de vida fácil mantinham os quartos alugados para atender seus clientes:

De Eva à feiticeira do final da Idade Média, o corpo da mulher é o lugar de eleição do diabo. Em paridade com os tempos litúrgicos, que acarretam uma proibição sexual (quaresmas, vigílias e festas), o tempo do fluxo menstrual é objeto de um tabu: os leprosos são filhos de casais que tiveram relações sexuais durante a menstruação da mulher. (LE GOFF, 1994)

Todavia, a despeito de as mulheres medievais serem taxadas como medíocres perante os homens, as camponesas tinham certa regalia à frente das mulheres nobres e da realeza. As moças neste nível social eram reputadas como de igualdade de gênero considerável. Muitas inclusive conseguiam trabalhar para ajudar o marido a custear o sustento da casa, mesmo que como prostitutas:

Na Idade Média, as mulheres entravam para a prostituição por razões basicamente iguais às que as levam a fazê-lo em qualquer época: pobreza, inclinação natural, perda de status, um passado familiar perturbado, violento ou incestuoso. [...] As prostitutas deveriam ser mantidas longe das áreas respeitáveis, igrejas, ruas principais e escolas. As prostitutas eram proibidas de trabalhar fora das zonas da “luz vermelha” e frequentemente proibidas de entrar nas tavernas. Nos próprios bordéis as mulheres deveriam supostamente permanecer enclausuradas, muitas vezes sob o controle de uma administradora conhecida como a abadessa. Os fregueses deveriam entregar suas armas ao entrar, embora muitas cidades italianas autorizassem a administração do bordel a possuir armas para a manutenção da ordem. Muitas vezes se recomendava aos fregueses que deixassem jóias e dinheiro com a abadessa. A admissão era seletiva e poderia ser recusada. (RICHARDS, 1993)

Em síntese, a narrativa apresentada por Richards evidencia como, historicamente, a mulher foi relegada à margem da sociedade, inserida em espaços

de controle, exclusão e silenciamento. As práticas sociais e institucionais reiteravam sua condição de subalternidade, empurrando-a para atividades estigmatizadas e territórios de invisibilidade. Percebe-se desta forma que, apesar das mudanças ao longo do tempo, os mecanismos de marginalização continuam operando de forma complexa, exigindo atenção crítica e constante revisão das estruturas que sustentam essas exclusões.

Assim, nesse enfoque, as epistemologias femininas emergem nesse debate como um campo de resistência, oferecendo leituras críticas que rompem com a tradição androcêntrica que historicamente se impôs sobre a sexualidade e o gênero. Em vez de reduzir o corpo feminino a objeto de controle, elas o reconhecem como fonte legítima de conhecimento, memória e agência. Nessa chave, questionam a primazia dos discursos hegemônicos e reivindicam o direito de narrar a experiência sexual a partir das próprias vivências, deslocando o olhar para práticas e saberes que foram silenciados ou estigmatizados ao longo do tempo.

Ainda assim, esse percurso não se constrói sem entraves. As estruturas hierárquicas de poder que sustentam desigualdades de gênero mostram-se resilientes e persistentes, reproduzindo-se nas mais variadas instituições sociais e científicas. Por isso, a busca por equidade nas discussões sobre sexualidade e gênero permanece em aberto, exigindo não apenas inclusão formal das vozes femininas, mas um deslocamento radical do modo como o conhecimento é produzido e validado. Trata-se de afirmar tais epistemologias não como anexos ao discurso dominante, mas como forças capazes de redefinir parâmetros de justiça e de reconhecimento.

Nesse contexto, a prostituição pode ser compreendida como um dos espaços em que essa tensão se torna mais evidente. Se, por um lado, ela foi construída socialmente como sinal da repressão e da submissão feminina, por outro também representou uma forma de resistência às normas morais impostas. Como sugere Joan Scott (1995), a identidade de gênero é estruturada a partir de processos de socialização que moldam expectativas e papéis, relegando mulheres a lugares de controle e exploração. A prostituição, nesse sentido, não se reduz a um estigma, mas expressa a contradição entre restrição e agência, repressão e transgressão.

Desta maneira, reconhecer como esses papéis foram naturalizados ajuda a compreender a profundidade dos mecanismos de exclusão. Scott (1995) ressalta que a socialização feminina se organizava em torno de normas rígidas que limitavam o alcance da autonomia e cerceavam a liberdade sexual das mulheres. Tais

constrangimentos, repetidos e legitimados ao longo de séculos, contribuíram para a manutenção de estereótipos que ainda reverberam na contemporaneidade. Assim, pensar a prostituição à luz das epistemologias femininas e das reflexões críticas sobre gênero é essencial para identificar tanto os processos históricos de subjugação quanto as brechas possíveis para a resistência e a reconstrução de narrativas.

E à vista disso, a reflexão de Michele Wallace sobre a crítica cultural feminista, especialmente em sua análise das “imagens negativas”, mostra-se pertinente para pensar os modos como as culturas femininas foram representadas e interpretadas ao longo da história. Sua proposta de leitura, que articula ferramentas do marxismo cultural, do estruturalismo e da psicanálise, permite romper com visões simplificadoras e ampliar a compreensão das tensões entre gênero e poder. Nesse sentido, as ideias de hegemonia cultural, desenvolvidas por autores como Raymond Williams e Frederic Jameson, ajudam a evidenciar como o inconsciente político participa ativamente da construção e da circulação das representações culturais.

Adotar esse olhar interdisciplinar significa, portanto, reconhecer que a cultura não se limita a reproduzir desigualdades, mas também constitui espaço de disputa e ressignificação. Wallace defende que uma prática crítica que leve em conta as políticas sexuais e de gênero como parte de um cenário global revela fissuras nos discursos dominantes e abre espaço para interpretações alternativas das experiências femininas. Tal abordagem, ao iluminar a multiplicidade das identidades femininas e suas contradições, possibilita um deslocamento importante nas leituras tradicionais da sociedade e de outras formações sociais marcadas pela hierarquia de gênero.

Consequentemente, a reflexão proposta por Michele Wallace acerca da crítica cultural feminista abre espaço para considerar outras vozes que problematizaram os mecanismos de regulação da sexualidade. Nesse mesmo horizonte, torna-se relevante destacar o diálogo de Judith Butler com Foucault, especialmente no que se refere à forma como os corpos são produzidos e atravessados por normas sociais. Se a cultura funciona como campo de disputa simbólica, a teoria de Butler contribui para explicitar de que modo o gênero não preexiste às práticas que o conformam, mas é continuamente produzido por elas.

Segundo Butler (2008), o mérito de Foucault está em revelar que o “sexo” não constitui um dado natural a ser regulado, mas é o próprio efeito da regulação. Em outras palavras, a norma não se limita a organizar um objeto já dado; ela cria aquilo que pretende governar. Ao adotar essa perspectiva, Butler demonstra que a

identidade de gênero não é uma essência estática, mas um processo performativo que se estabelece na relação com discursos e práticas que pretendem estabilizá-la. Nesse sentido, a autora enfatiza que:

[...] não há “sexo” do qual uma lei que vem de fora se ocupa... a regulação do “sexo” não acha nenhum sexo ali, externo à sua própria regulação; a regulação produz o objeto que vem a regular... Não há um intervalo temporal entre a produção e a regulação do sexo; elas ocorrem ao mesmo tempo, pois a regulação é sempre geradora, produzindo o objeto que ela alega apenas descobrir ou encontrar no campo social e que opera. (BUTLER, 2008)

Essa formulação é fundamental para compreender a complexidade das relações entre corpo, poder e cultura, pois desloca a sexualidade do campo da natureza para o terreno da construção social e histórica. Ao evidenciar a simultaneidade entre produção e regulação, Butler fornece instrumentos teóricos para analisar como discursos normativos, muitas vezes ancorados em ideais de moralidade ou ciência, criam categorias que sustentam hierarquias de gênero e sexualidade. É justamente a partir desse ponto que McClintock (1995) identifica como a noção de pureza sexual se converteu em metáfora central de poder, articulando dimensões políticas, econômicas e raciais.

Nesse debate, McClintock (1995) destaca como a noção de pureza sexual foi mobilizada como metáfora central de poder, atravessando dimensões políticas, econômicas e raciais. Ao mesmo tempo, Lugones (2008) demonstra que a chamada “colonialidade do gênero” operava em benefício da liberdade sexual masculina, sobretudo a dos homens brancos, ao passo que a fidelidade feminina era rigidamente controlada e vigiada. Essas práticas evidenciam a contradição estrutural da ordem burguesa, que defendia padrões morais aparentemente universais, mas os aplicava de forma seletiva e excludente, reforçando um sistema hierárquico sexual e racial.

A associação entre sexualidade, poder e ciência consolidou-se também por meio de discursos que erotizavam a mulher e naturalizavam desigualdades raciais. Como observa McClintock, as tentativas de classificar as raças a partir de supostos critérios anatômicos buscavam legitimar diferenças sociais e políticas, servindo como base para projetos coloniais e patriarcais. Ao vincular a hierarquia sexual à racialidade e à economia, tais concepções pseudo-científicas reforçaram mecanismos de repressão e exclusão, contribuindo para perpetuar tanto a subordinação feminina quanto a marginalização de grupos étnicos e culturais considerados inferiores.

Consequentemente, a persistência das desigualdades de gênero permanece como um dos entraves mais significativos à efetivação da liberdade reprodutiva e sexual das mulheres. A violência, inscrita nas práticas cotidianas, funciona não apenas como expressão de dominação, mas como estratégia recorrente de controle sobre seus corpos e escolhas. Nesse cenário, não surpreende que setores conservadores se mobilizem contra qualquer tentativa de mudança, reagindo de forma contundente às pautas feministas que visam romper padrões históricos de submissão. O debate em torno da legalização do aborto exemplifica esse embate, ao evidenciar a confluência de forças religiosas, políticas e jurídicas que se unem para conter avanços nesse campo.

Tais resistências não se dão no vazio, mas no interior de disputas mais amplas pela definição do lugar das mulheres na sociedade. A defesa de políticas voltadas à equidade sexual e de gênero está vinculada a uma concepção ampliada de cidadania, entendida como direito a condições dignas de existência e como instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, a luta por reconhecimento ultrapassa a esfera privada e se insere no horizonte de um Estado que se pretende promotor de justiça social, amparado por valores éticos e democráticos capazes de confrontar preconceitos enraizados.

Cabe ainda ressaltar que a formulação de políticas públicas nessa seara deve estar alicerçada no princípio de laicidade, condição fundamental de um Estado que busca garantir direitos de forma igualitária. Quando decisões relacionadas à vida sexual e reprodutiva são capturadas por preceitos morais ou religiosos, corre-se o risco de perpetuar exclusões históricas e inviabilizar a construção de um espaço social verdadeiramente plural. Por isso, mais do que regulamentar comportamentos, cabe ao poder público assegurar que as práticas e escolhas individuais sejam respeitadas como parte constitutiva da dignidade humana.

Essas tensões, longe de se limitarem ao campo legal ou institucional, desdobram-se em experiências concretas de mulheres que, ao longo da história, encontraram na resistência cotidiana meios de reivindicar sua autonomia. É justamente nesse ponto que a discussão sobre prostituição e memória se torna essencial. O meretrício, embora estigmatizado, constitui um terreno fértil para compreender como mulheres situadas nas margens desafiaram normas morais, ressignificaram sua condição e produziram saberes próprios. Essa perspectiva introduz a temática que será aprofundada no próximo capítulo, em que se analisará a

prostituição não apenas como prática social, mas como campo de elaboração de experiências femininas e de disputas por reconhecimento.

1.3 Meretrício e memória: a prostituição e a produção de saberes femininos no Brasil.

Como evidenciado ao longo da pesquisa, o percurso da prostituição ao longo da Idade Média deixou um legado duradouro na forma como os corpos femininos foram percebidos e controlados nas sociedades ocidentais. Nesse interím, esse imaginário de culpa, tentação e marginalidade atravessou os séculos e desembarcou nas colônias com igual peso simbólico, sendo moldado pelas novas realidades sociopolíticas dos territórios colonizados.

No Brasil, a prática da prostituição encontrou um terreno fértil para se enraizar, especialmente devido à estrutura desigual de gênero, raça e classe que sustentava a lógica colonial. Ao contrário da rigidez eclesiástica europeia, aqui o controle dos corpos femininos mesclava repressão e permissividade, produzindo dinâmicas ambíguas que ainda ressoam nos tempos atuais.

Durante o período colonial brasileiro, a sexualidade feminina foi tratada como mercadoria, instrumento de poder e mecanismo de controle social. A presença de um grande contingente de homens brancos europeus, somada à ausência de mulheres de mesma origem nas fases iniciais da colonização, resultou em uma intensa exploração sexual de mulheres indígenas e, posteriormente, negras escravizadas. A prostituição, nesse contexto, não era uma escolha nem uma profissão regulamentada, mas uma extensão da violência de gênero sistematizada pelo modelo escravocrata. O meretrício funcionava como válvula de escape para os desejos coloniais reprimidos e, ao mesmo tempo, como mais uma engrenagem da opressão racial e patriarcal.

A prostituição era tolerada e havia corrupção nos meios políticos e policiais que possibilitavam tanto a entrada ilegal como a ausência de repressão mais forte às atividades, potencializadas pela presença das rotas de navegação pelos portos brasileiros. A vida urbana colonial, especialmente nas cidades portuárias como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, fornecia o cenário ideal para o desenvolvimento de práticas sexuais clandestinas ou toleradas pelas autoridades. Com a intensa circulação de marinheiros, comerciantes e estrangeiros, surgiram zonas de tolerância informal, onde a prostituição era ignorada ou tratada com conivência. Ao mesmo tempo, surgia um discurso moralizante nos sermões católicos, que condenava

publicamente os "pecados da carne", mas raramente atacava os homens que consumiam os serviços sexuais. A responsabilidade recaía, como sempre, sobre as mulheres, que passaram a ser constantemente vigiadas, estigmatizadas e, muitas vezes, invisibilizadas pela historiografia oficial. Nessa ótica, acerca dessas mulheres, a historiadora Margareth Rago, em seu livro "Do cabaré ao lar" discorreu que:

A prostituta tinha, portanto, características de independência, liberdade e poder, que ligar antes tinha importante presença em todos os aspectos sociais, constituir uma figura da modernidade devido a sua associação, a sua extrema liberalização dos costumes na sociedade civilizada, como também por sua desarticulação com os laços sociais tradicionais e possua variada gama de práticas sexuais diferenciadas. Era uma figura pública, já que podia comercializar seu cu como desejava, dissociando amor e prazer, e era extremamente poderosa por que simbolizavam ameaça e subversão dos códigos de comportamento estabelecido. (RAGO, 1985)

Por conseguinte, mesmo sem um aparato legal estruturado como o modelo regulamentar europeu do século XIX, o Brasil já manifestava indícios de uma tentativa informal de ordenar os espaços da prostituição. Nas vilas e centros urbanos, surgiam casas onde mulheres eram mantidas sob vigilância de administradoras ou exploradores, e a associação entre prostituição e criminalidade começava a se formar. Esse processo se acentuaria nos séculos seguintes, quando a urbanização, a imigração europeia e as ideias higienistas ganharam força. No entanto, ao contrário do que se pensa, essas mulheres não foram apenas vítimas passivas de estruturas violentas: encontravam, dentro do possível, maneiras de sobreviver, negociar, resistir e até mesmo adquirir certo poder social em suas comunidades.

Assim, urgiu uma forma de regulamentar e higienizar os bordéis brasileiros objetivando definir uma nova economia do sexo e disciplinando a prostituição para impedir que se manifestassem formas aberrantes de comportamento sexual.

O ideal tolerado passou a ser a prostituta recatada e dessexualizada, que cumpre seus deveres profissionais sem sentir prazer e sem gostar de sua atividade laboral. Era escudado que os bordéis fossem localizados em bairros distantes de escolas, de igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais, e as meretrizes deveriam ter pouquíssimas permissões de saída, visando lutar contra doenças venéreas, limpar as ruas e mitigar a libertinagem, e a reunião das mulheres em bordéis certificados, diminuindo a possibilidade de se espalharem pela cidade.

Mas muitas não se submeteram ao meretrício regulamentado, por medo e pudor de serem estigmatizadas pelo seu registro de prostituta. Entretanto, não

deixaram de ir à rua escondidas atrás de clientes, e nesse processo eram cooptadas pelos cafetões, tornando-se vítimas dos marginais lenocidas e acabando ainda mais marcadas. Submetidas aos cafetões, estes detinham o direito legal de vendê-las, trocá-las ou comprar outras de acordo com a demanda e satisfação da clientela:

Mas motivada, na maior parte do tempo, pela miséria, pela solidão, a prostituição é acompanhada de uma exploração, ou mesmo de uma super-exploração, do corpo e do sexo das mulheres. (PERROT, 2007)

Ainda, o método de vigilância dessa prostituição era permeado de inúmeras falhas: é atacava somente a prostituta e não o cliente, perseguindo-a por um tipo de relação em que o homem também estava presente. Ela era então sequestrada e confinada em casas isoladas, taxada na polícia como prostituta profissional, vigiada severamente pelos médicos e acusada de ser transmissora de sífilis e de outras doenças venéreas – a sua vida era um verdadeiro érebo terreno.

Sofrendo sozinha toda a represália de práticas não toleradas pela sociedade, enquanto o homem que utilizava de seus serviços ficava sempre exímio de qualquer responsabilidade, o resultado do sistema regulamentar aplicado acabou por ser o oposto do que se propusera: a prostituição clandestina aumentou e as prostitutas inscritas acabavam por fugir quando haviam fundadas suspeitas de que haviam contraído alguma doença venérea. Dessa forma, sobre essa forma de prostituição, Perrot afirma que no:

Mundo em expansão, a prostituição diversifica sua oferta. As casas de rendez-vous, mais refinadas, distinguem-se dos prostíbulos sórdidos, onde as mulheres emendam coitos de cinco minutos [...] No terço final do século XVIII, o 'tráfico de escravas brancas' amplia o mercado; das zonas pobres da Europa central, mulheres polonesas e provenientes dos guetos são levadas para as zonas boêmias das cidades sul-americanas. (PERROT, 2007)

Nesse contexto, não obstante a exploração econômica estava presente, como também a convergência de questões de gênero, raça e classe que pairam sob a história da sexualidade no país. Tertuliana Lustosa, em sua obra "Educando com o cu", alvitra uma contemplação sobre como o corpo, especialmente o corpo subalternizado, pode ser um agente de renitência e de antagonismo de saberes. Lustosa preceitua que o corpo não é tão-somente um brio de controle, mas também um símbolo de tenacidade e de expressão de potências pedagógicas e artísticas.

Por esse lado, a prostituição, longe de ser uma prática eremítica, é um espelho das relações de poder que norteiam a sociedade. As mulheres que se viam coagidas a se sujeitar ao meretrício regulamentado não eram unicamente vítimas de uma estrutura que as marginalizava, mas também condutoras de suas próprias histórias, mesmo que essas narrativas fossem continuamente veladas. Lustosa nos propõe a conceituar como essas mulheres, ao envolverem espaços de resistência, desatinam as normas sociais que as repelem à invisibilidade e à desumanização.

A ótica de que o corpo "fala" e possui conhecimento é umbilical para compreender o hermetismo das vivências femininas na prostituição. As meretrizes, ao se perpassarem entre os limites prescritos pela sociedade, não apenas procriam as condutas de opressão, mas também forjam formas de resistência que afrontam a moralidade vigente. Assim, a prostituição se torna um coliseu onde as mulheres, mesmo sob estado de vulnerabilidade, buscam proclamar sua autonomia, retomar as rédeas de suas vidas e reescrever suas narrativas.

Outrossim, Lustosa evidencia a necessidade de escutar as vozes dessas mulheres, legitimando que suas histórias são essenciais para a construção de um conhecimento que não se delimita às narrativas hegemônicas. A escuta ativa e o enaltecimento dessas experimentações são caminhos vitais para descolonizar o saber e diligenciar uma educação que acate as diversidades e as individualidades de cada corpo.

A sexualidade, partindo dessa visão, não se limita a um domínio privado ou neutro; ela se revela, na verdade, como um terreno intensamente político, atravessado pelos legados da colonialidade. Nesse contexto, as relações de poder históricas não se restringiram à exploração econômica dos subalternos, estendendo-se também à regulação e vigilância de seus corpos. O prazer, portanto, transcende a simples busca por satisfação física ou afetiva, configurando-se como componente de uma rede de controle que orienta o corpo, o desejo e a intimidade. Dessa forma, certos grupos sociais são continuamente subordinados às expectativas e interesses de uma elite hegemônica, evidenciando como o domínio colonial ainda reverbera nas maneiras de experimentar e narrar a sexualidade.

Consequentemente, ao ponderarmos sobre a prostituição e os pilares que a asseveram, é elementar visualizar que as mulheres padecidas nessa prática não são somente vítimas, mas também emissárias de saberes e experiências que incitam as normas sociais. A contenda por admissão e respeitabilidade, como sugerida por

Lustosa, deve ser tida como componente de uma cinesia mais ampla de obstinação contra as opressões que perpassam a história da sexualidade no Brasil.

Para ilustrar esse cenário, destaca-se a questão do contrabando sexual no Brasil na metade do século XX. Mulheres vindas da Polônia, Áustria, Ucrânia e outros países eram vítimas de tráfico de pessoas. Inicialmente, eram atraídas com a promessa de casamento com um pretendente judeu residente no Brasil que teria enricado e estava atrás de uma esposa judia. Mas era um golpe para ludibriar a “matéria prima” da máfia das organizações criminosas de cunho sexual que eram da própria organização judaica no Brasil. A personagem Madame Pommery, uma filha de “um polaco israelita de nome Ivan Pomerikowsky” tem uma fala no livro de seu mesmo nome, de autoria de Hilário Tácito, que bem exemplifica essa fantasia judia:

Parece que este Mr.Defer lhe tinha insuflado pensamentos aventureiros e ambições de rápida fortuna, pintando-lhe asas paragens meridionais do Novo Mundo tal qual o País de Cocagne fabuloso, onde o ouro e as pedras preciosas são em tanta abundancia como as araras, os papagaios e os macacos. O fato é que Madame Pommery, repentinamente, assentou de se embarcar para as Américas. Encasquetou-se-lhe a idéia de ‘fazer América’. Só pensava na América. (TÁCITO, 1998)

Nesse universo, as prostitutas de origem judaica sofriam ainda mais no Brasil. As cocottes, acompanhantes franceses, eram prostitutas de elite, de luxo, enquanto as polacas — apelido pejorativo dada as mulheres judias que trabalhavam com sexo pago no Brasil — eram o baixo meretrício. As polacas eram as escravas brancas do período, que só acabou com final da segunda guerra mundial. A esse modo, todo o sucesso e a lucratividade dessa prostituição de luxo umbilicalmente interligada ao imaginário social brasileiro relacionado às “polacas” e ao embranquecimento da população, como afirma Margareth Rago:

A atração pela ‘polaca’, seja ela associada às polonesas, austríacas, russas ou judias fundou-se na constituição de um imaginário voltado para a idealização das regiões distantes povoadas por raças diferentes, onde ocorriam histórias fantásticas de nobres, num país onde até em tão grande parte das prostitutas provinha dos contingentes de escravas e ex-escravas negras, principalmente no Rio de Janeiro. Mulheres loiras, ruivas, claras, delicadas, de olhos verdes ou azuis tornavam-se mais misteriosas e inatingíveis para uma clientela masculina seduzida pelos mistérios fantásticos da vida moderna e impulsionada pelo desejo de desvendar física e simbolicamente os labirintos. (RAGO, 1991)

Nesse sentido, tem-se visualizado o imenso papel da mulher na história da sociedade brasileira e seu recorrente apagamento por parte dos que contam essas histórias. O exame das engrenagens sociais que atravessaram o período escravista brasileiro, como no episódio envolvendo Roque José Florêncio por exemplo, revela com clareza a sobreposição entre mecanismos de gênero, raça e o poder colonial. Nesse ponto, os aportes de Luciana Ballestrin sobre o chamado “*giro decolonial*” fornecem uma lente que desvela de que forma tais práticas não só mantiveram sistemas de exclusão, mas também delinearam memórias e discursos que ainda reverberam na experiência atual.

Segundo Ballestrin, a colonialidade do poder se manifesta na classificação e no ordenamento das interações sociais, funcionando como um legado que continua a direcionar as formas de dominação no presente. A mercantilização dos corpos, sobretudo daqueles de mulheres negras e indígenas, expressa-se tanto nas imposições de práticas reprodutivas quanto na negação da humanidade plena dos sujeitos escravizados. A antiga visão aristotélica da superioridade masculina encontra ressonância nesse contexto, em que a fecundidade feminina era convertida em estratégia de acumulação para os proprietários de cativos.

Nesse panorama, a lembrança de Pata Seca ultrapassa a simples narrativa de um indivíduo, transformando-se em emblema das complexas estruturas de poder que pautaram a vida de pessoas escravizadas. Seus descendentes, concebidos em ambientes de extrema violência, carregam tanto a marca da continuidade de uma coletividade que resiste quanto a cicatriz de um regime que desconsiderava a autonomia e o valor intrínseco da vida humana. A análise de Ballestrin, portanto, convida-nos a repensar como tais histórias foram organizadas e a questionar os discursos hegemônicos que insistem em marginalizar os ecos desses passados.

Essa esfera, que nos convida a refletir sobre a trajetória da sexualidade e das práticas reprodutivas no Brasil, impõe reconhecer a urgência de uma leitura decolonial capaz de ultrapassar o simples registro das violências sofridas. Trata-se de propor novas interpretações que iluminem o protagonismo e a experiência daqueles que foram sistematicamente silenciados. Essa perspectiva, ao mesmo tempo crítica e propositiva, abre espaço para ressignificar a memória coletiva e valorizar saberes forjados na adversidade.

Portanto, ao deslocarmos a análise da herança escravocrata para um prisma decolonial, torna-se possível compreender não apenas a perpetuação das

desigualdades, mas também as formas de resistência que emergiram como resposta a elas. O passado, quando lido por esse viés, deixa de ser mero registro de horrores e se transforma em campo fértil para recontar histórias, reconhecer experiências invisibilizadas e construir interpretações que dialoguem diretamente com os desafios do presente. Não obstante, indo de encontro de tal afirmação, faz-se necessário levantar as palavras proferidas no prefácio do livro “Minha história das mulheres”, de Michelle Perrot, que afirma que:

O momento agora é de fazer com que um público mais amplo tenha acesso as descobertas dos historiadores. A história precisa sair das universidades e ganhar as ruas. A história das mulheres deve ser discutida nos salões de beleza, nos almoços de família, nas mesas de bar, nos ambientes de trabalho; deve estar presente nas escolas, nas TV's e rádios brasileiras, no judiciário e no legislativo, assim como na elaboração de políticas públicas. (PERROT, 2007)

Assim, a lei, além do poder intimidador simbólico, também atua como coatora direta da prática que visa reprimir, estabelecendo punições e mecanismos de controle que funcionam como barreiras à reincidência e à disseminação da conduta considerada indesejável. No contexto brasileiro, esse uso da lei como instrumento de repressão moral e social se materializou desde os primeiros códigos republicanos. O Código Penal de 1890, elaborado sob forte influência das concepções higienistas, moralistas e patriarcais da época, revela uma tentativa clara de enquadrar legalmente as práticas sexuais dissidentes, sobretudo aquelas ligadas ao meretrício feminino.

Ao invés de reconhecer a prostituição como uma realidade social complexa e multifacetada, a legislação preferiu tratá-la como sintoma de decadência moral e como ameaça à ordem pública e familiar. O artigo 278, em particular, revela a preocupação do legislador em coibir qualquer forma de intermediação ou apoio à prostituição, atribuindo responsabilidade criminal tanto à indução quanto ao suporte logístico dado às mulheres em situação de exploração sexual. É o que se lê:

induzir mulheres, quer abusando da sua fraqueza ou miséria quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios, para auferir directa ou indirectamente, lucros desta especulação. (BRASIL, 1890)

Contudo, com o que se depreende do livro de Hilário Tacito é que Madame Pommery, um ícone da prostituição de luxo durante a Belle Époque, escapa às

penalizações legais que o Código Penal de 1890 impunha à figura do cafetão. Diferente do que previa a legislação, Pommery não era alvo de repressão, tampouco padecia de intimidações por parte das autoridades. Essa aparente imunidade se sustentava sobre dois pilares essenciais: sua origem europeia — o que lhe conferia uma aura de distinção e exotismo muito valorizada na sociedade colonial tardia — e sua estreita relação com membros influentes da elite local, incluindo comerciantes, políticos e representantes do poder policial. A legalidade, nesse contexto, torna-se maleável, dobrando-se às dinâmicas de classe, raça e capital.

Esse cenário de convivência entre práticas ilícitas e instâncias de poder evidencia que a repressão jurídica não se aplicava de forma equânime. A prostituição, que era juridicamente condenada, era simultaneamente tolerada e até incentivada quando vinculada a figuras que detinham prestígio social ou capital simbólico. Nesse sentido, a personagem de Madame Pommery transita entre o marginal e o celebrado, sendo tanto agente quanto produto de uma sociedade que lucrava com sua existência, mas que, ao mesmo tempo, mantinha silêncios estratégicos sobre os pactos que garantiam a manutenção dessa economia do desejo. A leitura de sua trajetória — ficcional, mas inspirada em figuras reais — permite perceber a complexa teia de contradições que sustentavam (e ainda sustentam) a exploração sexual como uma prática socialmente funcional e seletivamente criminalizada.

E é nesse ponto que a obra *Beira Rio, Beira Vida*, de Assis Brasil, se torna extremamente significativa: à semelhança da narrativa de Tácito, ela mergulha nas memórias e resistências de sujeitos invisibilizados pela história oficial, especialmente aqueles cujas vidas se desenrolam nas margens — do rio e da sociedade.

Ao conectar-se com as trajetórias marginalizadas retratadas em *Beira Rio, Beira Vida*, torna-se evidente a necessidade de refletir sobre como a cultura e as representações moldam a percepção social das mulheres à margem. Nesse sentido, Bell Hooks, em *Cinema vivido: raça, classe e sexo nas telas*, nos convida a reconhecer a importância de um espaço cultural que não apenas reproduza experiências femininas, mas também as celebre em sua diversidade. Esse reconhecimento é essencial para construir narrativas que desafiem normas patriarcais históricas e possibilitem que mulheres marginalizadas se vejam refletidas de maneira legítima e respeitosa, rompendo com o apagamento histórico que as relegou a papéis secundários ou estereotipados.

Além disso, a perspectiva interseccional de Hooks nos auxilia a compreender como raça, classe e gênero se entrelaçam na configuração das experiências femininas, reforçando que a luta por equidade social não se manifesta de forma isolada. Cada vivência se entrecruza com outra, revelando tensões e hierarquias que atravessam os corpos, as oportunidades e as narrativas das mulheres. Ao considerar práticas como a prostituição e o tráfico de pessoas, essa análise evidencia a necessidade de que as próprias mulheres afetadas sejam protagonistas da contação de suas histórias, rompendo com representações estereotipadas ou reducionistas.

Desse modo, nos anos 1930 e 1940 esse cenário de invisibilidade e marginalização feminina se torna ainda mais perceptível, sobretudo em cidades como Parnaíba. Foi um período em que o crescimento urbano e as transformações econômicas intensificaram desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que práticas como a prostituição emergiam como estratégias de sobrevivência para muitas mulheres empurradas às margens. Nesse contexto, as representações culturais e literárias desempenham papel crucial: não apenas refletem tais realidades, mas também podem questionar e tensionar as formas como esses corpos femininos foram socialmente enquadrados — quase sempre sob lentes moralistas ou de estigmatização.

Esse período demarca uma fase de conquistas decisivas para as mulheres, que passam a exercer o direito ao voto, a disputar cargos eletivos e a ocupar novos espaços no ensino e no mercado de trabalho. No entanto, o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe de volta com força a figura estereotipada da dona de casa, reinstalando o ideal feminino atrelado ao lar e à submissão.

É nesse contexto que surge Simone de Beauvoir, cujo livro *“O segundo sexo”* inaugura uma reflexão radical ao recusar as construções culturais que sustentam a desigualdade sexual. Sua análise buscava compreender não apenas a condição feminina em si, mas os processos pelos quais a mulher aprende a ser mulher e vivencia o universo ao qual é socialmente circunscrita. O impacto dessa obra consolidou um marco sem precedentes para a teoria feminista, abrindo caminho para a crítica cultural que, a partir da década de 1960, questionaria as hierarquias de gênero em diversas esferas. Nesse sentido, como lembra Larrauri (2000) ao interpretar o pensamento foucaultiano:

[...] a sexualidade da qual falamos hoje, apesar de sua aparência de consistência, é uma invenção moderna. (...) é o resultado (...) dos discursos sábios (psicanalíticos médicos, psicológicos) (...) e das regras e imperativos dos poderes que estabelecem (religioso, judicial, médico, pedagógico); e, finalmente também resultado do sentido e do valor de cada um, de sua conduta, da série de deveres que adota, dos prazeres que conhece ou aos quais aspira, seus sentimentos, seus sonhos. Assim a série de práticas humanas que materializa nos corpos, não existe de maneira natural. Não é algo com o que se nasce, não pertence, portanto, ao corpo – se o considerarmos como algo dado no nascimento. A sexualidade não é o sexo e sim é um modo de ser que se incorpora a um corpo mediante as práticas. (LARRAURI, 2000)

À vista disso, a partir da década de 1960 o feminismo adquire novas faces de luta, deslocando o foco da simples reivindicação de direitos para a crítica profunda às bases culturais que sustentavam a diferença sexual. Esse movimento questiona a ideia de predeterminação biológica dos papéis sociais, desmontando a dissimulação que naturalizava a hierarquia masculina. O Estado, o sistema jurídico, a religião, a política e a vida intelectual revelavam-se instâncias moldadas por uma racionalidade hegemônica, marcada pelo olhar masculino. Nessa direção, Simone de Beauvoir sintetiza a crítica ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, indicando que o feminino e o masculino são construções sociais incorporadas no processo de socialização. Tal perspectiva é reforçada por Salih (2015), que observa:

Butler, seguindo Foucault, caracteriza esse modo de análise como “genealógico” [...] Uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero. [...] as identidades “generificadas” e sexuadas são “performativas”. (SALIH, 2015)

Com o observa-se, esse aprendizado social opera desde a infância: às meninas são atribuídas delicadeza, dependência e altruísmo; aos meninos, agressividade, independência e controle. A naturalização desses papéis reforça a crença de que a mulher estaria mais próxima da emoção e o homem da racionalidade, perpetuando desigualdades históricas. A crítica feminista contemporânea, porém, demonstra que a hierarquia sexual não decorre de determinações biológicas, mas resulta de um regime histórico e cultural que pode — e deve — ser contestado. Como afirma Louro (1997), ao analisar o processo de socialização, as aprendizagens sobre ser homem e ser mulher são construídas nas práticas sociais, constituindo-se em formas de disciplinamento e controle:

As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de “realidade”; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. (LOURO, 1997)

Assim, a partir da década de 1970, o movimento feminista consolida-se como uma força política decisiva, com impacto nas mais diversas áreas: da sexualidade à saúde, da formação profissional ao mercado de trabalho, inaugurando um ciclo de resistências que redefiniu o debate público.

Doravante, com o avanço democrático e a transformação do espaço público, novas questões emergiram. Tecnologias reprodutivas, experiências transgressoras de fronteiras sexuais e articulações corpo-máquina abalaram antigas certezas, reconfigurando o modo de compreender tempo, espaço, afetos e identidades. Já no século XXI, mesmo quando não se identificam formalmente como feministas, as mulheres continuam a ampliar sua participação em associações, coletivos e espaços comunitários, reafirmando sua presença na esfera pública e política. Esse percurso, marcado por resistências e conquistas, segue sendo um itinerário em constante reconstrução, no qual as demandas por reconhecimento e justiça social permanecem centrais. Acompanhando essa dinâmica, conforme sintetiza Dall’Agnol:

As questões relacionadas à sexualidade têm sido alvo de muitos debates e questionamentos ainda nos dias atuais. Se, por um lado, temos um numeroso contingente de teóricos e um volume significativo de pesquisas que visam a aprofundar as questões pertinentes ao tema; por outro lado, o relacionamento afetivo-sexual entre os seres humanos tem atraído um enorme contingente de pessoas, seja por meio de debates, artigos de revistas, enredo de filmes e/ou novelas. (DALL’AGNOL, 2003)

Consequentemente, a costura dessas reflexões prepara o terreno para a discussão proposta por Montané Carvalho (2012), ao destacar a urgência de transformar as culturas acadêmicas e científicas, de modo a erradicar as formas sutis de exclusão e desvalorização de gênero. A leitura conjunta de Beauvoir, Foucault, Butler, Louro e Dall’Agnol evidencia que a sexualidade e o gênero não são dados naturais, mas construções sociais permanentemente disputadas.

Destarte, essa compreensão preceituará: a necessidade de enfrentar as barreiras institucionais que ainda limitam a plena inserção das mulheres, reconhecendo sua experiência e sua voz como constitutivas da memória social e da

produção de conhecimento, trazendo à tona a imprescindível necessidade de, nas palavras de Montané Carvalho (2012):

transformar as culturas acadêmicas de diferentes departamentos, cursos, disciplinas e áreas do conhecimento, para erradicar obstáculos e formas de discriminação, desvalorização e exclusão sutis baseados em sinais de gênero. (CARVALHO, 2012)

Partindo-se desta hipótese, essa abordagem crítica ilumina como a cultura, a memória e o imaginário social moldam as percepções sobre as mulheres subalternizadas e suas trajetórias. A leitura de Hooks mostra que a validação das experiências femininas é um ato político, capaz de reconfigurar as formas de reconhecimento social e de intervenção nos processos de marginalização histórica. E é, portanto, um convite a repensar as narrativas que circulam sobre sexualidade, poder e desigualdade, destacando a relevância da voz feminina como elemento transformador da história social.

Em consonância com essas ideias, a obra *Beira Rio Beira Vida*, de Assis Brasil, emerge como exemplo literário dessa valorização das vozes marginalizadas. Ao explorar memórias e resistências dos sujeitos situados à margem da sociedade e do espaço urbano, o romance possibilita que experiências historicamente apagadas sejam percebidas e compreendidas em seus próprios termos. Assim, o diálogo entre a perspectiva de hooks e a narrativa de Assis Brasil permite perceber como a literatura pode ser instrumento de visibilidade, reconhecimento e reinterpretação das trajetórias de mulheres que, como Madame Pommery ou as polacas do século XX, tiveram sua vida marcada pelas interseções de classe, gênero e exploração social.

2. A CIDADE MARGINAL EM BEIRA RIO, BEIRA VIDA: OS REFLEXOS DA SOCIEDADE NA LITERATURA DE ASSIS BRASIL.

Porto de vida salgada
 Polidas pedras no cais
 Um rio, nosso horizonte
 Submisso à ponte
 Os gaiolas não traz
 Ali jaz a alfandega
 Restos de um armazém
 Orgulho ora em escombros
 Passado pesa aos ombros
 Glória, guindaste, é ferrugem
 E quando chega a noite

Barro das águas é prata
 A lua em raios mata
 Meus maus pensamentos
 E vejo o velho monge
 Com sua barba mais moça
 Recuperando a força
 Transmutando esse tempo

Israel Correia

A composição “Porto Salgado”, segundo o seu compositor Israel Correia, nasce do sentimento de nostalgia pelas figuras que marcaram sua infância — especialmente as lavadeiras que, com mãos calejadas, davam vida às margens do cais. O autor, ao revisitar esse passado afetivo, também resgata a memória dos trabalhadores do entorno fluvial, cujas histórias de esforço diário se confundem com a dureza da própria existência.

Sob tal perspectiva, a canção não apenas emociona pelo lirismo de suas imagens, mas também funciona como um potente documento memorialístico e social. O “porto de vida salgada”, expressão que abre a composição, já denuncia a amargura do cotidiano vivido à margem do rio e da cidade. É no sal — símbolo do trabalho, da lágrima e da sobrevivência — que se condensa a dureza da vida dos sujeitos anônimos que povoam o cais. A poesia de Israel Correia, nesse sentido, cumpre papel semelhante ao da literatura engajada: evidenciar as vozes historicamente silenciadas, fixar em versos aquilo que a historiografia oficial muitas vezes negligencia.

Nesse cenário, ao mencionar “polidas pedras no cais” e “restos de um armazém”, o compositor não se refere apenas a ruínas físicas, mas também a estruturas simbólicas desmoronadas — o orgulho de uma cidade que viu seu esplendor portuário ser corroído pela ferrugem do abandono.

A nostalgia evocada não idealiza o passado, mas denuncia os impactos do descaso político e da reconfiguração urbana sobre os corpos que sempre sustentaram a cidade com trabalho e resistência. Lavadeiras, estivadores, pescadores e ambulantes, figuras apagadas da história, emergem como protagonistas de uma memória subterrânea, mas pulsante.

Figura 4 – Construção da Ponte Simplício Dias, em Parnaíba, em meados dos anos 1970.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Assim, a imagem da ponte, ainda em edificação, surge como um marco visual que rompeu com o isolamento, pavimentando novos rumos para o turismo e impactando a configuração urbana. Carrega ambivalência: de um lado, é símbolo de progresso e integração; de outro, é metáfora do afastamento entre o passado e o presente, entre o vivido e o idealizado. A ponte conecta espaços físicos, mas também evidencia as desconexões sociais produzidas por um modelo de desenvolvimento que exclui os que habitam as margens.

Consequentemente, o poema tensiona o imaginário de modernização ao colocá-lo em confronto com as memórias de um tempo em que a cidade, embora também dura, parecia mais humana e integrada à sua gente. Ainda, a imagem do “barro das águas” se transformando em “prata” sob a lua cria uma suspensão poética onde a dor cotidiana ganha brechas de beleza e transcendência. Essa metáfora não suaviza a realidade, mas revela a capacidade de resiliência dos sujeitos marginalizados que, mesmo diante da ruína, encontram caminhos para manter viva a dignidade.

Mais do que abordar a atividade portuária ou o cenário econômico adverso que assolou Parnaíba, a música revela ainda a potência do afeto enraizado em um território de experiências e sobrevivência, onde o “salgado” não é apenas o gosto da água, mas também da vida vivida à beira do rio. Isto posto, a música em tela serve como uma espécie de abertura sensível para a compreensão da cidade de Parnaíba e do universo retratado na obra *Beira Rio, Beira Vida*, de Assis Brasil.

Ambos, poema e romance, não se limitam à estética da margem — eles desnudam as contradições sociais que estruturam a existência ribeirinha. O poema introduz um modo de olhar para a cidade não a partir dos centros de poder ou dos discursos oficiais, mas sim das bordas, dos escombros, dos corpos esquecidos que ainda respiram memória e resistência.

Figuras como as lavadeiras, os trabalhadores do cais e outros tantos protagonistas da vida urbana periférica, ganham contornos ainda mais profundos nas páginas da literatura piauiense — em especial na produção de autores que vivenciaram de perto essa realidade. Não se trata apenas de narrar o lugar — trata-se de habitá-lo por meio da linguagem, de reconhecer os dramas humanos que ali se desenrolam e de lhes conferir permanência.

2.1 A cidade que leio e habito: o urbano, o humano e o invisível.

A partir de agora, voltamos o olhar para essa escrita engajada e visceral, cuja potência nasce do compromisso com a verdade social e com a dignidade dos corpos à margem: no norte do estado do Piauí, em Parnaíba, nascia em 18 de fevereiro de 1932 Francisco de Assis Almeida Brasil, mais conhecido como Assis Brasil. Essa prole piauiense mais tarde viria se tornar um dos maiores escritores do estado e membro da Academia Piauiense de Letras.

Sua escrita dialoga diretamente com a densidade emocional e social evocada pelo poema de Israel Correia, mas vai além ao reconstruir, com olhar crítico e sensível, os caminhos da exclusão, da luta e da resistência. Ao lançar luz sobre os contrastes entre centro e periferia, tradição e modernidade, memória e silenciamento, sua literatura transforma o cotidiano da cidade em matéria estética e política.

Notável romancista, cronista, ensaísta, escritor piauiense e jornalista, atuou também como crítico literário, intensamente, na imprensa brasileira, especialmente no “Jornal do Brasil”, “Diário de Notícias”, “Correio da Manhã” e “O Globo”, assim como nas revistas “O Cruzeiro”, “Enciclopédia Bloch” e “Revista do Livro”. A identidade literária do autor se revela com clareza nas palavras destacadas por Cavalcanti (1975, p. 7), cuja citação a seguir ajuda a iluminar os traços marcantes de sua produção artística:

Ficcionista, ele, com uma viva marca pessoal - personalíssima: escritor de sua terra e de seu tempo. Em todas as tramas que tece, vista também a paisagem, que enfoca, com singular nitidez, em suas narrativas, é - embora a palavra não me agrade muito - um telúrico. Um escritor para quem a terra existe, as árvores existem, os bichos existem. E para quem existe o homem - e suas relações íntimas com a terra, suas qualidades, seus defeitos, sentimentos e emoções, mentalidade, meio e estilo de vida. (CAVALCANTI, 1975, p. 7)

Faleceu em 28 de novembro de 2021, aos 92 anos de idade, em Teresina, após ter em sua autoria um espólio de mais de cem obras publicadas, entre elas: “A Filha do Meio Quilo”, 1966; “O Salto do Cavalo Cobridor e Pacamão” (Tetralogia Piauiense); “Os que bebem como os Cães” (Ciclo do Terror); “Nassau, Sangue e Amor nos Trópicos”; “Jovita e Tiradentes” (romances históricos) e o *best seller* piauiense “Beira Rio, Beira Vida”, escrito em 1965.

O livro faz parte da série intitulada como “Tetralogia piauiense”, projeto literário do autor que tem como cenário a cidade de Parnaíba e seus aspectos históricos, sociais e culturais, e cuja narrativa está amalgamente ligada à agitada rotina do cais. Em conversa divulgada na edição da Revista Sapiência de 2007 (p. 7), Assis Brasil revela como sua trajetória em Parnaíba influenciou profundamente sua produção literária, imprimindo-lhe um tom crítico. A experiência direta do autor com as realidades locais alimentou sua escrita com elementos de contestação social, perceptíveis ao longo de sua obra:

Sapiência - Os romances que compõem a Tetralogia Piauiense constituem, de alguma forma, reminiscências da sua infância e juventude passadas em Parnaíba?

Assis Brasil - Sem dúvida. Conheci Luíza pessoalmente, que estiliziei, através da criação para o romance. Ela, já velha, tinha se — aposentado da prostituição e vivia lavando roupa para fora. Ela lavava lá para casa. Quando ela desaparecia, minha mãe me pedia para ir procurá-la no cais. Eu tinha uma bicicleta e isso facilitou a minha ida aos subúrbios pobres de Parnaíba. Assim foi que conheci a vida como ela é, e me deu mais estofo para escrever. Além da Tetralogia, publiquei Histórias do Rio Encantado, que se passa no mesmo cenário socialmente marginal.

Ambientando suas narrativas em terras piauienses — entre zonas áridas e regiões costeiras —, Assis Brasil produziu uma série de quatro romances onde refletiu, com profundidade, os contrastes da convivência social. Seu olhar perscrutador lançou luz sobre histórias populares e aspectos ocultos do cotidiano, examinando o comportamento coletivo do período retratado e lançando um olhar crítico sobre as disparidades entre as elites e as camadas populares, e “com a crítica contemporânea,

o romance [passou a ser] classificado como ‘romance de periferia’, por abordar os problemas sociais da margem que Parnaíba se encontrava” (LEITE, 2010, p. 4).

Por conseguinte, essa inversão da lógica dominante, em que os sujeitos subalternos ganham protagonismo narrativo, despertou a atenção de leitores e pesquisadores comprometidos com uma literatura socialmente engajada. Os personagens marginalizados — prostitutas, marinheiros, trabalhadores humildes — resistem à invisibilidade imposta por uma sociedade elitizada e conservadora. E foi nesse cenário de reconhecimento e circulação local que se deu o primeiro contato com o livro deste que vos subscreve.

Entretanto, a obra sempre ocupou lugar de destaque no imaginário cultural da cidade de Parnaíba. Durante os tempos do vestibular regionalizado, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) adotava o romance como leitura obrigatória, promovendo o acesso de estudantes locais à literatura produzida em seu próprio território. Muitas escolas de ensino médio também incorporaram o livro como paradidático, utilizando-o como ferramenta pedagógica para discutir questões sociais e históricas da própria comunidade. Foi nesse contexto educacional que conheci *Beira Rio, Beira Vida*, ainda na adolescência, em uma sala de aula de escola localizada justamente em um dos bairros retratados na narrativa.

Figura 5 – Vista da Rua Grande, em meados dos anos 1910, da sacada do prédio onde funciona hoje a escola “Colégio Dez”, onde estudei o Ensino Médio.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Esse encontro entre leitor e obra foi marcado por um sentimento de familiaridade e pertencimento. Reconheci nos personagens, nas ruas e nos conflitos descritos por Assis Brasil, traços do meu cotidiano, das paisagens que eu atravessava e dos rostos que eu via diariamente. Não era apenas uma história ficcional: era a minha cidade contada por outra ótica — uma ótica crítica, sensível, popular. Essa identificação imediata me capturou, despertando o interesse por temas como a marginalização de corpos, a prostituição, as tensões de classe e as dinâmicas sociais ocultas sob o verniz da ordem e do progresso.

Inicialmente, a leitura se deu por razões literárias e emocionais. Como leitor, fui cativado pela força das personagens, pela riqueza descritiva e pela densidade simbólica da obra. No entanto, com o passar do tempo, e já inserido no ambiente acadêmico, compreendi que aquele universo narrativo continha um potencial de análise ainda maior. Passei, então, a me debruçar sobre a obra não apenas como leitor, mas como pesquisador interessado em compreender como corpos subalternizados são representados, silenciados e, por vezes, ressignificados na literatura. Minha motivação passou a ser a de contribuir, por meio da pesquisa, para dar visibilidade a essas vozes que Assis Brasil, com maestria, já havia trazido à cena literária.

Imerso nessas circunstâncias, a obra *Beira Rio, Beira Vida* se tornou mais do que um marco literário pessoal: tornou-se uma porta de entrada para uma investigação mais ampla sobre memória, identidade e exclusão social. Através da leitura crítica e da análise textual, vi a possibilidade de compreender como a literatura pode atuar como ferramenta de denúncia, reflexão e transformação. Ao resgatar essas figuras marginalizadas da sombra, o autor inaugura um espaço discursivo em que resistências se formam, estratégias de sobrevivência são narradas, e corpos historicamente silenciados ganham, enfim, o direito à palavra.

2.2 Entre literatura e denúncia social: uma análise introdutória à obra

Diante desse percurso de descobertas pessoais e intelectuais, tornou-se inevitável adentrar com mais profundidade na obra, compreendendo-a como um campo fértil de análise das relações sociais, das exclusões históricas e das memórias marginalizadas. Ao transformar personagens invisibilizados em protagonistas de sua

narrativa, Assis Brasil nos convida a repensar os limites entre a literatura e a realidade, entre a ficção e o documento social.

Partindo-se dessas ideologias, no decorrer da primeira metade do século passado, em meio a períodos marcados por angústias coletivas e tragédias bélicas, a criação literária passou a refletir inquietações existenciais e dilemas íntimos do ser, afastando-se do tom otimista que predominava nos anos iniciais do mesmo século. Os traumas oriundos dos grandes conflitos impulsionaram uma produção artística voltada à introspecção e ao questionamento dos sentidos da vida.

Ao abordar diferentes ambientações nas narrativas ficcionais, o leitor se deparava com camadas que entrelaçam elementos concretos do cotidiano com projeções sensíveis e simbólicas. Assim, o cenário construído literariamente não apenas representa o entorno físico, mas também expressa marcas singulares do tecido social ali existente. Produções como *Beira Rio Beira Vida* ilustram como experiências passadas atravessam décadas e permanecem perceptíveis no presente, traduzindo dinâmicas culturais específicas e revelando conexões entre memórias coletivas e o espaço vivido.

Neste período, a prosa ficcional rompeu com modelos herdados do romantismo e com a frieza analítica das narrativas naturalistas, introduzindo uma forma narrativa mais comprometida com o cenário social e os dramas humanos. Os autores passaram a explorar as interações entre os sujeitos e o território em que vivem, enfatizando as injustiças e as privações enfrentadas, em especial no sertão nordestino. A fusão estilística entre tradições do século anterior e a crítica social emergente contribuiu para que as obras desse ciclo fossem reconhecidas como manifestações do realismo renovado, voltadas à denúncia de desigualdades, abandono e violência estrutural. Tal perspectiva está registrada por Bosi (2015, p. 314), quando afirma que:

O Modernismo é, num plano histórico mais geral, os abalos que sofreu a vida brasileira em torno de 1930 (a crise cafeeira, a Revolução, o acelerado declínio do Nordeste) condicionaram novos estilos ficcionais marcados pela rudeza, pela captação direta dos fatos, enfim, por uma retomada do naturalismo, bastante funcional no plano da narração-documento que então prevalecia. Tais narrativas valorizam a análise objetiva e a observação dos fatos do cotidiano, tentando criar uma imitação da vida por meio da arte literária, tanto nas relações de caráter social como na vida interior dos personagens. (BOSI, 2015, p. 314)

É nesse contexto de renovação estilística e engajamento social da literatura que se insere a produção de Assis Brasil. Dialogando com os impasses do tempo

presente e as heranças do passado, o autor constrói uma prosa que não apenas reflete a realidade, mas a interroga, especialmente no que diz respeito às relações de poder, às desigualdades regionais e à marginalização de determinados grupos sociais. É nesse cenário que emerge o romance, que incorpora essas tensões e lhes dá forma narrativa.

Publicada ainda na década de 1960, transforma a literatura em instrumento de crítica e intervenção social. Através das memórias de Luiza, figura central da narrativa, o autor revela aspectos marcantes da vida social parnaibana na segunda metade do século XX. A obra, desta forma, segundo as palavras de Fausto Cunha na própria epígrafe do romance:

É o retrato insolúvel duma comunidade sufocada pelo primitivismo capitalista, um mundo em que a sociedade se estratificou implacavelmente, onde as prostitutas são prostitutas, os pobres são pobres, Os ricos são ricos - quase à revelia do eventual saldo financeiro. Não existem vasos comunicantes. Quem quiser realizar-se, terá de fugir, terá de ir para fora. As dobradiças do sistema estão, porém, de tal modo enferrujadas que a fuga é praticamente impossível. O personagem Jessé - sofrido e patético - alimenta a quimera de uma ruptura com o meio, e é por ele destruído. O rio pertence aos ricos, as casas pertencem aos ricos, a religião pertence aos ricos. Os descontentes podem sumir simplesmente daquele cenário imutável; mas se não souberem, como Jessé, fugir à atração atávica do lugar de origem, serão consumidos no fogo de sua nulidade social. Não é com o dinheiro largado pelos homens que a rameira Cremilda - uma das figuras soberbas da nova ficção brasileira - penetrará na sociedade. Num mundo de horizontes compactamente fechados, a miséria passa de pai a filho, de mãe a filha, quem conscientizar a sua desgraça vai sofrer em dobro. (BRASIL, 2012, p.5-6)

Assim, retrata a vida de homens e mulheres pobres que vivem às margens do rio e à margem da sociedade parnaibana, retratando o cotidiano das mulheres prostitutas e da prostituição que se desenvolve na região do cais num contexto de intensas transformações sociais e urbanas no período compreendido entre as décadas da metade do século XX. A obra põe em evidência a distinção entre os moradores nobres e os trabalhadores marginalizados do cais: canoieiros, embarcadiços, estivadores e prostitutas.

Figura 6 – Lavadeiras exercendo ofício à beira do Igaraçu, em meados dos anos 1950.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Consequentemente, possui um caráter de delação e “apesar de a obra ter sido bem aceita pela crítica, ela sofreu resistência por parte dos comerciantes parnaibanos. Esta rejeição houve porque os comerciantes foram retratados de outra forma até então desconhecida, capitalista e oportunista”, na ótica de Leite (2010, p. 3).

Nessa ambientação, por meio das experiências das protagonistas, a narrativa concebida por Assis Brasil revela os impactos prejudiciais vinculados à prática da prostituição, evidenciando concepções normativas e moralistas oriundas dos campos jurídico e médico. Mais do que uma representação fiel da realidade, a obra incorpora construções sociais sedimentadas ao longo do tempo sobre o papel feminino, tensionando valores ligados à decência e aos bons costumes.

Dentro desse ambiente, Assis Brasil rompe com modelos narrativos tradicionais ao permitir que uma figura feminina, marcada pela singularidade, assuma a condução da história. O foco desloca-se para uma coletividade humilde que habita o entorno portuário, marcada pela labuta incessante dos homens do rio e pela jornada penosa de mulheres que sobrevivem através do comércio sexual, as quais o autor nomeia com a expressão simbólica de “Beira Vida”. Assim, o romance revela, de maneira criativa e rara, os modos de existência que caracterizam esse espaço periférico:

[...] as cidades-beira-rio Parnaíba são obras do rio e da história da navegação a vapor em seu leito. A lógica dessas cidades é do inventário dos objetos que nelas se agrupam. Elas entrecruzam-se historicamente em realizações tão diversas e, ao mesmo tempo, tão iguais. Mas são iguais numa viagem de passagem uma vez que possuem particularidades. Cada uma tem seu tempo e sua história... inscritas em sua própria historicidade, assentadas num

quadro geográfico, as cidades encarnam a vida em sua forma mais complexa e mais intensa. Em cada uma há um rio que passa e as delimitam, ora negado ora querido. Com efeito, este, a um só tempo confere a cada cidade sua mais bela vestimenta, seu maior encanto. (GANDARA, 2010, p. 21)

Contudo, embora a narrativa demonstre empatia e comprometimento com as experiências de indivíduos excluídos e vulneráveis socialmente, ela é elaborada a partir da perspectiva de um sujeito situado fora desse universo: homem, pertencente à classe média, beneficiário de privilégios econômicos e raciais, além de alinhado a um padrão heterossexual. Mas ainda que distante da vivência direta daqueles que subsistem nas franjas da sociedade, o autor consegue construir uma representação sincera e observadora desse cotidiano marginalizado, já que, segundo Margareth Rago afirma, “a literatura pode nos revelar aspectos importantes das formas de pensar e sentir de uma determinada sociedade. Os romances traduzem os anseios, captam as angústias, fantasias, desejos de uma determinada época, e não apenas de uma classe social a que pertenceria o autor” (RAGO, 1991, p. 30-31)

A narrativa, nesse viés, apresenta uma linguagem singular e transformadora, revelando o sofrimento humano sob o olhar daqueles que o vivenciam, e não sob a ótica distante dos eruditos. Ao tratar da exclusão e da extrema pobreza, o texto expõe a fragilidade de indivíduos alijados das redes institucionais de apoio. Tais produções literárias, especialmente as que enfatizam questões sociais intensas, acabam espelhando os aspectos econômicos, políticos e coletivos do contexto que as originou.

E além disso, convida à reflexão sobre as tensões entre uma proposta de equidade cidadã e a lógica mercantil que marginaliza. Em tempos contemporâneos, destaca-se o desafio de reformular as bases institucionais, incorporando nelas uma função efetiva de mudança social. Por meio da exposição de um abismo estrutural, a criação literária questiona a configuração vigente e provoca um debate acerca de alternativas capazes de superar os mecanismos que perpetuam a segregação.

Desta maneira, a ênfase narrativa perpassa dois enfoques distintos: a visão externa do narrador-observador e a visão da personagem Luíza, que conta a história segundo uma cronologia psicológica, ou seja, a narrativa se desenrola à medida que Luíza segue a fruição de suas memórias. O que, de fato, traz uma particularidade singular à obra: a lembrança de situações anteriores trazidas a posteriori; o esquecimento de determinados pontos; as idas e vindas no tempo; a repetição de

ações e falas no cotidiano das personagens. Todo esse estratagema estilístico serve para salientar a uniformidade do tempo e a inércia que marca as personagens:

— Você tem um nome pra ela?
 — Luiza.
 — Luiza?
 — Minha filha vai se chamar Luiza.
 — Você fez alguma promessa?
 — Minha mãe se chamava Luiza.
 Saiu mais forte da Santa Casa — a filha no braço e muitas recomendações por cima dos ombros:
 — Tenha juízo, olhe lá.
 Devia ficar quieta em seu canto, os homens não valiam nada, “olhe lá”, não é sempre que tem uma cama à disposição, “procure um emprego, procure um emprego”.
 Decidiu procurar um emprego, mas a sua maneira, a única maneira que tinha em sua frente — era um gosto esquisito de vingança, tinha que se vingar do mundo, ou mais particularmente deles, dos desgraçados. Estranho que fosse uma vingança na própria carne, na própria alma. (BRASIL, 2012, p. 94)

Ainda, o ponto focal da obra é a realidade marcada pela marginalização: a beira do rio – o cais de pobreza e desesperança – e a vida – a vida marginalizada do cais. E estar “à beira” acaba definindo as tramas tecidas pela história, ao passo que as personagens afirmam viver uma sina por serem seres de um espaço amaldiçoado. Antônio Paulo Benatti (1997) oferece uma análise precisa ao abordar a separação simbólica entre o espaço central e as áreas periféricas, evidenciando essa dicotomia antagônica em sua argumentação teórica:

Logo ficou claro que eu não poderia empreender uma história das margens da cidade sem abordar a história de seu centro, pois o cêntrico e o marginal se determinam mutuamente e só se definem um em relação ao outro. Essa ideia de transitar entre as duas perspectivas sem parar por muito tempo em nenhuma delas orientou a estrutura do trabalho. (BENATTI, 1997, p. 2)

Além disso, todo esse meretrício é movido e movimenta as engrenagens de um sistema social e econômico nas margens fluviais do rio que dá vida à cidade: prostitutas ganham a vida neste local de intensa atividade mercantil e de fluxo da população masculina laborada nas embarcações que passam pelo local.

Por outro lado, o tempo da obra passa de forma morosa, sendo um fardo para quem não vislumbra um destino ou transformação nesse espaço de mesmice da geografia do cais. Para os embarcadiços, as horas são contadas pela chegada e saída do barco; já para as mulheres, pela chegada e saída dos homens aos seus leitos, ressaltando sua subalternidade até mesmo nesse ambiente.

Assim, as memórias evocadas por Luíza estruturam toda a narrativa, servindo não apenas para expor os acontecimentos mais significativos de sua trajetória, mas também como base para a crítica social que se delineia ao longo da obra. Esses episódios, escolhidos para evidenciar a pobreza extrema que a cerca, também apontam para os mecanismos que sustentam tal precariedade — ora percebidos por ela como destino inevitável, ora identificados como resultado das atitudes de indivíduos pertencentes a classes mais privilegiadas.

A protagonista, que sofreu desde muito jovem com as agressões emocionais e humilhações oriundas de sua mãe, envolta em frustrações e amargura, jamais demonstrou escrúpulos ao encaminhá-la para o mesmo destino: a venda do próprio corpo como meio de sobrevivência. Sem qualquer perspectiva de futuro, e marcada por uma postura muitas vezes calculista, Cremilda reforçou à filha, desde a infância, que não havia outro caminho senão aquele que ela mesma trilhava.

Outro personagem importante da trama é Jessé, que representa a insatisfação com essa situação de segregação e é o primeiro do conto a tentar a façanha de quebrar a sina do cais. O personagem, que desde a infância foi acolhido por Cremilda, expressa sua revolta frente ao destino que lhe parece imposto. Seu sonho de buscar uma vida melhor através do estudo é violentamente impedido pela mãe de Luíza, minando-o igualmente o seu maior algoz: o rio.

Naquele momento ele [Jessé] soube Mundoca, que só poderia ser um embarcadouro ou um canoeiro, quando muito um marinheiro de algum navio gaiola, ou coisa nenhuma se continuasse naquele armazém de puta, como ele falava. Sei que queria estudar não para abandonar o rio- sua grande paixão- e as embarcações, mas pra conhecer melhor de tudo um pouco. Nunca abandonaria o rio e, quem sabe? Estudando poderia ser até comandante de uma gaiola (BRASIL, 2012, p. 43).

Todavia, antes de tornar-se tripulante de embarcação, dedicava-se à criação de animais como marrecos e porcos, além de capturar insetos como borboletas. Sua trajetória, marcada pela tentativa de superar a condição marginal, termina tragicamente com sua morte em um incêndio a bordo de uma embarcação fluvial. Com isso, a narrativa adquire densidade trágica ao expor o universo íntimo das figuras, revelando suas pequenas aspirações, sofrimentos e derrotas.

Desta forma, a obra nasce justamente desse olhar singular sobre a prostituição e a miséria, sendo, por isso, pertinente analisar o romance a partir dos marcos mais impactantes de sua narração, que não se restringem à sua experiência pessoal, mas

oferecem subsídios à denúncia das desigualdades sociais que permeiam toda a sua existência. Assim, à medida que a narrativa tem uma tríade de personagens com características, sentimentos e representações próprias, a narrativa se sustenta sobre um triunvirato principal:

Cremilda narra a Luíza um episódio segundo o qual, certa vez, a mulher mais formosa e prestigiada que atuava no porto acabou se relacionando com um jovem pertencente a uma família influente e rica. Esse acontecimento é considerado o marco inicial daquilo que ficou conhecido como a “sina do cais”, sendo visto como o episódio fundador da trajetória vivida pelas prostitutas de Parnaíba:

Era a mulher mais bonita do cais, tinha casa própria, muitos vestidos e muitos admiradores. Diziam que até o Prefeito visitava a casa dela e ela conseguia o que bem queria. Acho que foi dona de muitas casas aqui na beira do rio. Pois bem, um dia um moco da cidade se apaixonou por ela, era de família abastada e conhecida — foi um escândalo. A cidade passava o tempo todo vigiando o rapaz. Quando ele falou em casamento a mãe quase morreu, ficou um mês de cama, o pai disse que ele estava deserdado e podia sair de casa. Pois um marinheiro, amigado com a mulher, não matou o pobre rapaz? Dizem — ela dizia — que falavam que o pai mandou matar o próprio filho e botar a culpa nela. A mulher quis se afogar no rio, mas foi presa. Do marinheiro assassino nunca se soube. Ai, na cadeia, toda noite, quando a cidade já estava dormindo, ela gritava e chorava, e maldizia a sua vida. [...] A mulher passou os nove meses de gravidez gritando e chorando de noite, pra que toda a cidade ouvisse. E quando a filha nasceu ainda chorava e gritava, blasfemando. Passou a maldizer o futuro da menina, que ela era culpada, haveria de penar, penar e pegaria barriga de marinheiro, e teria uma filha que pegaria barriga de marinheiro, e a filha de sua filha pegaria barriga de marinheiro. (BRASIL, 2012, p. 67)

Já a segunda epígrafe é atinente ao envelhecimento e declínio de Cremilda, que, anteriormente vestindo a indumentária de que “de uma coisa eu procurei livrar você, Mundoca: do meu barulho com os homens, para que não tivesse vergonha diante de sua mãe. A minha nunca ligou pra isso, até que se exibia: você viu, Luíza, aquele mulato alto? Quase me matou, o desgraçado” (BRASIL, 2012, p. 48). Cremilda, agora já em idade avançada, cede espaço para que Luíza assuma a condução dos negócios.

Os homens deixaram a casa, um a um — foram desaparecendo em silêncio. Contava a passagem dos anos pela frequência deles. Um a um, diminuindo as gargalhadas, os palavrões, não tinham mais casos para contar, até chegar o silêncio redondo: envelhecera. Ia sentindo angustiada que as noites se despovoavam [...].

No começo daquela vida não precisava ficar nem na porta de casa. Chovia assim de homem, Mundoca. Eles vinham com uma garrafa de cachaça, já tomados, gargalhavam, contavam os mesmos casos, antes do demônio.

Da rede da varanda bordada, onde ficava como uma princesa à espera, vestido limpo, uma flor nos cabelos, perfumada, passou a espreitar da janela, descobrindo os vultos na ponta do cais, descendo dos gaiolas, soltando desafios na porta do botequim — acompanhava todos os seus passos e gestos, “virão agora para cá?” torcendo para que eles tomassem a direção de sua casa. E foram passando ao longe, passando, como se nunca tivessem conhecido o lugar.

[...] Da rede passou para a porta, vestido bem vistoso, cheio de flores berrantes — o candeeiro mais alto, o rosto empoado, dava com a mão para os desgraçados:

— Está rico, não conhece mais a gente? Recebia até insultos, ouvia coisas.

— Aquela velha não dá mais nada.

Comprendera tanto, a mãe se desesperando, de olhos tristes para ela que ainda sorria jovem. Então compensava seus maus negócios — os homens passaram a procurar a Luizinha. (BRASIL, 2012, p. 170)

Percebe-se, assim, a perpetuação da maldição entre as descendentes, que assumem as funções maternas e mantêm, incessantemente, o ciclo estabelecido. A encenação de papéis é enganosa, da mesma forma que o fundamento mítico da condenação, pois recorre ao sobrenatural para justificar uma adversidade social. “A rede de varanda bordada era dela agora, robe florido, o leque perfumado - nova rainha no trono” (Brasil, 2012, p.17): a coroação simbólica da “nova rainha do trono” e a transmissão de bens sinalizam um rito que restabelece o tempo primordial da narrativa mítica, efetivando a herança do castigo instaurado no passado.

E, fechando as arestas do triângulo crônico da obra, outro episódio marcante nas memórias de Luíza corresponde à sua transformação corporal, simbolizada pelo início do ciclo menstrual, que define sua inserção forçada nesse universo de degradação. Embora tenha crescido cercada pelo cotidiano da prostituição, é somente com essa mudança fisiológica que ela se vê definitivamente conduzida à trajetória de submissão e violência. A mãe, diante dessa transição, não hesita em afirmar:

Cansei de ver os panos dela, a vida que ela levava, aqueles homens — juntava tudo que via com o tipo de vida que ela tinha. E de repente me via suja como ela.

Juro, Mundoca, que pensei que só mulher da iguala de minha mãe tinha aquilo, que era como uma sina ou um castigo, uma espécie de marca. E eu fora atingida, minha vida seria igual à dela, quer quisesse ou não.

Fiquei mais convencida quando tua avó, me vendo triste, marchando a seu lado, disse:

— Sossega, Luiza, é assim mesmo, você agora já pode ter homem.

Foi o que ela disse, Mundoca: “Você agora já pode ter homem, você agora já pode ter homem”. (BRASIL, 2012, p.54)

Para Luiza, o sangue derramado não representa apenas um marco biológico, mas a confirmação irrefutável de sua sentença: uma existência marcada pela desventura.

Já no universo das personagens, estas são definidas em dois primas tangencialmente parecidos, mas distintos: ora vistas como seres que sucumbiram à miséria extrema, ora como figuras marcadas pela devassidão consciente. Assim, aquelas catalogadas como compelidas pelas circunstâncias despertam piedade, pois são percebidas como sujeitas que não escolheram sua trajetória, mas sim forçadas pelas limitações sociais. Já as que são interpretadas como moralmente desviantes, carregam o estigma de quem teria deliberadamente abraçado a marginalidade, sendo, portanto, alvos de condenação e punição social. Dentro desse cenário, Luíza, a protagonista, emerge como o símbolo do infortúnio determinado pelo acaso, sem alternativas senão entregar-se à prostituição para garantir sua subsistência, resultado inevitável de uma trajetória imposta e não escolhida.

Já Cremilda, mãe de Luíza, representa um ponto intermediário entre a imagem da mulher marcada pela devassidão e aquela que é levada à prostituição por imposições externas e que sofre preconceito por ser associada à prostituição, como evidenciado no trecho:

- A senhora vai na cidade? – perguntei
 - Vou comprar uma casa para nós. Vai, Luiza, não deixa ninguém te ver. Saí e esperei na ponte [...]
 - Mãe, cadê suas coisas?
 - Mostrei a eles que não faço empenho de nada, “olhem aqui – eu gritei – vou me embora com a roupa do corpo, fica tudo aí pra vocês taparem o rombo da mãe”. Vamos a cidade, Luiza. Onde está o dinheiro? Vai ficar todo mundo comprido no meu dinheiro, você vai ver.
 Na praça da Graça tinha um bando de chofer que ficou olhando “errou o caminho de casa, Cremilda?” Ela me puxava pela mão, “não olhe para trás”, ia apressado e foi direto numa casa de escada branca, toda cheia de quadro.
 (ASSIS BRASIL, 2012, p. 39)

Figura 7 – Praça da Graça em meados da década de 1940, o passeio público da elite citadina onde Cremilda tentou residir.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Herdeira desse ciclo, também é interpretada como alguém tragada pelo acaso, uma vez que sua origem está ligada à condição materna: filha de uma mulher que também vivia do sexo. Sentia-se relevante e dominava o ambiente sempre que observava aquele conjunto de imagens organizadas em quadros, pois essas representações reforçavam sua posição e influência, já que: “nenhuma mulher do cais teve tanto homem” (BRASIL, 2012, p. 159).

Por sua vez, Mundoca, descendente direta de Luíza, é quem rompe, ainda que parcialmente, com esse itinerário predestinado:

Mundoca quebraria o ritmo daquelas noites, embalava-se em sua rede, sem emoção, à espera de ninguém, uma ou outra palavra, uma ou outra pergunta — o rio, o cais, a canoa verde do Joao, o emprego, meu padrinho disse isso. (BRASIL, 2012, p. 172)

Contudo, embora consiga escapar da prática da prostituição, carrega inevitavelmente o peso do julgamento social, pois sua identidade permanece atrelada à herança familiar, sendo sempre lembrada como filha de uma mulher prostituída, mesmo que tenha trilhado outro caminho.

2.3 A cidade e o rio como retrato da Parnaíba do Século XX: a obra como fonte histórica e social.

Ao mesmo tempo em que a trajetória de Luiza evidencia os estigmas sociais impostos às mulheres marcadas pela marginalização, o cenário urbano em que essas vidas se desenrolam exerce papel igualmente significativo. A cidade e o rio que a atravessa não são apenas pano de fundo da narrativa, mas elementos vivos, carregados de sentido, que moldam os destinos de seus habitantes. Nesse contexto, compreender a ambientação retratada por Assis Brasil é também revisitar as tensões, os sonhos e as contradições de uma sociedade em transformação.

Nesse universo, Parnaíba, município brasileiro situado ao norte do estado do Piauí, conhecida como a "Capital do Delta", portal de entrada para o único delta em mar aberto das Américas, experimentou um período de vigor econômico entre o final dos anos 1800 e as primeiras décadas do século XX. O cotidiano mercantil e os vínculos estabelecidos nesse ambiente urbano forjaram, entre seus moradores, uma percepção de distinção em relação a outras regiões piauienses.

Através de registros literários e documentos históricos, é possível vislumbrar que o espírito coletivo daquela época foi profundamente marcado por ideais de transformação e construção de um futuro mais promissor marcado por requinte, transformações culturais e aspirações cosmopolitas, o que lhe conferiu um ar de sofisticação semelhante ao vivenciado em centros urbanos durante a chamada era de esplendor europeu: a cidade viu florir em terras piauienses o glamour da *Belle-Époque*, "bons tempos parnaibanos", como evidenciado no seguinte excerto do início do século XX no Almanaque da Parnaíba:

Uma brisa benfazeja parece acariciar Parnaíba que marcha resoluta, na sua evolução progressiva, só, muito só, sem um auxílio de fora, mas sem desânimo, sem fraqueza, sob os melhores auspícios, ouvindo a canção interminável do Atlântico beijando as suas praias, em um movimento incessante, como a lhe ensinar que o segredo de vencer está em não parar (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1938, p. 360).

Sob essa tela, o avanço econômico na faixa costeira do Piauí foi impulsionado pela circulação ativa de itens ligados à pecuária e à coleta de recursos naturais, configurando-se como um traço singular da região. No entanto, o município não existia de forma isolada, tampouco os processos de modernização se limitaram a territórios específicos. Para alcançar transformações efetivas, Parnaíba demandava mais do que meros anseios populares — era imprescindível integrar-se a dinâmicas mais amplas de interação e intercâmbio.

Figura 8 – Vista da Rua Grande em meados dos anos 1930.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Neste aspecto, Parnaíba estaria se metamorfoseando naqueles espaços que Pierre Nora (1993) alinha como "lugares de memória". A cidade natal do autor, desta maneira, é ponto focal dessa pesquisa devido seu contexto sociocultural e influência da prática na formação das estruturas atuais, sendo ponto focal da criação do lugar cultural do cais, o principal espaço da obra. Nesse ínterim, evidencia Vasconcellos (2008, p.6) que:

A existência do lugar é resultado de um investimento que só se fez possível porque esse espaço não foi apenas um espaço de passagem, mas um espaço onde se fez pausa. Não a pausa da imobilidade, mas aquela necessária para a efetivação de uma ocupação material e simbólica. Esse salto que eleva, qualitativamente, o espaço à condição de lugar é uma construção. (VASCONCELLOS, 2008, p. 6).

Assim, refletir sobre as manifestações simbólicas que se constroem no ambiente urbano, consolidando-se nos hábitos coletivos, é indispensável para apreender a pluralidade e a densidade que caracterizam esse território. A urbe abriga uma profusão de vivências sociais, que possibilitam variadas formas de expressão e de interpretação do seu cenário. A convivência de coletividades num determinado cenário físico resulta em construções afetivas, interpretações simbólicas e trocas contínuas que vinculam identidade e espaço. As interações humanas com o entorno consolidam vínculos subjetivos que são atravessados por trajetórias culturais,

contextos históricos e sentidos corporais. Dessa fusão entre vivência sensível e localização concreta, emergem territórios carregados de significação.

A cidade, portanto, não se apresenta de maneira única, mas se revela através das múltiplas perspectivas e experiências que nela coexistem. Carlos (2007, p. 20) preceitua que “uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno”. A cultura histórica, em muitas interpretações, insiste em exaltar imagens antigas como ápices inalcançáveis, o que contribui para uma constante percepção do presente como período de esvaziamento ou ruína. Esse tipo de leitura revela o quanto a ideia de avanço permanece como referência dominante, frequentemente alimentando a noção de que o agora não corresponde à magnificência atribuída ao tempo outrora glorificado, já que:

Um lugar só é considerado como tal a partir do momento que alguém dá um significado a ele. Sendo assim, a significação dada a um espaço varia de acordo com as pessoas que o habitam, frequentam ou aqueles que só ouviram falar. (VAZ, 2005, p. 59)

Desta forma, a noção de cultura emerge como resultado das trocas entre coletividades diversas que compartilham certos territórios. As narrativas literárias desenvolvidas em solo brasileiro encontraram no enfoque local uma via expressiva e potente. Por causa da vasta diversidade sociocultural e do tamanho continental da nação, cada porção do território revela modos únicos de existir e perceber o mundo. Nesse contexto, a literatura de matiz regional ganha força ao retratar trajetórias humanas, suas lutas cotidianas, singularidades identitárias e experiências marcadas por dificuldades e resistências. Nesse sentido, em um depoimento concedido no ano de 1958, o poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto expressa seu ponto de vista acerca dessa temática afirmando que:

Regionalismo não é uma linguagem regional, que o inutilizaria, mas falar de problemas que estão mais próximos da pessoa que fala: a dor do homem, a alegria, as suas lutas e as suas belezas etc. [...] O que interessa é o problema do homem. Quando me bato pelo regionalismo é para mostrar, numa anedota, o local, os sentimentos comuns a todos os homens. Faulkner, por exemplo, é profundamente universal porque é regional e nacional. (CABRAL DE MELO NETO, 1958).

E vai ser justamente nesse cenário que se percebe como os vínculos afetivos e cognitivos se formam por meio da convivência entre sujeitos e contextos históricos,

sociais e simbólicos. Assim, o espaço se materializa como produto das vivências, em uma conexão física e simbólica entre o indivíduo e o ambiente onde habita. À vista disso, Tuan (2013, p.07) afirma que o “lugar é construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem”.

Assim, segundo a análise de Tuan (2013), o entendimento sobre a noção de pertencimento espacial emerge a partir de abordagens ligadas à antropologia cultural, à investigação do passado, à produção ficcional e à esfera da mente humana. O conceito de lugar, dessa forma, alça magnânimo destaque ao “refletir o papel da cultura e ao afirmar que a mesma é desenvolvida unicamente pelos seres humanos. Ela influencia intensamente o comportamento e os valores humanos. “A sensação de espaço e lugar dos esquimós é bem diferente da dos americanos” (TUAN, 2013, p. 13).

Nesse universo, a localidade ganha importância subjetiva por representar o meio onde a pessoa estabelece vínculos, sente-se pertencente e reconhece traços que dialogam com sua trajetória. É nesse recorte espacial que se firmam laços de identificação e se constrói uma inserção pessoal genuína no ambiente (CHRISTOFOLETTI, 1982). Nessa ótica, Carlos (2007, p. 15) afirma que o “lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”. As emoções despertadas na convivência entre o ser humano e seu entorno ganham destaque por evidenciar a relevância atribuída à noção em questão, especialmente quando se trata da experiência concreta com a realidade sensível. Por isso, é essencial reconhecer o quanto essa percepção se afirma nas interações afetivas estabelecidas com o espaço vivido. Isto posto, esse mesmo espaço é evidenciado por Oliveira (2014, p. 12) como:

[...] algo que se faz visível por meio de inúmeros meios: rivalidade ou conflito com os outros lugares e manifestações de arte e de arquitetura. Todo lugar adquire identidade mediante as diversas dimensões espaciais, tais como: localização, direção, orientação, relação, território, espaciosidade e outras. (OLIVEIRA, 2014, p.12)

Consequentemente, pode-se entender o mundo a partir de um espaço ocupado socialmente. É no ponto territorial que emergem as contradições, os impasses

cotidianos e os direcionamentos que caracterizam o tecido urbano em constante transformação. Ainda que esse espaço aparente ser apenas uma fração do cenário, ele oferece as chaves para compreender a dinâmica contemporânea, desde que seja interpretado dentro de um panorama mais abrangente — vinculado ao processo contínuo de formação da vida nas cidades. Oliveira (2014, p. 3) destaca que o “sentido de lugar implica o sentido da vida e, por sua vez, o sentido do tempo”.

De tal sorte que a influência retrógrada persiste nos tempos atuais, tanto nas instituições religiosas — simbolizadas pela figura do padre Gonçalo na obra em tela — quanto nos costumes sociais marcados pela dissimulação e pela tentativa de encobrir situações comprometedoras. Essa postura favorece apenas os grupos privilegiados, deixando à margem os excluídos, que reagem com desalento e revolta diante desse abandono sistemático, como percebido no excerto:

Mundoca, já vi tanta gente se interessando pela miséria do cais que fico besta. Depois, nada. Até um padre andou olhando a gente, perguntando, e perguntou se alguém tinha ajuda, recebia ajuda. Ninguém soube a que ele se referia. Era um padre bem novinho. O padre velho Gonçalo, esse nunca apareceu no cais que eu saiba. Fica lá nos batizados dos ricos, nos banquetes, nos casamentos. (BRASIL, 2012, p. 64)

É revelado ainda, ao longo da história, um ambiente socialmente desfigurado, onde impera um sistema arcaico de exploração econômica. Nesse universo fragmentado, os vínculos humanos se rompem diante de uma rígida hierarquia social que se impõe com ferocidade, onde conforme Assis Brasil (2012, p. 5), “as prostitutas são prostitutas, os pobres são pobres, os ricos são ricos [...] quem quiser realizar-se, terá de fugir, terá de ir para fora [...]. O rio pertence aos ricos, às casas pertencem aos ricos, a religião pertence aos ricos”.

Entretanto, ainda que o espaço à beira-rio apresente adversidades severas para o florescimento humano, ali se agrupam sujeitos repletos de sonhos e aspirações. Suas vivências estão enraizadas em um cenário de abandono social, marcado por privação extrema, comércio sexual e um cotidiano atravessado pela ausência de perspectivas duradouras, já que as práticas corriqueiras que moldam a vivência humana, em qualquer ponto da trajetória no tempo e no espaço, estão profundamente conectadas à noção de rotina. De acordo com Heller (1992, p. 17), essa perspectiva revela que:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade. Na vida cotidiana, colocam-se em “funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 1992, p. 17)

E é nesse cenário geográfico de exploração que as mulheres de vida (nada) fácil padecem sob as enfermidades do caos. Nesse ambiente de paralisia social e desigualdade, o domínio sobre os vulneráveis ocorre como um processo inevitável. A submissão mútua entre os indivíduos revela-se quando Jessé, movido pela fome, se submete à autoridade de Cremilda, que, por sua vez, se entrega aos desejos masculinos em troca de recursos financeiros.

Todos, sem exceção, são tragados pelo espaço urbano de Parnaíba, que não apenas representa o território físico, mas simboliza a ausência de condições básicas: falta abrigo digno, saneamento adequado, acesso ao trabalho. Entretanto, apenas a margem padece de tais enfermidades. O centro, com realidade oposta a margem, possui uma estrutura feérica ornamentada em torno da cúpula elitista da vida social: a praça da Graça, “toda a cidade onde já tem calçamento, porque o resto não é cidade pra ninguém” (BRASIL, 2012, p. 52).

Figura 9 – Pérgola no centro da Praça da Graça e antigo prédio do Banco do Brasil ao fundo, durante a década de 1950.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

E dessa forma, transformando a paisagem ao seu redor, o indivíduo ao mesmo tempo é alterado por ela, deixando marcas que ressignificam e criam novas territorialidades. A cidade, longe de ser um cenário estático, se reinventa a partir das ações humanas, que constroem sentidos diversos e muitas vezes contraditórios. Enquanto o cais, enquanto formação de “gueto urbana”, se descreve conforme destaca Carlos (2007, p.43)

[...] são áreas do desenvolvimento necessário de ações sociais que marcam a articulação entre o individual e o coletivo, bem como modos de percepção afetando o comportamento humano, constituindo-se através de formas de solidariedade e do sentimento do “pertencer” a um lugar.

Nesse viés, o sociólogo norte-americano Robert Park (1967, p.31) compreende a cidade como um estado de espírito, um corpo formado de costumes, tradições e sentimentos. E essa entidade abstrata de memória coletiva — “o espaço urbano” — que se impõe como expressão máxima da carência, alimentada pela negligência das instituições religiosas, pela frieza dos poderosos e pela ausência de atuação governamental. Assim, estabelece-se um ciclo de dominação e carência do qual ninguém consegue se desvencilhar. Com isso o autor evidencia, ao abordar a temática da prostituição, um arranjo social profundamente hierarquizado, onde os desfavorecidos são relegados à precariedade e à resignação, enquanto as elites usufruem das vantagens de uma engrenagem construída para manter seus privilégios. Assim, através dessa análise, torna-se perceptível uma configuração coletiva pautada por discrepâncias e assimetrias marcantes.

O espaço da cidade, como assim definido, se torna um estratagema “anfíbio”: ora pulsa na terra, ora pulsa na água do rio. E assim, seus arredores se tornam o habitat desses corpos anfíbios que vivem uma vida que se passa tanto na margem sólida quanto na via líquida.

Com isso, explora-se, de forma não tradicional, como se deu o processo de ocupação da beira do rio, destacando os aspectos sociais e financeiros que moldaram esse território. A importância do curso d'água Igaraçu se evidencia como elemento estruturante na organização espacial do município. Nesse sentido, na intersecção entre o ser humano e seu lugar de ocupação, pensar no cais trata-se de, acima de tudo, de refletir sobre os processos de territorialização – considerando-os tanto como um procedimento metodológico ou ferramenta de análise sugerida pelo estudioso,

quanto como práticas concretas experienciadas e construídas pelas comunidades locais.

Além disso, ao longo da narrativa, as diversas etapas econômicas marcam a trajetória histórica do espaço e de seus ciclos de progresso e estagnação em decorrência desta proximidade com o rio, em cujas margens se robustece a cidade e se traga a sua gente, ao passo que a verdadeira riqueza de uma cidade se manifesta, sobretudo, na pluralidade de seus habitantes — ao mesmo tempo enfeite delicado e engrenagem essencial do espaço urbano. São eles que, com suas vidas singulares e contraditórias, compõem o ornamento mais autêntico e sofisticado que qualquer lugar pode ostentar.

Consequentemente, o ser humano e o espaço urbano se moldam mutuamente, tornando-se inseparáveis no fluxo das práticas diárias, onde hábitos, afetos e modos de habitar se recriam incessantemente:

O cais lá estava o mesmo, retratado no mesmo barulho de todas as noites: a sineta de um navio-gaiola que partia, o grito de um barqueiro na escuridão do rio — a gargalhada das mulheres, a eternidade de suas vidas se repetindo. (BRASIL, 2012, p. 24)

Isto evidenciado, a cidade é constantemente redesenhada pela presença humana, que, ao alterar o ambiente, simultaneamente se reinventa, deixando traços e inventando novos territórios de existência. O dinamismo dessa relação revela não apenas a potência de transformar o espaço, mas também a de construir novas identidades e modos de significar o viver.

Portanto, as formas de convivência humana e as maneiras como as pessoas interagem com seu entorno materializam-se num recorte territorial moldado por práticas simbólicas e relações de pertencimento. Nessa dinâmica, o ambiente vivido passa a ser interpretado como cenário de identidades, modos de morar e experiências de ocupação cotidiana. Por isso, é necessário destacar que esse fragmento geográfico ultrapassa o mero aspecto físico, pois ali se sedimentam trajetórias coletivas. Carlos (2007, p. 14) roga que “uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno”.

Pode-se concluir, então, que possuir expressão simbólica equivale a habitar uma realidade. Afinal, a dimensão do universo que conseguimos perceber e construir

está diretamente ligada à extensão dos recursos linguísticos que dominamos. Com isso, a construção da identidade territorial emerge quando o indivíduo se reconhece como parte de um cenário vivenciado continuamente. É na força da presença humana — onde as pessoas convivem, experimentam e vibram — que se revela o espaço capaz de impulsionar o mundo a concretizar-se. Nesse movimento, a história se faz e se refaz, modificando-se, gerando transformação e orientando as ações que dão sentido à existência. Desta forma, é nesse envolvimento diário que ele transforma o ambiente em lugar, atribuindo-lhe sentidos e afetos, o que revela uma conexão profunda entre vivência pessoal e organização espacial, como visualizado no excerto:

Um dia insistiu que eu fosse tomar banho com ele na praia de Amarração. E só pagar o trem, dizia Nuno, a gente chega lá. A praia dia de domingo fica assim fervilhando de gente. Compro uma roupa de banho pra você, disse — um maio grã-fino.
 Eu? Deus me livre. Não, não saí daqui do meu canto. Pra dizer a verdade, Mundoca, não conheço o mar que fica a três léguas daqui. Você também não conhece. Minha mãe não conhecia também, embora tenha ido até Tutóia.
 Nuno ficou insistindo, insistindo. Então eu levo outra, ele disse. Pode levar, respondi.
 Aí Nuno falou: uma mais bonita que você. Pode levar.
 Mas não levou não, Mundoca. Foi tomar lá o seu banho de mar. Quando voltou, encarnado como um camarão, me disse: eu queria levar você, Luíza, porque você não parece uma mulher do cais, ou mesmo uma mulher da Rua do Abacate. Eu do seu lado não passava vergonha.
 Foi o que Nuno disse, Mundoca — você, Luíza, não parece uma mulher do cais.
 Mas sabe o que o desgraçado queria mesmo dizer com isso? Que se eu já estivesse feia e estragada como as outras raparigas, não podia tomar banho em Amarração, lugar das férias dos ricos. Como eu ainda era pouco conhecida, ninguém ia se sentir mal com a minha presença. Foi por isso que me fez aquele convite. (BRASIL, 2012, p. 124)

Assim, o espaço da margem ganha delimitações a partir da presença de uma elite em que o mundo termina onde começa o cais, o mesmo ponto em que a jornada dos trabalhadores tem início. Aqueles que só roçam o espaço urbano e a existência, limitando-se a estas margens, são os mesmos que lidam diariamente com o barro das águas enquanto a burguesia obtém seus ganhos explorando essa força de trabalho, seja fazendo sexo com clientes seja carregando sacas sobre as embarcações. Ambivalências estas evidenciadas no trecho:

Tinha um sorriso de orgulho para as companhias menos afortunadas ou menos sabidas. Que fossem espertas também ou passariam a vida naquela miséria, miséria para todos os cantos era o que se via. (BRASIL, 2012, p. 96)

E nesses espaços, os sujeitos e suas histórias aparecem umbilicalmente interligados ao próprio rio, sem os quais sem a presença do fluxo contínuo das águas, essas trajetórias humanas sequer poderiam ser concebidas, pois suas existências são costuradas de maneira visceral ao curso do rio. Nesse cenário, as vivências individuais e coletivas só adquirem sentido porque estão enraizadas, de forma inseparável, à presença desse elemento natural. E é a partir dela (cidade) que todas as tramas da narrativa são arroladas, constituindo um lugar de pluralidade e diferença.

Desta forma, o reconhecimento das singularidades que definem um território culturalmente ativo só se torna possível ao articular as trajetórias de diferentes sujeitos, ligando suas experiências num mosaico coletivo. A percepção do cotidiano, com suas complexas redes de afetos e interações, surge apenas quando se abandona a análise isolada dos episódios, visto que examinados separadamente não revelam o tecido social que sustenta a margem. Assim, compreender a configuração desse espaço demanda a conexão entre os percursos pessoais e a dinâmica que os une, elucidando a constituição relacional do ambiente e os vínculos, sejam eles emocionais ou pragmáticos, que deram origem a esse cenário.

Portanto, o que configura e mantém o núcleo é justamente o periférico; são os extremos que moldam e sustentam aquilo que se entende como centralidade, por meio de seus agentes. Estar à margem é uma posição que varia conforme a perspectiva referencial adotada — aquilo que se vê como lateral ou secundário depende do ponto em que nos colocamos.

E de acordo com o crescimento da cidade, exponenciam-se as suas mazelas à beira. O modelo econômico baseado na pecuária e na produção para o próprio consumo, que durante anos sustentou a província, foi sendo gradualmente superado. Em seu lugar, despontava um novo perfil: um importante centro de exportação nordestino, sustentado sobretudo pela exploração de recursos naturais provenientes do extrativismo vegetal, com três insumos sendo basilares da economia do Piauí: a cera de carnaúba, o babaçu e a maniçoba.

As águas do rio, elemento essencial para o transporte e a circulação de mercadorias, moldaram profundamente a organização espacial e cultural da região. A cidade se erguia onde fosse possível acessar com facilidade terras produtivas, vias fluviais e riquezas naturais a serem exploradas e escoadas. Assim, as embarcações — desde pequenas canoas até grandes vapores — marcavam o ritmo da vida local, com idas e vindas que determinavam o compasso das relações sociais e comerciais.

Progressivamente, a urbanização resultante dessa dinâmica consolidou divisões sociais mais acentuadas, expressando a lógica excludente do capitalismo e promovendo maior complexidade nas interações entre os diferentes grupos, como evidenciado por Resende (1997, p.108):

[...] o significado de novo, recente, de algo que não tem ligações aparentes com o passado, criando uma efetiva oposição entre o moderno e o antigo, entre o novo e o velho que iria marcar uma concepção de mundo instituída com o advento da sociedade capitalista, alicerçada na ideia de progresso [...] (RESENDE, 1997, p. 108).

Nesse universo, a proximidade com o curso do Igaraçu foi determinante para que a cidade se consolidasse como um ponto estratégico de conexão entre diferentes partes do império. O arranjo urbano desenvolveu-se conforme a reunião e a circulação de elementos materiais e culturais que, juntos, configuraram sua dinâmica. A posição privilegiada junto às águas não apenas favoreceu o intercâmbio, mas também definiu o modo como o espaço foi ocupado e articulado.

Figura 10 – Vista aérea das margens do Igaraçu em meados dos anos 1970.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Ainda, é importante destacar que o aproveitamento caudal do rio desempenhou papel essencial na transformação econômica da cidade, uma vez que suas águas favoreceram tanto a articulação fluvial quanto a conexão da então nova capital com outras localidades, inserindo o norte do Piauí nas rotas do comércio exterior. Como via aquática flexível, o Igaraçu cumpre relevante função no fortalecimento do

progresso urbano, ao facilitar a aproximação entre a capital e distintas localidades da província, com o entreposto do Rio Parnaíba.

Simultaneamente, sua abundância hídrica favorece a expansão da cidade, impulsionada pela circulação de embarcações ao longo de seu percurso, apesar da margem “mal frequentada”, alagadiça, marcada por condições evidentes de precariedade sanitária e inadequada para garantir uma moradia digna e segura aos seus ocupantes. O médico cardiologista e também escritor parnaibano Carlos Araken, em seu livro “Estórias de uma cidade muito amada”, pontua ainda que:

Época das chuvas, com as cheias, o rio extravasava e cobria tudo. Era tempo de alagados. Nos anos de inverno grande, as águas subiam até a Presidente Vargas. Andava-se de canoa por todas aquelas ruas. No período da estiagem, o lamaçal e os mosquitos (muriçocas) infernizavam a vida daqueles sofrendores. Pra coroar a obra, os insetos, além de incomodar, transmitiam o impaludismo (sezão), doença muito comum naqueles dias, e que fazia um grande número de vítimas. Tomava-se quinino em grande quantidade pra se defender de tão pernicioso mal. Não havia nada que delimitasse o leito do rio. Só areia, que formava uma imensa praia onde as lavadeiras trabalhavam o dia todo e os moleques ao entardecer, tomavam conta do lugar. (ARAKEN, 1988, p. 63)

Nesse mesmo prisma, o deslumbre provocado pela chegada dos barcos era visível entre os habitantes das margens, embora o verdadeiro fascínio recaísse sobre os homens que desembarcavam dos rebocadores. Nesse contexto, a hidrovia surgia como solução estratégica, permitindo a circulação eficiente de mercadorias provenientes da extração de recursos naturais, assim como de figuras masculinas ávidas por um pouco de diversão.

Nos momentos de descanso, era comum que os homens ocupassem as zonas de entretenimento instaladas nas proximidades do rio, enquanto no cotidiano da navegação, eram eles também os responsáveis pelas tarefas rotineiras e pela preparação dos alimentos, atividades tradicionalmente vinculadas ao universo feminino. A presença das mulheres restringia-se, quase exclusivamente, ao papel de passageiras, raramente ultrapassando essa condição nos relatos sobre o cotidiano ribeirinho. O que era diametralmente oposto à terra firme e alagadiça da margem, onde as senhoritas realizavam todos os tipos de atividades.

Diante dessa situação, pode-se constatar a presença, nas margens do Igaraçu, de vidas humildes e discretas, revelando as difíceis condições enfrentadas pelos trabalhadores que dependiam, direta ou indiretamente, das operações no cais. Essa realidade contrastava fortemente com o esplendor da sociedade parnaibana, que

habitava o centro da cidade e desfrutava da riqueza gerada pelo intenso movimento de exportações do porto das barcas. Essa clara oposição evidencia o modo de vida daqueles que sobreviviam à beira do rio, expondo a divisão social marcante e revelando a dicotomia construída entre as áreas centrais e periféricas, resultado direto do comércio pulsante ao longo da margem fluvial.

E embora o centro represente um espaço de luxo, abundância e prosperidade, as beiras - frequentemente mencionadas nos discursos - carregam estigmas severos: pobreza, sujeira, mau cheiro e violência. No entanto, é importante destacar que, apesar dessas diferenças, tanto as áreas centrais quanto as periferias são frutos da ação humana e construções sociais que se entrelaçam em algum momento.

Figura 11 – Vista da Rua Grande, no centro da cidade, em meados dos anos 1920.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Ao longo da Rua Grande, que conecta o centro ao Porto, erguem-se palácios e residências destinadas a atividades comerciais de prestígio. Paralelamente, foram estabelecidas estruturas administrativas que não só regulam o comércio no cais, mas também suprem as demandas de uma classe social emergente. E ainda os bairros proletários, com suas ruas de areia, com amontoados de casebres sem energia ou arborização: eram a Coroa, os Tucuns, os Campos e a Quarenta:

A história é picante e satírica, daí o jocoso epíteto de quarenta. Ali morava uma mulata, de idade já avançada, gorda e baixa. Tinha uma filha nova, bonita e atraente, que já trilhava o caminho da prostituição. À noite, quando apareciam os ricos por ali, a velha ao lado da filha, querendo avançar nos bolsos recheados dos homens, irreverentemente anunciava – “É só

coarenta!” o que significava quarenta réis, moeda corrente naquele longínquo passado. Desse fato pitoresco que a memória popular guardou, sem malícia, apelidaram esse chistoso arraial da mulata gorda e baixa de “Quarenta”. (PASSOS, 1982, p.33)

À essa moda, o período em questão é marcadamente onde as dinâmicas territoriais passam a ser redefinidas por transformações nos circuitos de mobilidade e pela intensificação das conexões planetárias. Essa reorganização surge da influência crescente dos avanços tecnológicos sobre os modos de gerar bens e serviços. A reestruturação dos territórios se deve, assim, à variação histórica das formas de operacionalizar o saber técnico nas práticas produtivas, o que altera as funções atribuídas a cada região no conjunto sistêmico das interações humanas. Sob esse cenário, as estruturas fixas se alinham a uma malha de deslocamentos constante, exigindo uma nova lógica para a organização espacial.

Desta forma, segundo Carlos (2007), as localidades integram uma malha interdependente em que o cenário planetário se manifesta em cada ponto territorial, revelando uma lógica de interligação constante. As dinâmicas urbanas, por sua vez, avançam de modo coordenado rumo à concretização de um projeto global que transcende fronteiras físicas. A atribuição de maior ou menor relevância a cada porção do território ocorre conforme sua posição funcional dentro do sistema socioeconômico ampliado, sendo moldada por engrenagens institucionais que asseguram a permanência da ordem vigente e sua multiplicação.

Assim, através do comércio fluvial concentrado no Porto das Barcas, Parnaíba começou a incorporar traços de modernidade urbana que moldaram gradativamente sua geografia. Prédios escolares pioneiros, rádio, cassino, cinema, praças e até uma linha ferroviária foram implantados, conferindo à cidade um ar cosmopolita e sofisticado. Esses elementos ilustram a inserção progressiva da cidade no contexto da modernidade, já que:

A cidade crescendo, já falavam em pista de automóveis, em paralelepípedo – as casas de taipa não podiam ficar ali onde passariam novas ruas e avenidas – a polícia andava proibindo as mulheres de subirem nos gaiolas ou descenderem nas barcas que chegavam. Tinha um guarda que até espancava – vão fazer vida noutro lugar, desavergonhadas, não respeitam as famílias direitas. Uma rua estava sendo ajeitada para elas, bem distante do cais e dos olhos hipócritas daquela gente, para que não causassem má impressão. (BRASIL, 2012, p. 153).

Gradativamente, a cidade começa a integrar-se à dinâmica global do trabalho graças aos ganhos provenientes do comércio na margem do rio Igaraçu. A influência europeia também se faz sentir, moldando aos poucos o contorno geográfico da cidade. Espaços dedicados ao entretenimento e à diversão tornam-se cada vez mais frequentes, refletindo a criação de ambientes físicos que favorecem a adoção de novos costumes pelos moradores locais, como a Praça da Graça, a AABB (Associação Atlética Banco do Brasil), o Igara Clube e o Cassino 24 de Janeiro.

Figura 12 – Bloco de carnaval em frente ao no Cassino 24, em meados dos anos 1940.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Em tom nostálgico, Carlos Araken, cronista e médico parnaibano, rememora as celebrações vividas naquele espaço urbano, ao mesmo tempo em que traça observações sobre o estilo construtivo do local que abrigava tais eventos:

[...] Sua simetria harmoniosa, seus tabuleiros de grama muito verdes, seu contorno natural de figueiras, seu corêto, sua pérgola de pedra, sempre florida de bugaviles...A Praça da Graça era o coração da cidade. Tudo acontecia lá. O côrso de carros no carnaval. Ah! O côrso! Carros e caminhões enfeitados a capricho, cheios de gente bonita, travando verdadeiras batalhas de confetes e serpentinas. Carros alegóricos, cordões, blocos de fantasias e de sujos, foliões solitários, todos girando em torno da nossa Praça. À noite, o povo fazia caminho entre o Cassino e a “AABB”. Era um tal de ir e vir, que dava gosto. No Natal era uma beleza. Todo mundo nos seus melhores trajes descia para a praça, afim de esperar a Missa do Galo. Os encontros e desencontros, os beijos roubados, os novos namoros, cabia de tudo na comemoração natalina. A animação se completava quando a “furiosa” atacava seus dobrados no corêto (ARAKEN, 1988, p. 38-39).

Desta forma, as festas promovidas no Cassino não se limitavam ao lazer noturno; elas funcionavam como vitrines do desenvolvimento econômico local, evidenciando as vitórias alcançadas pela elite, conforme relata o autor:

[...] Dava gosto ir um baile no Cassino! O assoalho de tábua corrida brilhando, tudo muito bonito, muito limpo. A iluminação era feérica. Ainda não entrara na moda a meia luz, nos clubes sociais. Isto era coisa de ambientes excusos: cabarés para ser mais exato. As mesas das janelas eram as mais disputadas, e seus ocupantes confraternizavam-se no decorrer do baile, com a turma do "sereno". Sereno pra quem não sabe, era a platéia formada pelos ocupantes dos caixotes, tamboretas e congêneres que, eram acorrentados nas sacadas das janelas, de manhã cedo nas grandes festas, e vigiados pelos moleques o dia todo, para não perder o lugar. Era composto por pessoas também da sociedade, que por um motivo ou por outro, não podiam participar diretamente da festa, e se acotovelavam e equilibravam num espaço exíguo, a fim de não perder um lance sequer do que se passava no salão. Diziam muito, que, o próprio era mais divertido que o baile. A participação da galera, não se limitava apenas em ver e sim tomar parte com vaias ou aplausos conforme os acontecimentos do "espetáculo". No dia seguinte antes das personagens acordarem, todo mundo já sabia dos novos pares, dos trajes, das desavergonhadas que dançavam "colado", ou de inocentes beijos concedidos por alguma mais assanhada. A verdade é que o espetáculo nunca decepcionava. (ARAKEN, 1988, p. 42)

Por conseguinte, essas celebrações também refletiam as mudanças nos modos de vestir, nas práticas sociais e nos padrões de comportamento, simbolizando as transformações impulsionadas pelo avanço da cidade:

O sucesso era total. Festa pra ser festa tinha que ser no Igara. Suas piscinas aos domingos e feriados, eram o que podia se desejar de mais chique e bem na cidade. Pode parecer incrível, porém com a privacidade do salão de festas desse clube, num primeiro andar, morria para sempre, uma instituição, que marcou toda uma época nos clubes elegantes: o sereno. (ARAKEN, 1988, p. 62)

Assim, o fim da "turma do sereno", assinala-se igualmente ao colapso de uma ordem social excludente. A emergência de novos espaços de entretenimento possibilitou a convivência entre os estratos mais abastados e as camadas populares, promovendo uma maior circulação e interação entre diferentes grupos sociais.

Ainda, na primeira metade do século XX, algumas instituições escolares, a exemplo do Colégio Nossa Senhora das Graças, passaram a desempenhar um papel importante na formação das mulheres parnaibanas, difundindo os padrões sociais vigentes. O surgimento desses centros de ensino se relaciona diretamente com as transformações econômicas impulsionadas pelo comércio fluvial que

prosperava nas margens do Igaraçu, respondendo à demanda social gerada pelo desenvolvimento urbano e mercantil da cidade.

Figura 13 – Desfile cívico de 7 de setembro do colégio Nossa Senhora das Graças, em meados da década de 1940.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Ao evidenciar traços particulares de um grupo social específico, observa-se um recorte voltado para os residentes da área central — pertencentes aos segmentos dominantes e às camadas mais privilegiadas da comunidade urbana, conforme verifica-se no excerto a seguir, do Almanaque da Parnaíba:

Há na terra de Josias Correia, decano dos Parnahybanos distintos, um crescendo de vida e progresso que atrai o viajante que por ali passa. Povo viajado pela Europa, culto e hospitaleiro, o Parnahybano se distingue sobremodo pela delicadeza e atenção com que trata o seu hospede. O seu commercio no grosso e no retalho, é extraordinário, dando bem o característico de sua vida. Em todos os sectores do adiantamento, a cidade nortista, é, sem favor, o ponto culminante do progresso Piahyense. A instrução pública ali, com seus educandários equiparados e o collegio de Nossa Senhora das Graças, são as três fontes onde a família parnahybana vai receber educação aprimorada para os seus filhos. Sob um céu azul, acalentada pela brisa que os mares bravios de Amarração, fazem correr pelas artérias da grande cidade, a família Parnahybana, nobre e distinta em todos os sentidos, é feliz (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1941, p. 37-38).

Desse modo, observa-se que os ganhos gerados pelas operações comerciais portuárias extrapolaram o campo das edificações, sendo parcialmente direcionados

para outras áreas, como a da imprensa, evidenciado pelo surgimento de diversos periódicos e pelo incremento de empreendimentos ligados ao setor portuário.

No entanto, ao observarmos a imagem apresentada do desfile cívico de 7 de setembro promovido pelo Colégio Nossa Senhora das Graças, evidencia-se o abismo social existente entre as meninas pertencentes às classes mais abastadas — bem vestidas, alinhadas e em posição de destaque — e as meninas excluídas que viviam nas zonas portuárias, muitas vezes invisibilizadas nas margens do progresso. A fotografia torna-se, assim, um testemunho silencioso da seletividade dos benefícios gerados por esse crescimento econômico, revelando como o desenvolvimento urbano não foi igualmente distribuído e como os espaços simbólicos da cidade reforçaram as desigualdades sociais e de gênero.

2.4 A cartografia urbana da prostituição: entre os salões do centro e os becos do cais

Apesar do brilho que revestia o centro da cidade e a idealização do progresso urbano impulsionado pelo comércio fluvial, nem todos os habitantes de Parnaíba partilhavam dos mesmos privilégios e acessos. Ao passo que a elite celebrava o refinamento de seus espaços sociais e culturais, outras camadas da população eram relegadas à invisibilidade, à margem da vida pública e do prestígio. Essa dualidade urbana — entre a sofisticação do centro e a precariedade do cais — revela uma geografia social profundamente marcada por desigualdades, que se reflete nos modos de vida, nas relações de poder e nas formas de exclusão. É nesse contexto que se delineia a dinâmica da prostituição e da subalternidade, inscritas nos becos e silêncios de uma cidade em permanente tensão entre aparência e realidade.

Dessarte, com base no livro “Dez lições sobre estudos culturais” de Maria Elisa Cevasco, podemos traçar paralelos significativos com a questão do “meretrício” na cidade. Os estudos culturais, como Cevasco destaca, são intrinsecamente interdisciplinares e politicamente engajados, focando em questões de poder, resistência, construção da identidade e discursos de gênero e sexualidade (CEVASCO, 2003). A prostituição em Parnaíba, como em muitas outras partes do mundo, pode ser vista como um reflexo das estruturas de poder existentes. As “mulheres da vida” são vítimas de uma forma de poder que explora sua vulnerabilidade socioeconômica, sobrepujando a resistência dessas mulheres, que muitas vezes lutam por sua sobrevivência e dignidade em circunstâncias extremamente difíceis.

A moralidade foi convertida em parâmetro central na formação dos papéis atribuídos às mulheres, servindo como ferramenta para reafirmar os moldes sociais impostos pela elite econômica. As normas de conduta estabelecidas funcionavam como mecanismos de disciplina coletiva, reforçando fronteiras sociais e hierarquias entre os sexos. Nesse cenário, o comportamento feminino era continuamente moldado por expectativas que reproduziam a lógica da dominação masculina e das convenções impostas por uma classe dominante preocupada em preservar seus próprios códigos de distinção e autoridade.

Isto posto, a identidade dessas mulheres é frequentemente moldada por sua ocupação e pelas percepções sociais que as cercam nesse contexto. Assim, os estudos culturais ajudam a desvendar como essas identidades são construídas e como elas podem ser desafiadas ou redefinidas, considerando como a identidade dessas mulheres é influenciada não apenas por sua ocupação, mas também por fatores como classe, raça e gênero. Nessa perspectiva, Carlos (2008, p. 36) corrobora que:

Mundializado, o espaço fragmenta-se através de formas de apropriação, [...] deste modo, o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas, como consequência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato. O espaço aparece como mercadoria. Com isto transforma-se, constantemente o lugar e produz-se o estranhamento do lugar com através da perda das referências. (CARLOS, 2008, p. 36)

Isto posto, Assis Brasil delineia dois universos que coexistem dentro do mesmo território urbano: de um lado, a zona periférica junto ao porto, onde habitam personagens como dona Cremilda, Luíza e Mundoca; de outro, o centro nobre, marcado pela Praça da Graça e suas avenidas bem estruturadas, espaço reservado às classes abastadas.

Figura 14 – Praça da Graça, dividida ao meio por uma rua de duas vias formando a Praça da Graça e o Largo do Rosário, durante a década de 1930.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Esses espaços são moldados não apenas pelo concreto de suas ruas, mas sobretudo pelas experiências, emoções e memórias que nelas se entrelaçam, dando forma a existências e narrativas que ultrapassam os limites físicos do local. Nesse sentido, Santos (2002, p. 104, p. 67) discorre que este:

[...] é um sistema de valores que se transforma permanentemente. O espaço uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto quer dizer que o espaço é a sociedade. (SANTOS, 2002, p. 67)

Assim, o espaço das beiras serve como o “quarto do despejo” da elite burguesa, berçário perfeito para a ocupação pelas mulheres que, levadas pela pobreza extrema ou por razões diversas, optaram por ingressar na prostituição, fazendo das franjas da cidade o seu território de sobrevivência, gerações a gerações:

Quando enterraram a velha, Mundoca disse, numa mistura de tristeza e perversidade:

— Quantos não passaram por cima dessa pobre.

Uma acusação a mãe, à avó, à bisavó, a toda a família maldita que se reproduziu na beira do rio.

— Destino, Mundoca. (BRASIL, 2012, p. 131)

Nesses territórios limítrofes, mulheres em situação de vulnerabilidade encontraram meios diversos para sobreviver: transformaram-se em anfitriãs de espaços de sociabilidade noturna, comandaram pensões discretas, e comercializaram aquilo que, socialmente, se convencionou chamar de prazer clandestino. São nesses

recantos que constroem suas existências: criam os filhos que advêm de relações casuais, enfrentam o declínio da saúde, convivem com a iminência da morte, embriagam-se, adoecem e, por vezes, encerram tragicamente a própria trajetória. O contato com os homens desembarcados, em busca de satisfação carnal, é parte da engrenagem desse cotidiano, assim como a negociação do corpo, das zonas íntimas. Nessas extremidades, elas não apenas sustentam suas vidas, mas também resistem à dureza do abandono social.

Assim, os moradores do cais, muitas vezes percebidos como um grupo homogêneo, são associados, no imaginário coletivo, à indigência e à prostituição, sobretudo quando observados sob a ótica daqueles que vivem na zona urbana central, carregados de estigmas e preconceitos. No contexto desse território, onde os limites simbólicos se esvaem, qualquer mulher que ali resida é automaticamente reduzida à condição de possível meretriz. Dessa forma, habitar o cais implica, inevitavelmente, uma identificação direta com a carência material e a marginalização sexual, em um cenário onde a oposição entre abastados e despossuídos estrutura as representações externas acerca desse espaço. Isto acaba caracterizando solidamente o cais como:

[...] espaço do trabalho, da marginalização urbana, da pobreza material, do comércio do corpo, da exploração da mão de obra e da exclusão social. É o lugar da miséria humana. Essa divisão dá corpo à estratificação social, revela os muros simbólicos erguidos e que colocam cada personagem em seu devido lugar, malogrando qualquer tentativa de fuga dessa condição, como se o destino tivesse fadado cada um a ser o que é. Assis Brasil representa a Parnaíba dos trabalhadores, dos lugares sociais ocupados, bem como dos papéis assumidos coletivamente (SOUZA, 2014, p. 1-2).

Desta forma, um futuro carregado de melancolia e imutabilidade é imposto às meninas desde o nascimento naquele ambiente portuário, onde não há espaço para perspectivas diferentes ou alterações no percurso que a vida lhes reserva. Enquanto um estilo de vida mais abastado floresce além das barreiras simbólicas que separam o cais da área central, o espaço urbano da Praça da Graça — representação do progresso — abriga uma existência distinta, conforme retratada no seguinte trecho, à despeito das intelecções sobre o cais:

Jessé queria ser rico, só pensava em juntar dinheiro. Começou com um litro de borboleta, que vendeu para os peixes da pérgola. A Praça da Graça estava sendo reformada, até o Prefeito vinha examinar os trabalhos – abaixava-se dava a mão aos pedreiros, olhava para o fotógrafo sorridente [...] já mandaram providenciar peixes raros, não aqueles bichinhos, sem graça do

rio, que empestavam outras praças, viviam morrendo, ninguém ligava. Encomendaria peixes coloridos, azul, vermelho, roxo.

- De onde, dr. Prefeito?

- Da Grécia.

A cada novo discurso, nova referência aos peixes coloridos para a inauguração da praça remodelada. E tinha mais: os peixes de cor não comiam as pobres borboletas brancas do rio, que os moleques caçavam sem descanso (BRASIL, 2012, p. 25)

Conforme a narrativa construída por Assis Brasil, somente o setor modernizado de Parnaíba é reconhecido como cidade; todo o restante, excluído dessa definição, “não é cidade para ninguém” (BRASIL, 2012, p. 52). Assim, nas sombras dessas fronteiras invisíveis, demarcadoras das posições sociais, estabelece-se outra dinâmica cotidiana.

Os habitantes dessa parte da cidade associavam diretamente o avanço urbano a um discurso sanitário, que visava não apenas conter enfermidades, mas também purificar a paisagem, eliminando de sua convivência indigentes, doentes e mulheres marginalizadas:

Para alguns [o rio] era descobrimento, expectativa, navios partindo - engraçados com aquela roda traseira – barcas recebendo carga, o porão engolindo tantas sacas. Para outros, aquela era mais uma parte aborrecida da cidade, gentinha por toda parte, ninguém podia andar, sujeira, e respiravam livres quando atingiam o calçamento de volta (BRASIL, 2012, p.84).

Dessa forma, o antigo cais, repleto de lama, marcado pela presença de prostitutas, simbolizava exatamente o retrocesso que a elite progressista de Parnaíba buscava superar. Assim, estabeleceram ambientes exclusivos de interação social, reforçando a separação entre abastados e desfavorecidos, determinando que cada segmento ocupasse seu próprio território:

Além das muralhas invisíveis que margeavam o centro da cidade, havia outra, sem praças arborizadas, sem calçamento poliédrico, sem o luxo dos palacetes, sem escolas. Era a cidade da gente pobre, dos trabalhadores no comércio, das empregadas domésticas, dos estivadores do cais, que carregavam nos ombros toda a modernização, sem poder dela usufruir. (SOUSA, 2018, p. 158)

Isso sugere que a prostituição feminina era uma forma de contrabalançar as expectativas de fidelidade das mulheres dentro do contexto do padrão de família burguesa, refletindo assim as normas e valores formais-ideais da família burguesa. Assim, a opressão feminina sob o capitalismo patriarcal se torna também um tema

relevante para entender as condições sociais e econômicas que levam algumas mulheres a se envolverem na prostituição. A estrutura patriarcal, que as coloca em uma posição de desvantagem em relação aos homens, pode levar à exploração econômica e à falta de oportunidades. Isso pode resultar em situações em que se veem forçadas a recorrer à prostituição como uma forma de sobrevivência econômica.

Além disso, a opressão sob o capitalismo patriarcal também pode se manifestar na falta de acesso a recursos econômicos, educação e oportunidades de emprego, o que pode limitar as opções disponíveis em termos de sustento e realização pessoal. Esses fatores podem contribuir para a vulnerabilidade à exploração sexual e à prostituição. Sobre essas mulheres orientais de vida fácil, a historiadora e pesquisadora Margareth Rago, em seu livro “do cabaré ao lar” discorreu:

A prostituta tinha, portanto, características de independência, liberdade e poder, que ligar antes tinha importante presença em todos os aspectos sociais, constituir uma figura da modernidade devido a sua associação, a sua extrema liberalização dos costumes na sociedade civilizada, como também por sua desarticulação com os laços sociais tradicionais e possua variada gama de práticas sexuais diferenciadas. Era uma figura pública, já que podia comercializar seu cu como desejava, dissociando amor e prazer, e era extremamente poderosa por que simbolizavam ameaça e subversão dos códigos de comportamento estabelecidos. (RAGO, 1985, p.54)

Assim, embora a margem também se organize em função das atividades comerciais desenvolvidas no Porto das Barcas, ela se configura como uma realidade contrastante em relação ao centro. Ambos os espaços se constituem a partir do mesmo movimento econômico, mas expressam vivências e condições opostas.

Portanto, a partir de uma retórica socialmente aceita que promovia a limpeza física e moral dos espaços, consolidou-se a necessidade de apartar as mulheres marginalizadas e os desfavorecidos do convívio com os demais habitantes urbanos. Esse afastamento reforçou um conjunto de concepções coletivas pejorativas, alimentando representações cristalizadas sobre quem vivia no cais, frequentemente associados à resignação e à passividade – dando início à “sina do cais”.

Nesse recorte espacial, o limite natural do rio, que antes marcava apenas a borda da paisagem, passa a adquirir feições urbanas com a presença constante de pessoas em sua margem. Assim, o que se convencionou chamar de espaço marginal, na verdade, encontra sua delimitação justamente ao se confundir com a beira do rio, transformando-se em um território socialmente ocupado e ressignificado.

Figura 15 – O cais de Parnaíba, palco dos acontecimentos da obra, em meados dos anos 1950.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Desse modo, o que nos conecta a esse espaço urbano, repleto de narrativas marcadas por representações simbólicas e estigmas, é justamente o seu processo de formação. Por meio dele, torna-se possível compreender as vivências, os anseios e as aspirações das pessoas comuns que integram esse tecido social frequentemente marginalizado. Já que, comumente, ao abordar a história dos sujeitos marginalizados, percebe-se que, na maioria das vezes, predominam narrativas indiretas, originadas do centro em direção à periferia. Contudo, são escassos os registros e fontes em que os próprios habitantes das margens expressem, diretamente, suas vivências e perspectivas. A narrativa evidencia, de forma nítida, os estigmas e preconceitos construídos pelo centro em relação à margem. No enredo, torna-se perceptível a delimitação espacial que separa os ambientes destinados às classes privilegiadas daqueles ocupados pelos segmentos mais pobres da população.

Enquanto os setores mais abastados ocupam áreas que lhes garantem conforto e qualidade de vida, resta à população empobrecida adaptar-se aos espaços negligenciados, aos fragmentos descartados pelos privilegiados. O modo de habitar e experienciar o espaço urbano, segundo a lógica dominante, legitima essa desigualdade: para a elite, o direito natural à dignidade; para os desfavorecidos, a obrigação de se contentar com os resíduos que não interessam à burguesia. Assim, o discurso hegemônico sobre a cidade está intrinsecamente ligado à normatização dessas diferenças no cotidiano urbano.

Essa percepção de identidade negada não se limita ao olhar daqueles que ocupam o centro urbano; ela é também internalizada pelos próprios habitantes das margens, que acabam por se perceber como sujeitos excluídos. Viver na beira do cais passa a ser interpretado como um destino inevitável, um requisito para quem deve apenas receber, enquanto o privilégio de nascer no centro é associado à prerrogativa de comandar e moldar a cidade. Assim, estabelece-se um conformismo silencioso, sustentado tanto pela elite quanto pelos que habitam as zonas periféricas, perpetuando a desigualdade inscrita no espaço urbano.

Que, ainda que partam de um mesmo ponto de origem — o porto —, esses dois espaços sociais se distanciam profundamente, evidenciando um fosso construído ao longo da história. Perspectiva que, na visão de Carlos (2008, p. 163), nos:

[...] permite pensar a ideia do processo de implosão-explosão da cidade, pois de um lado a centralidade se acentua, isto é, o centro ainda representa o locus da administração, da decisão, da organização política da informação, etc. Mas de outro lado assiste-se a constituição de uma pluralidade de centros (culturais, religiosos, simbólicos de mercado, etc.). (CARLOS, 2008, p. 163)

Por conseguinte, as condições de vida que emergem em cada um deles são nitidamente contrastantes. Quando, por algum motivo, os abastados descem até a beira do cais e se deparam com a dura realidade que marca o cotidiano das áreas periféricas, são tomados por espanto e estranhamento diante daquele universo tão distinto do que costumam habitar.

Figura 16 – O Porto Salgado durante as inundações da década de 1940.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

A precariedade do cais — com sua lama fétida e as margens alagadiças cheias de mosquitos — acaba por alimentar uma imagem que, muitas vezes, se confunde com a própria visão estigmatizada que os habitantes do centro constroem acerca da população ribeirinha. Isso revela, portanto, que esse espaço não se destinava aos cidadãos do centro, pois não lhes pertencia nem material nem simbolicamente, e apenas apareciam nas margens em situações pontuais, como a relatada no seguinte trecho da obra em tela:

O cais estava cheio de pessoas que nunca tinham demorado na beira do rio. Médicos, enfermeiros, soldados de polícia, aguardavam a barca Piauí, que descia rebocada desde o largo do Igarassu, onde pegara fogo... A barca parecia um fogareiro sobre as águas. O casco mais enegrecido, a fumaça preta envolvendo os homens que gemiam por cima dos fardos chamuscados. O cheiro de carne assada, o grito dos que estavam morrendo, o dos que salvavam — sinal-da-cruz no peito dos marinheiros que sabiam o fim — a cabeça descoberta cheios de respeito — os gritos, os gemidos, nem os gemidos do Cabeça-de-Cuia nas noites enluaradas.

Por que se iludira?

Os curiosos mais afoitos repugnavam as cenas, voltaram pela rua do Rosário, agora achando maçante a subida, horrorizados com a sujeira dos igarapés, com aquele rio barrento cheio de óleo, cheio de cascas de fruta — a catinga, a pequena ponte gasta, as tábuas frouxas — de novo em suas vidas calmas, rotineiras, sem novidades, além das novidades dos filhos e da morte na velhice — o cais era “para aquela gente”, eles concluíram (BRASIL, 2008, p. 81).

Todavia, apesar das fronteiras sociais bem demarcadas, a circulação dos moradores das margens pelo centro não provocava estranhamento. Sua presença era comum, principalmente no comércio, atuando como ambulantes nas praças e ruas, sustentando-se através de atividades informais ou, em muitos casos, dependendo da assistência e da generosidade dos outros.

Por conseguinte, o cais de Parnaíba, durante o recorte temporal em questão, ilustra uma configuração simbólica de divisão, onde práticas cotidianas e perfis sociais precisavam se alinhar aos critérios impostos por uma lógica de localização e adequação. Essa dinâmica evidencia o embate contínuo entre classes e reforça a produção de fronteiras urbanas rígidas, em que papéis sociais, rótulos e permissões se impunham como formas de controle e organização do convívio. Assim, a fragmentação territorial surge não apenas como reflexo, mas também como mecanismo ativo de manutenção das desigualdades estruturais.

Assim, o fluxo narrativo dos personagens conduz suas dores até o curso d'água que atravessa suas histórias: o rio, constante e simbólico, emerge como espelho das experiências individuais. Mais que um cenário urbano, o cais figura como zona liminar entre o sonho e a dureza diária — ponto onde se concentram tanto os movimentos econômicos da cidade quanto as marcas profundas da exclusão social. Nesse recorte periférico, as figuras representadas alimentam-se de esperanças frágeis, sustentadas pela labuta diária e pela resistência diante de uma existência marcada pela ausência de perspectivas concretas, conforme evidenciado no trecho a seguir:

As tardes sempre paradas quando o rio baixava, sentava-se na beira do cais, a água no tornozelo, fria e suave, mais tarde a tocar a ponta dos dedos, até ficar a um palmo ou dois de distância, espumando, correndo. O rio enchia e secava, e ela nas pedras mornas [...] (BRASIL, 2012, p. 17).

Não era frequente, contudo, perceber a circulação dos habitantes do centro pelas zonas ribeirinhas, salvo em situações pontuais como quando necessitavam realizar transações comerciais com os donos de armazéns ou quando embarcavam e desembarcavam em alguma embarcação. Assim, o trânsito entre esses dois espaços dava-se muito mais por necessidades práticas e episódicas do que por uma rotina compartilhada entre centro e margem, conforme nota-se no excerto:

Levados pela notícia, que já não surpreendia os moradores da cidade baixa, e mesmo os moradores da Coroa, ou da Quarenta, de toda a orla beira-rio, amigos convidavam conhecidos, parentes levavam a família — uma procissão pela Rua do Rosario, desde a Praça da Graça — namorados saíam de seus itinerários gastos, iam olhar os homens queimados estirados no cais — se abismavam com a largura do rio, perguntavam o que havia do outro lado, se era o Maranhão, se era também cidade, ainda a cidade de Parnaíba? (BRASIL, 2012, p. 82)

Figura 17 – Evento à beira do Igaraçu em que os habitantes da cidade visitaram o espaço do cais, em meados da década de 1950.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Conforme nota-se, o cotidiano no Porto das Barcas revelava-se, portanto, como um espaço onde se entrelaçavam dois universos sociais profundamente distintos, mas inevitavelmente interdependentes. Embora constituíssem realidades opostas, o trabalho ali desenvolvido aproximava essas diferentes camadas da sociedade. Durante o dia, nas atividades laborais, o cais, os armazéns e os outros estabelecimentos do centro funcionavam como pontos de encontro e interação. Assim, o Porto era não apenas o cenário da labuta diária, mas também um território onde se teciam vínculos sociais entre aqueles que viviam em condições econômicas e culturais diversas. Assim:

Nesse sentido, os estigmas em torno da prostituição são construções ideológicas numa tentativa de explicar sua inferioridade e apontar o perigo que ela representa, pois significa racionalizar as animosidades baseadas em outras diferenças, como o sexo e as desigualdades entre as classes sociais. Os discursos criados sobre a prostituta e as Zonas de prostituição passam pela construção de personagens e territorialidades, por representações simbólicas que criam e desenvolvem práticas sociais discriminatórias. (MÁXIMO, 2019, p. 84)

Deste modo, ao longo das bordas do rio, o espaço urbano vai, pouco a pouco, tomando forma, configurado pelo fluxo contínuo e intenso de pessoas. Esse trânsito incessante molda, progressivamente, a geografia da cidade, estabelecendo novos contornos e dinâmicas sociais na margem.

Nesse universo, o cenário à beira do rio era composto por lavadeiras, doceiras e prostitutas, todas sobrevivendo em meio a um cotidiano marcado pela penúria, pela

exaustão física e pela carência. A dura rotina dessa população humilde não se resumia apenas à intensa sobrecarga de tarefas, mas também era atravessada por sentimentos de desalento, pela escassez alimentar e pela miséria persistente. Enquanto isso, os canoeiros garantiam a travessia constante de passageiros entre as margens, e os trabalhadores ribeirinhos sustentavam-se através da habilidade no corte meticuloso das palhas de carnaúba.

O trabalho pesado concentrava-se, sobretudo, na movimentação incessante de cargas, com homens empenhados na árdua tarefa de carregar e descarregar mercadorias que diariamente aportavam no cais, tornando aquele espaço social um ambiente permanentemente desafiador.

Figura 18 – Embarcações descarregando embarcação no Porto Salgado, em meados da década de 1950.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Logo, o ambiente portuário era caracterizado por uma dinâmica incessante, com atividades que jamais cessavam. O vaivém permanente de trabalhadores, o barulho dos equipamentos e o atracar frequente de barcos configuravam um quadro rotineiro e previsível, raramente sujeito a modificações. Contudo, apesar da intensidade da movimentação e do esforço contínuo exigido, o cotidiano seguia uma lógica imutável, refletindo a estabilidade das práticas e hábitos locais.

A modernização, que rapidamente se disseminava pelo núcleo urbano, nunca alcançava aqueles que residiam às bordas do rio, onde os moradores, submetidos a condições extremamente frágeis, enfrentavam cotidianamente o desafio da

subsistência, além da exposição constante a enfermidades variadas. Embora não desfrutassem dos benefícios típicos das áreas centrais, foram justamente esses indivíduos, especialmente os trabalhadores das águas, que desempenharam papel fundamental no enriquecimento das elites locais, garantindo o avanço econômico da cidade. O conforto e a sofisticação desfrutados por quem vivia no centro contrastavam de forma brutal com a precariedade imposta aos que ocupavam as franjas fluviais, cuja realidade, marcada pela privação, parecia distante de qualquer traço de desenvolvimento.

Figura 19 – O final da Rua Grande na altura do limite entre a cidade e o cais, em meados da década de 1960.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Assim, do mesmo modo que o porto se vincula às bordas da cidade, a praça representa o coração do centro urbano. É preciso, portanto, atentar para os momentos em que há sobreposição ou cruzamento entre essas realidades distintas, reconhecendo, antes de tudo, cada uma em seu território e forma própria de existência. Embora a aproximação entre ambos possa ser percebida em determinados contextos, torna-se complexo conceber essas duas dimensões sociais como entidades absolutamente isoladas entre si.

Misturando-se às águas e dela extraindo o próprio sustento, figuras anônimas se relacionavam com o fluxo ininterrupto de cargas, deslocamentos e embarcações – fossem elas majestosos vapores, pequenos rebocadores ou frágeis canoas, eternizadas na memória de quem dependia desse ambiente. Era nesse território

marcado pela lida constante e pelos trabalhos de força, que se reuniam os que dedicavam seus corpos ao esforço físico diário. O ritmo acelerado, o intercâmbio de produtos e os trajetos fluviais constituíam elementos inseparáveis da existência desses sujeitos, para os quais o cais não era apenas um lugar de passagem, mas parte essencial de sua própria identidade, da sua vida e da sua história, como visualizado no seguinte excerto da obra:

O cais novo não tinha a mesma saliência na vida. De novo só tinha o nome, vivia se desmanchando. Acompanhara sua construção, pedra por pedra, o rio teimando em entrar, estragando as mercadorias, o guindaste reforçando a muralha e o aterro. As lajes do cais novo ainda estavam limpas, conservadas, os Moraes não queriam sujeira na frente do armazém – apontavam para o cais com desprezo, a parte “envergonhada da cidade, só tem rapariga”, as casas caindo, o prefeito não via aquela desmoralização bem na cara das famílias de respeito (BRASIL, 2012, p. 98).

Destarte, as inundações ocorridas nas décadas de 70 e 80, na área próxima ao cais, foram determinantes para alterar a finalidade daquele território, que até então abrigava atividades relacionadas ao comércio sexual. A lenta extinção desse tipo de prática foi impulsionada por diversos fatores, entre eles, transformações de caráter socioeconômico e ambiental, que se impuseram ao longo do tempo, modificando a dinâmica local e promovendo o afastamento gradual desse segmento. Nesse contexto, muitos passaram a enxergar:

[...] o progresso principalmente no oportunismo do esforço alheio. Na energia daqueles que mourejando de sol a sol numa cruenta batalha pela própria sobrevivência, atolados na completa ignorância em que viviam, cedo desapareceram, sem deixarem um marco sequer na caminhada empreendida pela prosperidade material da região, da qual nunca participaram. Desapareceram para sempre em menos de mio século de labor intenso e proveitoso, só restando da classe numerosa que era, vagas e imprecisas referências como subsídio que se quis prestar à verdadeira história. (LIMA, 1988, p. 16)

Hodiernamente, restam apenas as memórias dos que conviveram intimamente com o leito do Igarçu, transformando suas águas em espaço de subsistência, habitação e até mesmo de alegria. Não há mais quem ouça, ao longo de suas margens, a chegada e saída dos barqueiros que, com seus remos vigorosos, embalavam a esperança dos que ali viviam. Silenciaram-se também os sinais sonoros que outrora rompiam o ar, da aproximação dos barcos que, repletos de pessoas e produtos, impulsionavam o desenvolvimento da região. Há tempos o eco metálico do

apito da travessia do rio não reverbera mais pelo seu curso desse que um dia pulsou como artéria vital, levando movimento e entusiasmo aos povoados ribeirinhos.

3. HERDEIRAS DA DOR: A TRAMA INTERGERACIONAL DAS MULHERES À MARGEM E A TRANSMISSÃO DO SOFRIMENTO COMO LEGADO SOCIAL.

Ictiófagos homens da beira-rio,
Passando a noite com frio,
Querendo a fome evitar.

São todos sempre sem nada.
No rosto a pele crostada.
De ao dia também pescar.

Suas filhas, ninguém ajuda,
Convergem sempre à munguba,
Lugar onde conjugam
O ambíguo verbo amar.
Não voltam para casa - é pecado,
Tornaram se dedo cortado,
Não podem nunca voltar.

Cancro, sífilis e muito mais,
E tudo o que o amor traz
À essas vítimas sociais.
E outros de pescaria
Para lá se levam em romaria,
Lhes afagam os seios em amores.
Para que maior alegria?
Se sempre cheirando a lama,
Dormem nus em suas camas
Fazendo mais pecadores?!

A peixeira só eles sabem esconder,
Sabendo também a polícia
Já sabe para quem vender.

Hierarquia descrente
Que faz aquela gente
Perdendo do corpo valor.

Antes cabarés outros,
Mas quando...
Sem querer sempre descem
À munguba do amor.

Pádua Santos (1978)

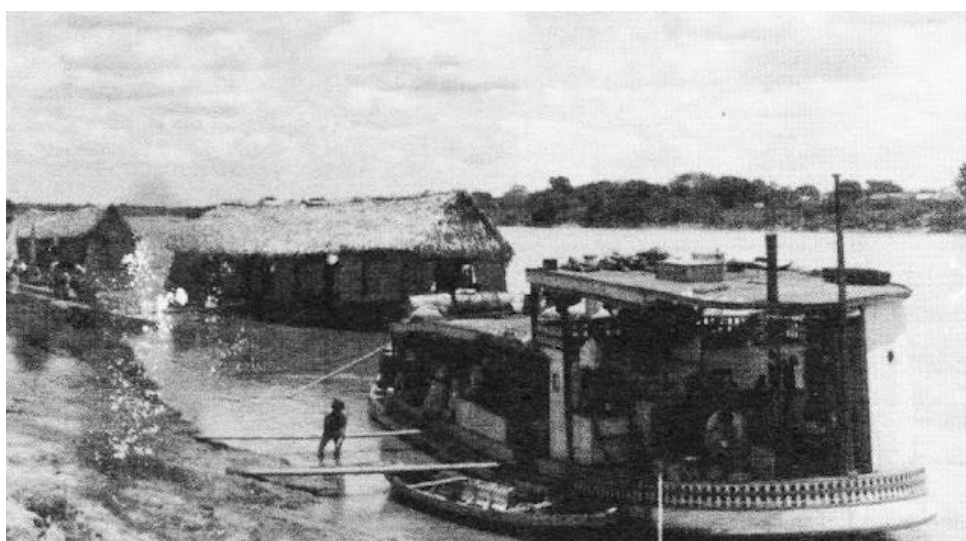
À luz das evidências, o silêncio que hoje paira sobre o antigo cais contrasta com a intensidade que ali imperava: vozes, passos apressados, risos breves e gemidos abafados entre as paredes dos casebres e becos de madeira. A memória desses sons — e dos corpos que os produziam — permanece viva na lembrança de

uma cidade que preferiu apagar seus vestígios em nome de um progresso que nunca foi para todos. A história das figuras que habitaram as margens do Igaraçu — lavadeiras, prostitutas, canoeiros, peixeiros — está profundamente entranhada nas dinâmicas de exclusão e invisibilidade social que marcaram (e ainda marcam) a vida urbana em Parnaíba. A extinção das práticas que antes movimentavam a beira-rio não significou, contudo, o fim da marginalização, mas apenas seu deslocamento para outros espaços, outras formas de expressão e resistência.

É nesse cenário de esquecimento forçado e sobrevivência poética que se insere a Munguba — zona boêmia transformada em palco de uma trindade profana, onde o corpo, o prazer e a dor se entrelaçam em rituais cotidianos de sobrevivência e transgressão. A produção artística e literária local ressignificou essas vivências à margem, transformando-as em matéria simbólica. Poemas como o de Pádua Santos resgatam essas personagens e espaços através de uma linguagem marcada pela crueza e pelo lirismo, denunciando as violências estruturais a que estão submetidas, mas também reconhecendo nelas uma força ancestral que atravessa gerações.

Deste modo, a movimentação intensa em torno da zona boêmia da Munguba, marcada por relações comerciais do corpo e da emoção, serviu como matéria-prima simbólica para muitos escritores locais. Não raras vezes, os artistas captaram essas cenas pulsantes e marginais da beira-rio, convertendo-as em composições poéticas carregadas de ardor e crítica social.

Figura 20 – Chegada de marinheiros ao cais com casebres evidenciados ao fundo, em meados da década de 1950.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Aqueles espaços de sociabilidade periférica, onde a presença feminina se fazia contundente por meio da prostituição e do cotidiano nos cabarés, não apenas ilustraram paisagens urbanas esquecidas, mas também alimentaram criações literárias sensíveis e provocadoras. Ao visibilizar as expressões dessas vivências à margem, os autores subverteram o silêncio social e eternizaram, em estrofes marcadas por intensidade emocional, o drama e a potência de um mundo invisibilizado pelo centro moral da cidade.

Consequentemente, a margem do rio, enquanto espaço simbólico e físico de exclusão, não abriga apenas as práticas da prostituição e da boemia: ela abriga também histórias que atravessam gerações. Nas entrelinhas da ficção, percebe-se como certos destinos — marcados por dor, abandono e subalternidade — são transmitidos como herança maldita entre mães, filhas, avós e netas. Trata-se de uma linhagem feminina atravessada por privações, onde o corpo da mulher, muitas vezes, se converte em moeda, punição ou refúgio. No entanto, ao contrário de uma condenação silenciosa e passiva, esse movimento revela o quanto a literatura também se ocupa em evidenciar rachaduras nesse ciclo, mostrando que nem todas aceitam repetir os caminhos traçados por suas antecessoras.

Nesse sentido, o mergulho nas personagens femininas de *Beira Rio Beira Vida* — Cremilda, Luiza e Mundoca — não é apenas um reencontro com o feminino marginalizado, mas uma travessia por memórias e traumas que se entrelaçam entre passado e presente. São mulheres que carregam o peso de histórias que pareciam inevitáveis, mas que, em suas atitudes, escolhas e recusas, inscrevem pequenos atos de resistência. Ao recusarem certos espelhos familiares, essas personagens desafiam o determinismo social e tentam reescrever, ainda que com dor e hesitação, um novo enredo para si. Assim, o corpo da mulher deixa de ser apenas espaço de repetição e passa a ser território de ruptura, onde o futuro se reconstrói a partir da insubmissão ao passado.

3.1 As personagens femininas: vida e morte por Cremilda, Luiza e Mundoca.

Via máscaras, onde era necessário, premente, ver rostos.

Cornélio Penna

Isto pois, conforme se evidencia ao longo da pesquisa, a trajetória de Luíza é entrelaçada com as histórias de sua mãe, Cremilda, e sua filha, Mundoca, formando um ciclo inescapável que define a existência dessas mulheres à beira do rio. A sina que paira sobre elas não se manifesta apenas como uma maldição, mas como um conjunto de tradições, escolhas e imposições sociais que moldam sua realidade cotidiana.

Essa herança, passada de geração em geração, se revela na repetição dos nomes, nas práticas e na perpetuação de uma condição marcada pela exploração e pela falta de opções. Luíza, ao tentar romper esse ciclo com a decisão de nomear a filha de forma diferente, representa a luta contra o fado que parece prender todas elas. No entanto, a inevitabilidade dessa sina é reafirmada diariamente pelas relações e situações que lhes são impostas, tornando quase impossível a fuga desse destino traçado.

É assim neste contexto que se insere o momento decisivo do despertar sexual de Luíza, uma etapa que não apenas assinala sua passagem para a vida adulta, mas também a introdução definitiva à aceitação daquela trajetória imutável que a aguardava. O surgimento do ciclo menstrual não apenas simboliza a adesão forçada a uma existência previsível, mas também inaugura vivências decisivas na trajetória de Luíza, como o primeiro contato íntimo com um homem, ocorrido aos quinze anos, com um viajante do mar, mas desde tenra idade já despertava desejo entre os marinheiros:

— Está quase uma moça, a Luíza.
Beliscava-lhe as pernas, tentava abraça-la — uma gargalhada forte enchia o armazém.
— Ficando fornida de carne.
Era só o que ele sabia dizer, o que todos eles diziam, “ficando fornida de carne”, e a mãe concordando com a cabeça. (BRASIL, 2012, p. 25)

Por outro lado, a figura de Jessé marca um divisor de águas na sina e o início de uma longa espera. Representou a chave de acesso ao universo que sempre dominara os pensamentos de Luíza: “O rio, o cais, as barcas, as estrelas, Deus, todos sabiam que conheceu Nuno por amor” (BRASIL, 2012, p. 73), a contragosto do pensamento de Cremilda: “eu sabia, eu sabia, se enfeitando toda como se fosse gente” (BRASIL, 2012, p. 34). Mesmo sabendo que aquela experiência a conduziria inevitavelmente à repetição do destino das mulheres do cais — um filho gestado e a ausência do companheiro — ela via nele um refúgio, um símbolo de proteção, um

recanto inalcançável, pois Jessé “queria remediar tudo, remediar o destino [...] morariam numa casinha de tijolos em Parnaíba (ah, o sonho) [...]” (BRASIL, 2012, p. 107).

Como se fosse um presságio, o falecimento repentino de Jessé interrompeu os desejos que Luíza alimentava para reorganizar sua existência. Para ela, esse acontecimento não passou de mais um episódio infeliz, um infortúnio inevitável que impediu sua transformação em esposa:

Correu para o cais, certa da morte de Jessé, o único que quisera mudar sua vida. Mas a transformação teria que partir dela, de uma delas, como acontecia agora com Mundoca — distante, o rio, os marinheiros, as fardas, as embarcações, não seriam mais um passado. Por isso o nunca voltar, o esquecimento de todos, a irresponsabilidade simbolizando a farda, as vezes a barba áspera — tinham que manter a tradição, uma mulher em cada porto, filhos por onde não se sabia de sua existência. A morte de Jessé, para que ela não virasse uma senhora casada, competindo com as outras que mandavam na igreja, nas quermesses, nas paradas no dia da Independência, nos casamentos, nos enterros. A morte, para que Jessé não a tornasse respeitável — tal coisa, tamanha coisa não podia acontecer no cais, nunca acontecera em sua família. Porque pensara? Porque se iludira? (BRASIL, 2012, p. 112).

Todavia, embora tenha sido um elemento que reforçou a continuidade da sina, sua figura permaneceu distinta: não precisou ser lembrada através de imagens fixadas na parede, pois ultrapassou todos os demais com suas frases, promessas e despedidas. Ele constituiu a única lembrança límpida, apesar da ausência de qualquer registro físico que permitisse reviver aquele passado. Na memória de Luíza, Nuno evocava o tempo em que nutria ilusões com relação ao porvir, quando a possibilidade de uma vida diferente ainda parecia possível:

Nuno não era a recordação mais viva — era uma das recordações naquela beira de rio, naquela beira de vida. Nuno, Jessé, a mãe, a avó, a infância, os passarinhos ameaçados de morte pelo menino peralta, os navios, de Nuno, a barca de Jessé, a morte de Jessé, a mãe bêbada, o dinheiro dos homens, tudo girava pelos mesmos pontos, pelas mesmas curvas. O cais, o cais (BRASIL, 2012, p. 35).

Desta forma, a nova leva de ocupantes que chegara e a sua negligência crônica destinou àquele ambiente a ruína inevitável, resultado das marcas deixadas pela passagem dos anos. Para se alinhar aos padrões tradicionais impostos pela coletividade, impuseram-se ações voltadas à ocultação de sua trajetória, eliminando lembranças e ajustando-o aos valores dominantes de disciplina e decoro. Dessa

forma, podemos interpretá-lo como um espaço memorial, pois, acima de qualquer coisa, os vestígios são aquilo que persiste quando quase tudo já foi perdido.

Assis Brasil sugere que a figura de Jessé, assim como o navio e a promessa de fuga para uma existência menos dolorosa, permanece inalcançável para Luíza. Durante a gestação de Mundoca, o desejo incontrolável pela fruta rubra se transformou em um suplício, evocando a fragrância do navio e, conseqüentemente, a memória do homem que a abandonou. O odor e a lembrança tornaram-se indissociáveis. Para as mulheres que vivem às margens do cais, as possibilidades afetivas são voláteis, tal como o movimento imprevisível das enchentes. Ao contrário da ideia de que a instabilidade poderia colorir a rotina com excitação ou novidade, o que se experimenta é justamente o oposto: a ausência de garantias alimenta a aflição e mina qualquer esperança:

(...) minha mãe, na situação em que estava, com uma fábrica de beneficiar arroz, bem instalada, os negócios correndo bem, não era para ter se metido com um vagabundo qualquer — mas toda a vida dela tem sido as voltas com vagabundos na beira do rio, nunca mudou, nem para dar bom exemplo a filha. (BRASIL, 2012, p. 22)

De modo paradoxal, a gestação que representa o sinal evidente do destino traçado também se transforma numa via de emancipação e construção de si. Assim, a maternidade de sua única herdeira encerra mais uma volta no interminável círculo da sina do cais.

Essa lógica de controle se infiltra de maneira quase imperceptível nas dinâmicas coletivas, disseminando-se sem alarde entre os indivíduos. Tal influência, que se manifesta sem forma física, é aquilo que reconhecemos como domínio simbólico. Ela opera como mecanismo regulador das ações cotidianas, orientando os sujeitos sobre o que é permitido pensar, dizer ou fazer, mantendo o funcionamento das estruturas sociais. Em diversas instâncias da vida coletiva, esse tipo de comando normativo estabelece condutas, impõe juízos e sustenta, de maneira velada, tanto o equilíbrio das relações quanto os princípios éticos tidos como indispensáveis.

Diante disso, é possível perceber que as decisões editoriais também não escapam a essa engrenagem de poder oculta, ainda que determinante. Mesmo os impressos antigos e desbotados — como os periódicos e o Almanaque da Parnaíba, importante pasquim local — serviram de canal para ecoar e reforçar aquele tipo de

concepção. O apresentado adiante traduz essa mentalidade registrada nos papéis da época:

A mulher, que foi a perdição para o pai Adão, para Sansão a morte e para Salomão uma vingança, é para o médico um laboratório, para o juiz uma ré, para o pintor um modelo, para o poeta uma inspiração, para o militar uma camarada, para o padre uma tentação, para o doente uma enfermeira, para o são uma enfermidade, para o republicano uma cidadã, para o romântico um huri, para o versátil um brinquedo, para o bandido uma vítima, para o gastrônomo uma cozinheira, para o menino um consolo, para a namorada um desejo, para o noivo uma esperança, para o marido uma carga, para o viúvo um descanso, para o velho um desengano, para o rico uma ameaça, para o pobre um flagelo, para o jovem um pesadelo, para o homem um estorvo, para o diabo um agente, para o mundo uma força, e para o tipógrafo uma página. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p.119)

A revista, ao relatar as vivências femininas, sustentava que atributos como dominação dos sentimentos sobre a razão e submissão no campo sexual eram naturais às mulheres, justificando tais traços por fundamentos fisiológicos – características que bem evocavam o lugar conferido principalmente às margeadas. Em contraposição, exaltava com entusiasmo figuras femininas urbanas centristas, descritas como reservadas, domésticas e exemplares — como é o caso da poetisa piauiense Luiza Amélia de Queiroz, mencionada na passagem elogiosa a seguir:

Ao enfrentar-me hoje com o vulto ilustre da distinta senhora, autora das Flores Incultas, sinto o duplo sentimento de respeito pela virtude da mulher e de admiração pelo talento da poetisa. É raro entre nós ver-se um nome feminino subscrevendo um livro qualquer. A mulher piauiense ainda anda entregue ao fetichismo romano, segregada do movimento augusto que impelle todas as inteligências em busca da ciência e da liberdade. A primeira piauiense que desviou-se da vulgaridade do sexo, exibindo um suculento atestado da sua proeminência intelectual, foi a ilustre senhora, que motiva estas linhas despretensiosas e sinceras. Antes, porém, de tratar da autora, devia dar aos leitores pequena síntese biográfica da mulher, para que uma e outra fossem conhecidas e melhor apreciadas. Mas o que hei de dizer de uma senhora cuja vida serena deslisou-se no suave aconchego do lar, sempre feliz e descuidosa, apenas empanada pela tênue nuvem de uma saudade, velada pelo cedal da dor que a morte ou separação de entes queridos ocasionam? Dona Luiza Amélia nasceu em Piracuruca, casou-se em primeiras e segundas núpcias, gosando nessas fases de sua doce existência dessa tranquilidade d'alma que é, porventura a maior das felicidades (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1933, p. 20-21).

Isto evidenciado, o excerto destaca que sua trajetória foi destacada pela distinção com que se manteve afastada de condutas vistas como lascivas, o que contribuiu decisivamente para que conquistasse um novo espaço simbólico na coletividade: o de autora literária. Desta forma, Mundoca exhibe uma natureza discreta

e incomum para o esperado para a classe feminina: não alimenta expectativas, tampouco formula desejos ou planos. Sua postura indica uma indiferença natural não só ao ambiente portuário, mas à própria existência. Não estabelece vínculo afetivo com Ceci, a boneca que permaneceu muda, assistindo às dores acumuladas por sua mãe e avó; ao rejeitar esse objeto, recusa igualmente toda a herança de prostituição que ele simboliza. Para Luíza, a filha não deveria perpetuar a linhagem de mulheres marcadas pelo cais, e tampouco se deixar contaminar pelos reflexos negativos de suas noites agitadas.

Assim, fica evidente que, para escapar de um destino arruinado, o afastamento das figuras masculinas é imprescindível. Ainda que a relação configure um ciclo vicioso de poder, no qual aquele que se vale dos serviços íntimos é simultaneamente alvo de aproveitamento, quem exerce a prostituição também acaba por submeter o próprio explorador a uma lógica de reciprocidade na exploração: “a prostituta uniformiza os homens porque todos lhes são substituíveis” (RAGO, 1991, p. 221).

Luíza frequentemente associa suas raras alegrias ao fato de não depender de humilhações ou favores, especialmente os impostos pelos homens. A verdadeira emancipação consiste justamente em romper com tais vínculos e abandonar um passado que aprisiona. Contudo, a mudança não poderia vir dele, mas dela mesma, ou de uma das mulheres que carregavam esse legado; agora, essa transformação parecia possível através de Mundoca — alheia ao cais, afastada das fardas, dos navios, dos marinheiros, e de toda memória que as condenava. Nunca mais, no casebre onde moraria, seria local onde:

Os marinheiros entravam e saíam, suas visitas marcavam as gargalhadas, os jantares fartos num pequeno período de fartura. Jessé achava estranho e as vezes reclamava: “Como tua mãe conhece marinheiro”. (BRASIL, 2012, p. 27)

Na obra, a despedida definitiva surge não como libertação, mas como um mecanismo que perpetua equívocos antigos. O curso vital segue em movimento, renovando-se incessantemente, embora sem expurgar os erros do passado, que acabam sendo herdados e ampliados pelas descendentes. Assim, a morte de Cremilda configura-se como um dos marcos mais impactantes na memória de Luíza, pois com o falecimento da mãe encerra-se uma etapa de sofrimento, apenas para que outra, igualmente penosa, tenha início: Luíza, agora, assume o papel destinado,

vivenciando as mesmas adversidades enfrentadas por Cremilda. Além desse aspecto, a perda também desperta reflexões sobre temas relacionados, como a marginalização social e o envelhecimento, condições muitas vezes invisibilizadas e que demandam atenção mais sensível.

O trabalho de Luíza renasce com vigor renovado, abrindo um novo ciclo em sua vida. A antiga presença de Cremilda, agora ausente, deixa poucas lembranças, pois tudo o que a recordava vai sendo apagado de forma meticulosa. A casa, desprovida daquela figura rude e amarga, parece até mais ampla e tranquila. O sepultamento ocorreu sem a bênção do padre, conduzido por desconhecidos, e a despedida contou apenas com a tristeza de poucos que a reconheceram. Naquela noite de Natal, solitária e embriagada, Cremilda partiu deste mundo.

Acompanharam o caixão preto, desceram o cais ao lado das embarcações enfileiradas — algumas pessoas espiaram das janelas, dos armazéns — marinheiros de braços cruzados no convés, os velhos conhecidos de sua vida, levantaram os quepes azuis de emblemas dourados — comentaram: enterro sem padre, deve ser uma das mulheres, será a Cremilda? Uns poucos sentiram pena, outros não sabiam de quem se tratava. (BRASIL, 2012, p. 158)

Cremilda, assim, partiu de tal forma que a urgência de eliminar qualquer vestígio daqueles que permanecem no cais torna-se evidente, já que a pobreza consome os indivíduos muito antes do tempo esperado. Sozinhos, esquecidos, vivem e partem num ciclo contínuo, no qual a morte não apresenta diferenças significativas em relação à existência retratada na narrativa. A última imagem deixada é marcada pela sujeira e pela vergonha. O falecido acaba por ser um reflexo da própria pessoa que o observa, revelando que as emoções vividas no instante da perda são, em grande parte, comuns e rotineiras, como a empatia. Mesmo que as condições desse fim sejam típicas do ambiente do cais, o comportamento frente à morte se manifesta repetidamente, funcionando quase como um ritual inconsciente que perpetua a maldição. Desta maneira, tanto na vida quanto na morte, as mulheres que exercem a prostituição mantêm características semelhantes, e os hábitos adquiridos passam de geração em geração sem interrupção.

Isto posto, a inevitabilidade do destino se confirma com a morte, que age como instrumento da sina: retira o homem para que ele não tire a mulher do cais, e leva a mãe para que a filha ocupe seu lugar. Antes mesmo de Cremilda partir e revelar o desfecho que a aguardava, a perda de Jessé representou o fim definitivo das

expectativas de felicidade. Crescido junto com Luíza, Jessé era órfão desde a infância e foi acolhido por Cremilda no armazém. Desde jovem, manifestava descontentamento com a miséria ao redor e lutava arduamente por uma existência diferente. No entanto, entre os habitantes das margens do rio e sua tutora, predomina a zombaria diante dos desejos de superação da personagem, pois, para eles, nesse ambiente, o estudo não se apresenta como possibilidade concreta:

Dona Cremilda, eu queria estudar. Pra que menino? Ora eu queria. Ela saiu de perto do pilador barulhento, pegou Jessé pela mão, foi bem pro meio do armazém, e gritou pra todo mundo ouvir: Olhem aí, querendo ser doutor, passar por gente rica. (BRASIL, 2012, p. 49)

Todavia, a busca por reconhecimento social guia também tanto Cremilda, que almeja conquistar estabilidade financeira, quanto sua filha, que vê no enlace matrimonial a chance de ascensão. As aspirações de ambas se moldam às convenções vigentes, sendo que Cremilda valoriza o acúmulo de riqueza e status, enquanto Luíza enxerga no casamento uma via para mudar seu destino. Mas Jessé cometeu o equívoco de acreditar que poderia alterar os destinos — seu desejo de consertar tudo, inclusive a sina, era ingênuo, como se tivesse esse poder.

Por um período, realizou o sonho de trabalhar nas embarcações, navegando pelos rios e conhecendo outras cidades. Contudo, sua vida terminou tragicamente em um incêndio quando retornava para Parnaíba. Ainda que não tivesse nascido naquele lugar, ele carregava a marca do cais, assim como Luíza. A morte, mais uma vez, surge então como prova da impossibilidade de mudança, restaurando a ordem e garantindo a continuidade da marcha inexorável de seus destinos inevitáveis: “Nunca conheci outra vida, tudo foi se ajeitando normalmente, acontecendo, acontecendo. Tudo parecia natural para mim, não era de pensar muito” (BRASIL, 2012, p. 44).

Em outra ótica contrária, o envelhecimento se apresenta como um processo mais doloroso e complexo do que a própria morte durante a obra, como evidenciado no seguinte excerto:

Se preocupava, sim, que o dinheiro diminuísse em casa, certa de que já não era a mesma, o mesmo chamariz de brincos compridos, conhecida em todo o Parnaíba.
A arrogância desapareceu, o leque perfumado perdeu o perfume, a rosa dos cabelos murchou. [...]
A voz não tinha o mesmo imperativo. A voz também mudara com ela. A casa era outra, não mais nos fundos do armazém vendido em leilão — Um só quarto para as duas, depois para as três, separado por uma cortina.

Sem querer se vigiavam — a conversa com os marinheiros, as histórias, feias e bonitas, mais feias do que bonitas, aprendiam nomes, aprendiam novas posições no ofício, discutiam, se admiravam tanto da esperteza de cada uma — concorrentes no mesmo jogo, lutavam rivais e com fúria.

— Tua avó bem sabia, Mundoca, que acabaria perdendo, acabaria vencida. Por isso o ar de importância, de sabedoria, até o fim, quando a cachaça era o companheiro — “eu ensinei a você, Luiza, ensinei, ensinei tudinho”. (BRASIL, 2012, p.47)

O temor diante do falecimento praticamente não existe, pois ele é encarado como parte natural de um ciclo contínuo de renovação — para que alguém morra, outro deve ocupar seu lugar na sucessão da pobreza. Grandes comoções ou dilemas internos relacionados ao óbito não são comuns, tampouco surge preocupação com a alma ou indagações sobre a vida após a morte.

Luíza, assim, mantém um posicionamento racional após o falecimento da mãe, sem esconder a consciência sobre sua própria finitude. Embora culpe Cremilda pela trajetória que levou, isso não reflete o desejo de negar o falecimento dela — longe disso, sua postura é claramente consciente. O “defunto antepassado”, assim, carrega as dores que nunca foram redimidas enquanto estava vivo. Ainda, a esperança de se libertar da sina por meio do falecimento de Mundoca também é um cálculo lógico presente em seus pensamentos e atitudes. E nesse universo, como a menina começava cedo na “vida fácil”, cedo também se “invalidava”.

Em um dos poemas de R. Petit no Almanaque da Parnaíba está presente um excerto alcunhado “A mulher” que retrata o percurso desde do desabrochar ao definhamento do amadurecimento de uma jovem moça:

Aos 12 anos é a crisálida que espera a luz do amor para tornar-se dourada borboleta.

Aos 13, é um poema lírico.

Aos 14, é um hino de harpa eólica.

Aos 15, é um astro em torno do qual rodopiam a graça, a harmonia e o amor.

Aos 16, é uma estátua de Madona, que procura um coração de homem para fazer dele o seu altar.

Aos 17, é um cofre adamantino que guarda algumas joias.

Aos 18, é uma poética noite de estio iluminada pelo doce clarão das estrelas.

Aos 19, é uma tarde cujo perfume embalsama muitos corações.

Aos 20, é uma harmonia de Lamartine ungida pelo pranto de Júlia.

Aos 21, é a estrela vésper chorando o balcão de Julieta.

Aos 22, é uma lágrima da noite banhando um tumulto de virgem.

Aos 23, é um arroio prateado a serpentear por lindos vergeis.

Aos 24, é um pêndulo entre a dúvida e a esperança.

Aos 25, é uma harmonia de Belini cantada em noite de luar.

Aos 26, é a última edição de um romance que gosou fama.

Aos 27, é uma angélica que ainda conserva o aroma dos salões.

Aos 28, é uma estrela que se apaga ao clarão das alvoradas.

Aos 29, é um sol envolto em brumas.

Aos 30, é a tarde envolta pelo manto do crepúsculo.

(ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1932, p. 31).

Nesta ótica, a velhice, antes mesmo de significar o fim biológico, determina o momento em que o indivíduo é afastado das funções produtivas, convertendo-se, quase sempre, em alguém considerado obsoleto e desprezível pela coletividade. Sem qualquer respaldo das instituições públicas, a prostituta envelhecida não apenas assiste ao declínio de sua aparência e energia — fenômeno que ocorre precocemente devido às adversidades em que sobrevive — como também enfrenta a dificuldade de garantir a própria subsistência.

Nesse contexto, o corpo, que por anos sustentou sua existência, passa a ser o seu maior algoz, marcando de forma implacável a sua decadência: aquela mulher, tão temerosa, desejava apenas estabilidade, pressentindo que, cedo ou tarde, os clientes desapareceriam. O ambiente do meretrício explicita ainda uma relação dolorosa entre mãe e filha, que deveria ser marcada pelo afeto incondicional, mas se transforma numa disputa cruel pela continuidade: ela compreendia o desespero da mãe, que a fitava com olhos apagados, enquanto ela, ainda jovem, insistia em esboçar sorrisos. Entretanto Luiza, em verdade, queria viver o “amor livre” à la Raimundo Souza Lima:

O amor livre não significa a apropriação comum da mulher, mas quer dizer: a liberdade ilimitada para a mulher, como para o homem, de amar quem quiser a liberdade de concentrar sobre uma pessoa, antes que sobre outra, todos os afetos. Quer dizer noutros termos: subtrair-se a terrível tirania dos pais, dos parentes e dos seus substitutos, que querem impor-lhes um marido a gosto deles, para amar livremente objeto dos seus sonhos. (LIMA, 1988, p.19)

Todavia, enquanto o tempo avança e apaga as memórias, Luíza resiste, firmando-se nas narrativas que a passagem dos anos insiste em levar. Como se desafiasse a inevitável destruição, ela caminha na direção oposta, preservando lembranças, que para os mais velhos constituem uma função vital: manter viva a memória enquanto os demais se dedicam às tarefas cotidianas.

No decorrer da trama, a decadência do antigo cais é frequentemente evocada por Luíza, ressaltando sua obsolescência diante da construção de uma nova estrutura que o substituirá. Esse cenário evidencia, com clareza, a efemeridade dos espaços, consumidos pelo tempo e destinados ao esquecimento, assim como os que ali viveram e suas histórias. Em períodos outrora de fartura, os habitantes do cais:

Olhavam o armazém, “Cremilda, como foi que você conseguiu isso?”
 — Como meu suor.
 Se eles zombavam, ela repetia:
 — Com o meu santo suor — e fazia um gesto com a mão na testa, para dizer
 que tinha suado muito. (BRASIL, 2012, p. 28)

A observação atenta — e também resignada — de Luíza sobre a ruína de Cremilda, cuja deterioração física ela presencia sem surpresa, acaba suscitando um pensamento revelador sobre a transitoriedade da existência. Sentada à margem do rio, contemplando o fluxo contínuo da existência, Luíza intui que há possibilidade — e necessidade — de agir para interromper tamanha dor. Ainda que sua iniciativa não abarque toda a complexidade das questões sociais que enfrenta, emerge dela o desejo de alterar o destino reservado à filha.

E embora, na velhice, o impulso de revisitar memórias a torne vulnerável ao fascínio das lembranças, seu relato carrega uma dimensão crítica, alinhada à intenção de Assis Brasil de denunciar a precariedade daquelas vidas: quando Luíza vê a mãe pela última vez, está estendida no solo, próxima à cama de cordas, com uma cachaça tombada e o líquido espalhado ao redor: “a mãe morta, embriagada. Morreu sozinha, não quis chamar ninguém. Que terá sentido?” (BRASIL, 2012, p. 157). Ao partilhar suas vivências com Mundoca, Luíza não apenas revive, mas também corre o risco de perpetuar o ciclo de privações que assombra o cais.

Entretanto, a condição de extrema marginalização em que se encontram os habitantes desse espaço liminar os transforma em figuras quase ausentes aos olhos da sociedade, reduzidos a uma espécie de não-existência. Pouco se pode realizar, de forma isolada, para suavizar uma realidade tão devastadora.

Assim, aquilo que, à primeira vista, parece apenas uma confissão pessoal, revela-se também um grito silencioso contra a indiferença que condena esses sujeitos à invisibilidade e à extinção simbólica. Neste contexto, o declínio financeiro e o sumiço dos frequentadores caracterizam o crepúsculo da existência de Luíza, que, tal como ocorrera na juventude de sua genitora, presencia o fim da época em que marinheiros aguardavam, enfileirados diante de sua moradia, enquanto a tristeza invade seus dias:

Os homens deixaram a casa, um a um – foram desaparecendo em silêncio. [...] Um a um, diminuindo as gargalhadas, os palavrões não tinham mais casos para contar, até chegar o silêncio redondo: envelhecera. Ia se sentindo angustiada que as noites despovoavam, ficavam mais negras, corria da beira do rio à casa, ou caminhava lentamente – os sons do cais se perdiam (BRASIL, 2012, p.168).

Assim, ao chegar ao ocaso de sua existência, Luíza experimenta um sentimento de satisfação por Mundoca, sua descendente, não ter trilhado o mesmo destino das mulheres do porto. Para a anciã, cuja visão já não era clara, os momentos de tristeza eram amenizados à beira do rio, onde passava horas sentada, os pés imersos na água, dedicando-se a confeccionar roupas para Ceci, a antiga boneca de seus tempos infantis, que se tornara sua única companhia nas horas solitárias. “Mundoca quebrara a tradição das filhas das mulheres do cais. Não explorava homens, não se impressionava com as embarcações do rio” (BRASIL, 2012, p. 166).

Figura 21 – O cais de Parnaíba, onde se passa a narrativa de Assis Brasil, em meados da década de 1940.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Imersos numa rigidez quase absoluta no que diz respeito à mobilidade social, os indivíduos desse ambiente não possuem ambições realistas de ascensão; apenas o temor constante de despencarem ainda mais. A resignação diante dessa estrutura fixa é alimentada por crenças consolidadas: tanto os privilegiados, confiantes em seu conforto, quanto os desprovidos, ignorantes de outras possibilidades, aceitam que forças sobrenaturais regem essa ordem, tornando quase inviável qualquer tentativa de transformação, como destaca Assis Brasil (2012, p. 24):

Correu para o cais, ultrapassou as pedras, ali haveria calma sempre no meio século de sua vida. As canoas velhas, paras serem remendadas, redes de pescar estendidas, um apito distante, um grito – testemunhas monótonas. Nada mudaria. Mundoca gostava da canoa verde e nunca teria filho. (BRASIL, 2012, p. 24):

Nessa conjuntura, a efemeridade do existir é o que desperta desejo, uma breve e intensa percepção de presença, tão rara que se equipara a uma visita inesperada — um dia a existência se insinuou, assim como afirmam que a finitude aparece subitamente. Não se cultivam receios ou ilusões em relação ao fim, que é apenas mais um elemento habitual do cotidiano. Em contrapartida, anseia-se por aquilo que nunca se alcança: a rara experiência de sentir-se vivo, ainda que por um breve instante.

3.2 Ciclos de repetição e ruptura: a dualidade entre imposição social e escolha individual à luz da sina do cais.

Se, anteriormente, a presença da morte se mostrava banalizada no cotidiano das mulheres marginalizadas, agora é preciso mergulhar em outra dimensão desse viver à beira da ausência: a permanência. A finitude, antes percebida como visita breve e silenciosa, revela-se irmã da repetição — ambas interrompem e aprisionam. Assim como a morte, os ciclos que se impõem sobre essas existências não surpreendem: são esperados, vigiados, anunciados desde cedo. Entre o nascimento no cais e o fim na sarjeta, há um percurso já trilhado por muitos, uma trilha socialmente construída que, como um roteiro imposto, parece condenar seus personagens a reviver o mesmo enredo geração após geração.

Mas há algo de inquietante nesse ciclo — um movimento sutil que insinua ruptura. Pois, se a morte não assusta, o que realmente apavora é a ideia de viver sem jamais escapar da sina. E é nesse cenário que surge o tema central deste capítulo: a tensão entre o que se impõe de fora — a estrutura social, a geografia da exclusão, os códigos da miséria — e aquilo que pulsa por dentro — o desejo de escolher, de sair da bolha, de não repetir o ciclo. O cais, figura geográfica e simbólica, torna-se, então, palco dessa disputa: lugar onde a tradição empurra para a repetição, mas onde também germinam vozes que desafiam o destino e anunciam novas possibilidades, ainda que em sussurros.

O GURÍ DA COROA

Com violão casado ao peito
Olhando as águas do rio,
Canta o guri satisfeito
Em seu casebre sombrio

Aos golpes da sorte afeito,
Com o estômago vazio,
Cata, canta o violão junto ao peito,
Canta de fome e de frio!...

Tú que és a dor mascarada
Oh “cigarra da Corôa”,
Canta...canta desgraçada...

Vae Cantando, eternamente,
Que enquanto canta à tôa,
Julgamos que estás contente...

(ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1939).

Ocasionalmente, esse recinto, como se pode visualizar no poema de R. Petit, extraído do Almanaque da Parnaíba, era um espaço ao relento, relegado aos marginalizados. Consequentemente, espaço, tal como o tempo, carrega consigo uma memória que fixa seus habitantes, condenando-os a permanecer, indefinidamente, nas mesmas camadas da estrutura social.

A geografia da cidade — sobretudo o cais — exerce sobre os moradores uma força irresistível, que os retém e castiga qualquer tentativa de afastamento. Assim como o tempo marca com seu peso inevitável, o espaço impõe suas próprias amarras, tornando inescapáveis seus efeitos. Em meio à instabilidade que caracteriza a rotina no porto, o local de nascimento assume o papel de referência e abrigo, sendo o único elemento verdadeiramente sólido na existência dessas pessoas.

Ela permanecia ali, acomodada com serenidade, sustentada pela convicção construída ao longo de tantos anos: a percepção de que apenas aquele espaço era, de fato, real. Todas as experiências que vivia partiam daquele ponto e só adquiriam importância quando encontravam no cais sua origem, e só findariam quando reavissem nesse mesmo cais o seu desfecho:

O fim do cais velho, o fim de Mundoca. O fim delas na labuta a beira do rio. As outras casas não receberiam apenas marinheiros, homens bem vestidos da cidade iriam ver, experimentar — ouviriam falar em caboclas fortes, pareciam índias, mulheres quentes de quinze anos, os cabelos compridos e negros.

As famílias de respeito continuariam a se preocupar e elas seriam afastadas do cais mais e mais, mais e mais, até o rio não ter lembrança. A filha da filha da filha das raparigas não se entusiasmaria com as fardas vistosas, os quepes azuis, as fivelas douradas, os talabartes brilhantes. (BRASIL, 2012. P. 153)

Conforme evidenciado, a explicação mitológica para a vida nada fácil que levam as mulheres “de vida fácil” é a sina do cais: nesse enredo, surge um componente de natureza mítica que explica simbolicamente uma violência concreta — o poder das declarações feitas em meio à dor extrema é tão intenso que persiste ao longo do tempo, perpetuando o sofrimento de outras mulheres.

A maldição que recai sobre aquelas que nascem à margem do rio é entendida como resultado da falta de ação da instituição religiosa, da rigidez moral impregnada nos discursos discriminatórios da população e da atitude rebelde de um rapaz que ousou aproximar dois extremos de uma sociedade marcada pela desigualdade. Assim, a condenação que atravessa gerações é vista como a herança desse ato e da convivência social.

O percurso das existências femininas no cais é encarado como inevitável, pois elas acabam acreditando ser incapazes de modificar o próprio caminho. Quando uma delas concebe um filho de um homem do mar, revive-se simbolicamente o episódio primordial, a origem da maldição.

O tempo, então, parece congelar, transportando tudo de volta ao instante inicial, onde mais um futuro se fixa irremediavelmente. Assim, os destinos seguem se reiterando, presos a uma sequência interminável de sofrimento, embora essa repetição seja compreendida e, de certo modo, resignadamente acolhida, como algo que não poderia ser diferente. O autor manifesta com clareza essa dinâmica de reciprocidade quando apresenta a interação entre aquele que busca o serviço e a mulher que o oferece:

O carinho passageiro em seus rostos, as palavras forjadas para nunca mais voltar a ver as mesmas feições. Outras caras, outros dentes, outros cheiros, outros queixos, lisos e barbados, as promessas ingênuas. [...] outras vezes não prestava atenção naquelas repetidas cenas – eles vinham e desapareciam até quase de manhã, um era o outro, as palavras de um eram repetidas pelo seguinte. (BRASIL, 2012, p. 146-147)

Assim, a recordação surge, paradoxalmente, como uma armadilha para os que habitam as margens do rio: quanto mais revivem suas memórias, mais se enredam nas limitações e na penúria que delas decorrem. Esse movimento, contudo, exerce uma sedução irresistível, funcionando como uma válvula de escape: a mãe, incessantemente, divagava, como se desejasse escapar das madrugadas repetitivas e silenciosas que invariavelmente se sucediam.

O tempo acaba sendo o motor invisível que alimenta a maldição coletiva: as narrativas partilhadas por aqueles que frequentaram ou residiram em Parnaíba cristalizam costumes e julgamentos, transmitidos com a autoridade que a velhice naturalmente lhes confere. Assim, legitimam a permanência do ciclo, fazendo com que tudo se reproduza conforme o molde do que já foi.

Não há espaço seguro para subverter essa ordem: qualquer tentativa de ruptura é inútil e potencialmente desastrosa. O enraizamento dessa força destrutiva está nas reminiscências que, embora sirvam para mascarar os reais motivos do sofrimento, mantêm todos presos àquela herança. A ausência de perspectivas diante do porvir, sobretudo porque esse futuro se encontra esgotado para os mais velhos, leva-os a buscar nas lembranças o consolo pelas oportunidades que não se concretizaram. Assim, ao reviverem o que poderia ter sido, perpetuam a própria condenação.

A esse modo, a coletividade descrita na narrativa lembra, nesse aspecto, as civilizações antigas, que recorriam a símbolos míticos para explicar sua vivência. Ainda que se perceba uma crença na repetição ininterrupta dos acontecimentos e numa força transcendente que orienta os destinos, nesse ambiente nordestino não se observa qualquer tipo de renovação temporal ou expiação de culpas, tampouco uma valorização espiritual do passado.

O que persiste é a reprodução contínua de modelos fixos, resultado da miséria e da desigualdade social, que impede os indivíduos de construírem trajetórias singulares. Mesmo reconhecendo a inutilidade de lutar contra as circunstâncias, especialmente quando essa resistência passa pela interferência masculina, algumas figuras femininas ainda demonstram um certo impulso de oposição diante da situação que rejeitam:

Mundoca não se interessava por marinheiros, jamais conheceria Nuno, jamais esperaria de barriga grande — não sofreria aquele sofrimento terno, aquela saudade boa, o choro de uma infelicidade doce.

Seria o fim?

Não teria uma filha — isso o essencial para que acabasse aquela maldição do cais, aquela sina do rio. E não esconderia dela, com subterfúgios, quando aprendesse a falar, a perguntar, “quem é meu pai? Por que papai não volta?” (BRASIL, 2012, p. 76)

Destarte, a estrutura do livro destaca um ciclo sem saída, onde o encerramento ecoa o início, sem sinalizar mudanças na trajetória dos personagens. Ao longo da

trama, os cenários e eventos reaparecem continuamente, ressaltando a rotina estagnada e a clausura que aprisiona as mulheres do cais. Essa repetição evidencia um universo limitado e sem perspectivas para aquelas que vivem à margem do porto, evidenciando seu caráter de anti-histórica, como afirma Benatti (1997):

Um dos encantos de uma história dos marginais é o seu caráter mesmo de anti-história, a possibilidade que ela oferece de uma navegação outra nos conteúdos da história, no sentido contrário à tradição imposta pela memória hegemônica e triunfalista dos “vencedores”. (BENATTI, 1997, p.4)

Um exemplo ocorre com Cremilda, no momento em que perde o estabelecimento que conquistara mediante uma união baseada em interesses mútuos: “De que adiantou tamanho sacrifício se eu sei, sempre soube, que um dia ia perder tudo? Mas foi divertido, eu ganhava dinheiro, era uma mulher de negócio, cheguei até mesmo a esquecer quem eu era, quem um dia voltaria a ser” (BRASIL, 2012, p. 40). “E foi o fim de ‘dona Cremilda’, a mulher de negócio da beira do rio, aquela que inventou tanta história até herdar o armazém do velho Santana” (BRASIL, 2012, p. 40).

Mesmo que resistisse ao imprevisível, acabaria inevitavelmente retornando ao ambiente que lhe fora imposto: as margens portuárias, sobrevivendo como integrante daquele espaço. Seu percurso já estava previamente delineado, como se fosse condenada à derrota desde sempre, apesar de todos os esforços para alterar sua trajetória: “mas quem já se viu uma mulher do cais feito industrial?” (BRASIL, 2012, p. 31). Isto é perceptível quando, embora possuísse recursos financeiros adequados, foi barrada na tentativa de adquirir uma residência na região central. Esse território urbano é reservado, excluindo pessoas como ela, que não são aceitas nesse convívio:

Eles disseram que meu dinheiro não dá. Pra quê? Pra comprar uma casa aqui na cidade. Sei que é mentira, eles não querem é me vender. Um ainda disse: ‘Mesmo a senhora não pode se mudar pra cidade’. Foi o que um deles disse, Luíza, e os outros acharam graça (BRASIL, 2012, p. 41).

Ainda assim, vale destacar que, embora acreditem que seus rumos já estejam determinados, elas não deixam de expressar, mesmo que timidamente, tentativas de escapar desse cenário adverso. Com o avançar da idade e a proximidade da decadência física, vai-se revelando cada vez mais clara a futilidade de tais embates. A consciência da existência de engrenagens ocultas que regem o dia a dia, bem como

a certeza da impotência diante dessas forças, conduz não a uma mera resignação, mas a uma rendição pautada pela ausência de esperança.

A prostituição acaba assumindo o papel de manifestação dessa insurgência, uma forma de extrair benefícios — dinheiro, presentes — de um sistema que as priva de alternativas mais justas, valendo-se de seu próprio corpo como instrumento: havia, assim, um prazer singular em retribuir ao mundo, ou melhor, a eles — aqueles miseráveis —, uma retaliação.

Curiosamente, essa vingança se dava na própria pele, marcava a alma, um revide paradoxal e íntimo. Esse destino inevitável, transmitido de geração em geração, impõe à maternidade uma dimensão conflituosa — o nascimento de uma filha desperta na mulher tanto o rancor pela ausência de escolha, quanto o desejo de punir a criança pela gestação forçada, legando-lhe o mesmo fardo que ela própria carrega à beira do cais.

Desta forma, o ciclo se perpetua: sentimentos de rebeldia e desejo de revanche emergem, alimentados pela percepção de que a única resposta possível diante da condenação imposta é reproduzir esse padrão, eternizando a sina por meio dos vínculos biológicos. Na tentativa de romper com a herança de dor e fatalidade, Luíza decide batizar sua criança como Mundoca, evitando o costume de perpetuar o nome Cremilda, prática usual entre as mulheres do cais. “Tudo teria um fim com Mundoca, tudo – aquela dinastia do cais” (BRASIL, 2012, p.69). Assim, evita-se a continuidade simbólica de destinos preestabelecidos e carregados de sofrimento.

De maneira invisível, mas poderosa, essa tradição molda comportamentos e perspectivas, manifestando-se de várias maneiras na rotina da comunidade ribeirinha. A transmissão dos nomes funciona como um elo ritualístico, que assegura a permanência da antiga maldição, incessantemente renovada a cada geração, como se houvesse uma incumbência ancestral que precisasse ser cumprida.

Cremilda, mãe da protagonista Luiza, era quem mais a incentiva nas práticas do prazer. Mesmo grávida, ela a incentivava a manter relações sexuais nesse período. Muitos frequentadores propunham valores ainda mais elevados, tentando persuadi-la com insistentes ofertas para consumir o ato sexual, conforme vê-se nas falas de Luiza para Mundoca:

Tua avó queria, insistiu quanta vezes. Cheguei a me deitar com marinho ainda de barriga, mas não fiz aquilo. Eles se danavam, queriam por força saber por quê. Ofereciam mais dinheiro. – “Luíza, você não sabe que a mulher

assim é melhor?” diziam os descarados. Mas eu não dei o braço a torcer. E tua avó sempre insistindo, “Luíza, não faz mal, eles querem, tem uns que só gostam com a mulher assim”. [...] Acho que é porque a mulher fica mais apertada (BRASIL, 2012, p. 126-127).

Profundamente enraizada no universo cultural dessas mulheres, essa condenação não apenas influencia as ações cotidianas, mas também estrutura crenças sobre quem são e quem podem se tornar. Neta, filha e bisneta de mulheres que se prostituíram, Mundoca desafia todas as expectativas e um futuro quase inevitável, recusando-se a tornar-se uma desamparada: “Mundoca nunca teria um marinho nos braços, uma filhinha, aquela maldição ficaria ali. Que vida mais esquisita. Às vezes se alegrava – a filha não vadiaria pelo cais de barriga grande olhando a curva do rio, não desceria as escadas dos gaiolas à procura de seu homem, não correria à cidade para que alguém ajudasse a parir.” (BRASIL, 2012, p. 68). Embora tenha evitado a prostituição, o preconceito ainda a acompanha. Ela consegue um trabalho na cidade, um favor concedido pela generosidade de sua madrinha. Contudo, a jovem causa desconforto às clientes do estabelecimento, que não se sentem plenamente à vontade em sua presença e com sua aparência:

As freguesas evitavam conversa com Mundoca, os dentes estragados, outras tinham medo, o velho Jacinto se preocupava com os negócios. Ele tinha vontade, sim, de afastar aquela criatura esquisita da loja, mas a mulher continuava a espalhar que era por caridade, Mundoca tinha mãe para sustentar, eram umas desvalidas. (BRASIL, 2012, p. 67)

Apesar de todo o empenho, Mundoca permaneceu marcada pelo preconceito que acompanha as mulheres oriundas do cais, sendo vista como alguém frágil e merecedora de piedade. Evitar a prostituição não bastou para libertá-la do rótulo que insiste em persegui-la. Contudo, afastar-se da influência corrosiva dessa linhagem exige mais do que modificar a designação; é indispensável romper completamente com sua presença opressiva. O cotidiano impregnado pela mercantilização do corpo feminino acaba por inserir as jovens num processo contínuo de assimilação desse fardo, criando uma espécie de intimidade com o próprio infortúnio que impede o desaparecimento da antiga condenação.

Assim, a prática da dissimulação surge como uma estratégia recorrente entre aquelas que vivem da prostituição, obrigadas a assumir papéis forjados, anulando assim sua essência e cristalizando-se como figuras moldadas por expectativas sociais que deformam sua percepção de si mesmas.

Ao se perceberem como personagens encobertas, essas mulheres acabam se disponibilizando ao homem, que as enxergam apenas como figuras destituídas de humanidade, meras representações que ocultam a realidade crua de privação e humilhação, renegadas à margem:

É claro que muitas quebraram o bloqueio, rebeldes àquela discriminação. Porém, pagavam um preço muito alto por sua ousadia. (...) Renegadas, permanecia o resto de suas vidas à margem; quando ficavam com suas famílias, eram sombras, sem a menor participação. (...) Sei que assim desnudados, tais costumes parecem medievais, porém eram decorrentes da moral vigente, e olhe que isto não é coisa de mais de três décadas atrás. (ARAKEN, 1988, p. 53)

Esse homem, tal qual a coletividade à sua volta, não vê a pessoa, mas apenas um objeto descartável, inserido num jogo voltado exclusivamente para sua satisfação pessoal; todos, de modo geral, perpetuam esse erro, recusando-se a reconhecer a dignidade delas, reduzindo-as à condição de coisas para justificar com menos culpa a miséria que as consome.

Assim, durante a narrativa, Luíza, ao revisitar as memórias marcadas por dor, busca apontar à filha a direção oposta àquela que trilhou, tentando garantir-lhe uma fuga da sina. A existência de Luíza foi, desde cedo, delimitada pela paisagem e pela repetição de rotinas num ambiente marcado pela marginalidade e pelas presenças masculinas constantes. Habituada ao fluxo e à permanência em uma área abandonada pelas estruturas sociais, ela jamais se deteve a refletir sobre seu papel ali. Homens cruzavam seu caminho como parte de um destino que, para ela, era simplesmente o curso natural das coisas. Sem ter plena consciência, sua trajetória se desenrolava pelas imediações do porto, que moldava sua percepção de mundo:

Queria fazer dinheiro, sim, e encontrara um ramo de negócio sem nunca haver pensado nele, talvez o único ao seu alcance [...]. Sua primeira noite, aos 15 anos de idade, a empolgara, percebia que dialogava agora com sua mãe de igual para igual. [...] quanto tempo você está na vida? Desde que nasci, ora. Eles achavam graça, se sentiam superiores. Era bem isso: eles se sentiam superiores, por que simplesmente a usavam (BRASIL, 2012, p. 104).

Entretanto, mesmo consciente de que a própria redenção é impossível, Luíza alimenta a esperança de que Mundoca possa escapar. Assim, observa-se uma possibilidade concreta de interrupção do ciclo, ou, ao menos, um abalo na narrativa mítica. A maior conquista de Luíza se expressa justamente na diferença entre suas

trajetórias: Mundoca não sucumbiu ao fascínio dos barcos nem reproduziu a exploração dos homens — que, há gerações, caracterizava as descendentes das mulheres do cais. Mundoca é a esperança que Luíza deposita para escapar ao destino compartilhado por ela e sua mãe, como se percebe a partir do seguinte trecho:

[...] e limpamos tudo para uma nova vida, para começar de novo. Para começar de novo. A casa ficou maior mesmo, os marinhos tinham mais liberdade, no lugar da rede suja dela uma rede branca de varanda bordada. Eles viam pela porta, você dormindo como uma pedra, eles se admiravam, tua filha não sabe? tua filha não é da vida?
Nunca viu nada, Mundoca?
Eu tinha tanto medo, ela vai 'aprender, eu pensava, ela vai saber de tudo e depois jogar na minha cara, dizer que não teve culpa.
Fiz tudo isso, Mundoca. Fiz, sim. Minha mãe nunca me perdoou. A vingança foi ver a minha vida repetindo a sua, toda noite, todo dia, até o fim. Ela teve culpa, mas, não sei porque, nunca se julgou culpada. Quem sabe o que não sofreu da própria mãe?
Com você, Mundoca, tudo foi diferente desde o começo, Deus te abençoe, Deus te abençoe. Nada com os homens. Que natureza. Achava esquisita essa tua vida, cheguei mesmo a não me conformar. (BRASIL, 2012, p. 28).

Por conseguinte, a figura de Luíza funciona como o ponto de partida para a criação dos demais personagens, simbolizando a origem dessa história. A jovem, por vezes, revelava indiferença diante da vaidade, ciente das expectativas maternas que recaíam sobre seus ombros — um desejo silencioso de romper com o ciclo hereditário de exploração sexual que marcava sua linhagem. Essa consciência moldava seu comportamento, mesmo nos momentos em que o descuido externo parecia prevalecer.

Seu anseio e resistência concentram-se na fuga através do afeto, em um ambiente onde o amor possui um valor particular. Esse anelo se manifesta indiretamente por meio da boneca Ceci, e sem perceber, Luíza já triunfou ao impedir que a maldição da sina fosse transmitida à filha. Mundoca permanece em uma espécie de estado suspenso, quase invisível no enredo, funcionando como um elo interrompido dentro de uma corrente.

E é nela que se encerra o ciclo no qual uma sociedade imobilizada elimina o que considera estéril. “Uma submissão completa. Assim, nada mudava, todos sabiam e aceitavam, a vida era aquela [...]” (BRASIL, 2012, p. 69). E é notório visualizar que o autor não desenvolve muito bem a personagem de Mundoca, o que pode sugerir que ela não ocupa mais espaço pois é a personificação do elo quebrado às tramas do livro — enfim, o fim da sina. Não mais a nova geração “mesmo vinte anos mais ou

quarenta continuaria pelas tardes no cais [...]” (BRASIL, 2012, p. 20). Nesse interim, Fausto Cunha, na epígrafe do romance, pontua que no que tange à sina:

Luíza é uma espécie de barro original, a partir do qual são formados os outros personagens. Seu sonho, sua luta, é a evasão pelo amor, num meio em que o amor tem câmbio específico. Realiza-se vicariamente através da boneca Ceci ("personagem" às vezes demasiado literária em seu simbolismo ostensivo) e não percebe que de certa maneira venceu ao não conseguir passar a tocha da degradação à sua filha. Mundoca não sai do limbo criador - como se estivesse fora do foco do romancista. É apenas o elo quebrado de uma cadeia. Nela se conclui o processo através do qual uma sociedade petrificada elimina as sementes inúteis. (2012, p.5-6)

Ela surge, não como símbolo de derrota, mas como emblema de confiança no porvir; sua presença na narrativa configura uma possibilidade concreta de ruptura. Embora se visualize o tom sombrio e a dureza social que atravessa o enredo — o que, de fato, é inegável —, o autor deve ter tido anseios outros de repassar ao leitor uma perspectiva também mais alentadora, sinalizando uma chance de resistência. Assim, sua figura não expressa o desespero, e sim a expectativa por uma transformação.

Desprovida de encanto físico e frequentemente associada a odores desagradáveis — conforme o julgamento severo de sua avó — Mundoca encontrava obstáculos em despertar interesse afetivo em homens. Ainda assim, o exercício de suas atividades no depósito comercial de seu padrinho, localizado em área urbana, favorecia seu contato com um universo distinto daquele que herdara. Havia nela, talvez, a figura que romperia o ciclo familiar tradicional, impulsionada justamente por essas vivências em contextos mais amplos e cosmopolitas.

Desta maneira, inserida num espaço fértil de potenciais inéditos, Mundoca revela, por meio de atitudes que se afastam dos padrões femininos tradicionais do porto, uma possível ruptura com a sucessão de pobreza e imobilidade social — metáfora que, na narrativa, representa a opressiva condição econômica. Esse afastamento do comportamento habitual das mulheres dali evidencia a chance de interromper o ciclo vicioso que permeia a vida na beira do rio, marcado por:

A sineta dos navios-gaiola, o apito mais grosso de uma barca, o grito dos canoieiros, o barulho seco do arroz e feijão pisados no cais, pareciam varrer com a brisa a calçada escura, cheia de lembranças. Alguns flocos de algodão, caídos dos fardos e das barcas, acompanhavam a correnteza barrenta, os postes traziam a luz fraca da esquina. Mesmo vinte anos mais tarde ou quarenta, continuaria pelas tardes no cais – as barcas de algodão e arroz se repetindo, os navios que iam crescendo, tomando novas cores – gritos dos

canoeiros atravessavam o rio, voltavam do outro lado, para lá e para cá, as canoas deslizavam magras e serenas. (BRASIL, 2012, p. 17-18)

No entanto, o encerramento absoluto desse tormento individual apenas se efetiva com a chegada da morte, que surge como única via de emancipação total. Esse desfecho, contudo, não representa a extinção permanente da maldição, mas sim a conclusão de uma trajetória pessoal marcada pela dor, abrindo espaço para que novos ciclos possam emergir.

Desta forma, a trajetória trágica vivida pelos marginalizados de Parnaíba, incluindo as mulheres que vendem seus corpos, reflete o abandono sistemático imposto pelas estruturas sociais. Para os que poderiam perceber com clareza essa desigualdade, resta a repetição de discursos que atribuem ao destino ou à providência divina a causa dessa miséria: enquanto os moradores do cais são consumidos pela dureza da existência, os que assistem de longe sua ruína retornam rapidamente aos seus cotidianos tranquilos, onde as únicas surpresas são os nascimentos, as despedidas e a chegada silenciosa da velhice.

Como resultado, na última obra da Tetralogia Piauiense, “Pacamão (1969)”, Assis Brasil usa Parnaíba novamente como espaço dos fatos da narrativa e evidencia sua estrutura de destino inevitável por meio da sina que acomete agora o epicentro diametralmente oposto: o centro, por meio de uma família em crise financeira. Inserida em um cenário de colapso financeiro e tensão social, uma família aristocrática, habitante de um antigo casarão, usava o imóvel como expressão de prestígio e tentativa de preservar sua posição na hierarquia social. A narrativa acompanha os eventos rotineiros vividos por essa família, evidenciando conflitos e dinâmicas internas diante da decadência. Deste modo, Foggetti (2006, p. 21) discorre que:

A casa é uma fortaleza, a única —sobreviventell da família. Os membros se utilizam dela no intuito de permanecer no tempo, de sobreviver à mudança social. É o local aonde se protegem do julgamento da cidade, mas que aos poucos vai consumindo seus moradores, provocando sofrimento e morte. Em Pacamão, a sina se materializa na figura do Palacete, tão adorado e amaldiçoado, símbolo do status da instituição falida que é esta família, e afronta à miséria social que a cerca. (FOGGETTI, 2006, p. 21)

Assim, seja prostituta, autoridade política, marinheiro ou senhora da sociedade, todos percorrem o mesmo itinerário biológico — vir ao mundo, gerar descendentes, envelhecer e, inevitavelmente, desaparecer. O que os distingue é apenas a origem, o local onde foram acolhidos ao nascer.

3.3 O cais e os cabarés como espaços simbólicos de luta: dependência, autonomia e memória.

Ao reconhecer a morte como fim inevitável e o nascimento como ponto de partida desigual, percebemos que a trajetória de vidas marcadas pela marginalização raramente é fruto de escolha individual, mas de um roteiro social previamente traçado. Mundoca, ao dar sinais de ruptura com esse itinerário herdado, revelou que a resistência não surge apenas na forma de enfrentamento explícito, mas também nas pequenas decisões cotidianas que desviam do curso esperado. Contudo, mesmo quando essas rupturas parecem promissoras, as amarras simbólicas e materiais do espaço urbano — como o cais, o palacete, ou o cabaré — insistem em reafirmar sua força, delimitando possibilidades e condicionando percursos.

É nesse cenário que os espaços físicos da cidade ganham protagonismo como agentes ativos na constituição das subjetividades e das trajetórias sociais. O cais e os cabarés, antes meros cenários da degradação ou da exclusão, agora se impõem como territórios de luta, memória e sobrevivência. São lugares onde se entrelaçam dependência e autonomia, vergonha e pertencimento, miséria e dignidade. Ao revisitarmos esses espaços pela perspectiva das mulheres que neles viveram, trabalhavam e resistiam, somos convidados a enxergá-los não apenas como marcos da opressão, mas como campos simbólicos de negociação com o próprio destino — uma negociação feita com o corpo, com a memória e, sobretudo, com a esperança.

E é nesse cenário de intensas metamorfoses que as relações comerciais impulsionadas pelo transporte hidroviário provocaram modificações profundas tanto na estrutura física quanto nos vínculos sociais locais. A delimitação espacial da cidade passou a ser claramente reconhecida e obedecida, acompanhada da transformação das experiências e sensibilidades daqueles que ali habitavam. O cenário urbano foi se moldando em função de novas dinâmicas humanas, surgindo, assim, distintos grupos e papéis sociais, entre eles a prática da prostituição, que integrava esse contexto.

Neste ambiente urbano majoritariamente masculino, onde predominavam rapazes solteiros e jovens, muitas mulheres viam na prática uma forma autônoma e significativa de sustento. O desequilíbrio social servia como fator determinante, incentivando diretamente a inserção nesse tipo de atividade. Assim, tal escolha se

configurava, em determinadas ocasiões, como uma possibilidade concreta de obtenção de recursos adicionais para quituteiras ou lavadeiras, funcionando como estratégia acessível de manutenção financeira, e estes eram seus microcosmos:

Você nunca teve curiosidade, hein, Mundoca? Por você eles continuavam aí em fileira na parede, que debochassem à vontade, que gritassem na minha cara: Luiza, não tem vergonha desse passado? Como poderia ter vergonha, Mundoca? Nunca conheci outra vida, tudo foi se ajeitando normalmente, acontecendo, acontecendo. Tudo parecia natural pra mim, não era de pensar muito. Talvez me envergonhasse se tivesse deixado o cais, o rio, deixado minha mãe, Jessé, e fosse hoje uma senhora de respeito e endinheirada. (BRASIL, 2012, p. 44)

E embora muitas vezes associada à vulnerabilidade social, essa prática também pode ser entendida como um ato deliberado, capaz de proporcionar maior liberdade pessoal e autonomia afetiva e financeira para quem a adota. Não se deve restringir a explicação desse fenômeno apenas aos contextos de desigualdade: em certos casos, envolve também a busca por experiências que ampliem o controle sobre aspectos econômicos, relacionais e íntimos da existência feminina. Comparada a uma enfermidade que necessita ser extirpada, essa prática, cercada de preconceitos e atribuída a ambientes degradantes, é frequentemente vista como elemento a ser erradicado, carregando consigo imagens de contaminação e degradação moral.

No entanto, a figura da mulher que desafia os padrões sociais, rompendo com os preceitos da decência e com as convenções sobre comportamento feminino, foi, ao longo da história, associada à ideia de liberdade sexual e afronta aos costumes, já que, segundo Bordieu (2016, p. 35):

A hierarquia fundamental da ordem social e ordem cósmica, e realizada na casa, lugar da natureza cultivada, da dominação legítima do princípio masculino sobre o princípio feminino, simbolizada na supremacia da viga mestra (asalas alemmas) sobre o pilar vertical (thigedjith), forquilha feminina aberta para o céu (BORDIEU, 2016, p. 35).

Neste modo, em oposição ao ideal de pureza e discrição, a cortesã encarna um papel central nos espaços reservados a práticas íntimas e sigilosas, sendo presença emblemática nas representações simbólicas desses ambientes. Sua reputação, concebida como transgressora e desprovida de reservas morais, cristalizou-se como modelo oposto àquela mulher submissa, de conduta exemplar, valorizada pelos códigos tradicionais de honra.

Nesse espaço onde a circulação de corpos é intensa e os encontros íntimos ocorrem de maneira veloz, a mulher que vive do comércio sexual precisa manter constante o fluxo de atendimentos para não ser privada de recursos financeiros. As camadas abastadas nutriam verdadeiro temor diante da atmosfera impregnada de excesso, desordem e pulsão, própria dos recantos mais empobrecidos e afastados, onde o prazer se torna mercadoria vulgarizada.

O cenário das margens, especialmente às proximidades do cais de Parnaíba, revelava-se permeado pela exclusão, pelas práticas informais de sobrevivência e pela precariedade. Ali, marinheiros, cortadores de carnaúba e trabalhadores braçais constituíam a clientela habitual, interagindo com um ambiente associado frequentemente à brutalidade instintiva, à entrega sem freios e ao hedonismo exacerbado. Esses perfis eram recorrentes nas zonas populares de prostituição, caracterizadas por sua simplicidade crua, pela indigência e pela convivência constante com o estigma social. Esse frenesi da beira do rio Igaraçu é bem demonstrado nas intelecções de Raimundo Souza Lima, que relata que:

A população da beira do Rio estava sempre presente às chegadas dos lima, atenta às manobras de atração e ao palavreado pitoresco da tripulação de gente moça, alegre e façanhuda. Eram homens fortes e rudes, afeitos ao sol e à chuva que lhes curtia a pele lustrosa e tostada, enrijecendo-lhe os músculos separados e as mãos com força de manopla pelo manejo da vara de ponta ferrada e do cabo grosso de manilha (LIMA, 1988, p.27)

Assim, a coexistência entre cidade e cais evidencia contrastes estruturais e sensoriais, evidenciado no seguinte trecho do romance: “(...) nada mudava, todos sabiam e aceitavam, a vida era aquela, botar os passos no rumo e pronto. Eles nasceram na cidade pra dar esmolas, eles nasceram no cais pra receber” (BRASIL, 2012, p. 41-52). Nesse contexto espacial, enquanto a cidade tende ao desenvolvimento, o desnível social aumenta vertiginosamente: “(...) lá [no centro] é onde moram os ricos, lá é onde há emprego, um hospital. Lá vivem os que dão esmolas” (BRASIL, 2012, p. 80).

Dessa forma, na obra *Beira Rio Beira Vida*, o espaço do cais não se limita a ser um cenário de exclusão e pobreza: torna-se também um local onde se observa, à distância, aquilo que nunca se possuiu. A travessia da existência, assim como as águas que seguem seu curso, passa por ali, mas sem permitir que se experencie plenamente a vida naquele espaço.

As raras intersecções entre o viver e o cais, simbolizadas pelas gestações das mulheres que sobrevivem da prostituição, representam o modesto fragmento reservado aos que permanecem junto ao rio, suspensos entre a permanência e a ausência, em um ciclo repetitivo e ancestral, que apenas se justifica pelas forças invisíveis responsáveis por conservar tudo imutável. Assim, preceitua Renato Castelo Branco o espaço do cais, que se situava:

Em frente à cidade fica o rio, onde ele termina com seu cais de pedra, bem alto, e uma fileira de grandes armazéns de propriedade dos grandes exportadores. O cais era pitoresco e movimento, cheio de enormes barcaças, ora descarregando as mercadorias que vinham do interior, ora recarregando as para o transporte até Tutóia ou Amarração, os portos marítimos por onde processavam as exportações do Estado. Subindo ou descendo o rio, passavam constantemente os “gaiolas”, rebocadores de todos os tipos, grandes e pequenos, arrastando atrás de si uma procissão de barcas, lotadas ao máximo, as águas do rio lambendo as bordas da coxia (CASTELO BRANCO, 1981, p. 19).

E é em meio a esse frenesi social que emerge a instituição do cabaré. Mais do que um simples ambiente destinado ao entretenimento sensorial, o cabaré configura-se como um território simbólico, onde se entrelaçam emoções contrastantes como felicidade, aflição e melancolia. Enquanto elemento pertencente ao processo histórico, ele representa não apenas um local de busca por prazer carnal, mas, principalmente, um ponto de convergência de afetos intensos e contraditórios, condensando vivências e subjetividades diversas.

Nas urbes em transição para grandes centros urbanos, a atividade sexual mercantilizada adquiria uma função considerada disciplinadora. Enquanto os rapazes eram conduzidos pelos pais na orientação íntima, as moças eram protegidas pelas mães, que zelavam por sua pureza até o matrimônio. No poema “O antropófago”, presente no Almanaque da Parnaíba, encontra-se o seguinte trecho citando o “colóquio”, conversas entre os namorados que eram vigiados a todo instante pelos pais da moça, para impedir “excentricidades”, bem comuns na sociedade parnaibana:

Dona Lôla não podia
Com sua filha e o Conrado,
Em colóquios noite e dia,
No terraço do sobrado.
Certa vez, na escadaria,
Viu o rapaz excitado,
Beijando a Rosa Maria,
Então fala ao namorado:
- Babando a menina inteira?!

Que diabo! ... Tará pensando
 Que ela seja escarradeira?
 Fosse noivo, triste sina!
 Se nós não tivesse oiando,
 Engulia esta menina! ...

(ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1943, p. 31)

Desta forma, nesses espaços de encontros noturnos, considerados ideais para o início das experiências eróticas masculinas, os jovens descobriam as práticas do desejo. Já por outro lado, esses ambientes eram rejeitados como locais de iniciação para mulheres, pois sua entrada nesse universo só era socialmente permitida após o casamento.

E até mesmo para as moças casadas donas de bordeis, embora inseridas em um contexto de permissividade e dissolução moral, a honra feminina ainda era comprometida ao manter vínculos afetivos extraconjugais, provocando julgamento social severo. Já que, comumente, embora fosse comum que os homens que visitavam aquele ambiente acabassem se unindo amorosamente às mulheres que ali trabalhavam, uma vez formalizada a união, elas se afastavam definitivamente daquele contexto, deixando para trás a antiga vida. Esse tipo de envolvimento afetivo ocorria de maneira recorrente, levando a vínculos matrimoniais, mas jamais as companheiras permaneciam naquele espaço.

Nesse universo, a expansão das atividades portuárias em Parnaíba favorecia a emergência da exploração sexual como forma de empreendimento, funcionando como um polo atrativo vinculado à precariedade das condições de lazer local. Naquele contexto, a prostituição consolidava-se como um setor lucrativo, conduzido por mulheres que atuavam como empresárias de si mesmas. Não se deve ignorar que o sexo tarifado constituía um arranjo econômico, estruturado como qualquer outro tipo de comércio. Dessa maneira, a cidade passou a abrigar um circuito específico dedicado à venda de serviços íntimos, evidenciando o empobrecimento da coletividade envolvida.

Os estabelecimentos destinados ao entretenimento noturno espalhavam-se praticamente por toda a extensão da área portuária, conferindo à cidade de Parnaíba uma configuração marcada pela busca hedonista. Dessa forma, delineava-se uma “cartografia dos desejos”, determinada pela ocupação intensa e contínua dos espaços à beira-rio. Carlos Araken bem descreve esses espaços em seu livro que narra um pouco de suas peripécias na cidade de Parnaíba:

Em nossos encontros noturnos, depois de um bom papo, os mais cautelosos iam dormir; os mais afoitos desciam para a zona, local onde ficavam os cabarés. Havia muitos e para todos os gostos. Conheci pessoas admiráveis, frequentando esses lugares. Verdadeiras Damas como D. Santa, brincalhonas como D. Lulu e D. Madalena. Elas geriam com classe e competência o negócio que lhes tocara, e que era uma empresa como outra qualquer. Guardo a figura de D. Hermínia, matrona muito limpa muito cheirosa, respeitadora e muito acatada por todos. Conjugado ao seu ambiente mantinha um restaurante, que servia a melhor galinha da cidade. Mais das vezes íamos lá pra comer e soltar dois dedos de prosa. Ela com suas meninas nos dava uma acolhida cordial. Muitos conselhos sábios às vezes nos eram ministrados. Claro que no fundo haviam os cômodos destinados aos encontros amorosos. Mas o lugar em si estava mais para restaurante, com suas mesas de toalhas quadriculadas ao longo do salão, meia luz e um som brega na eletrola. Jogávamos conversa fora durante horas, e saíamos de lá bem mais leves, inteiros, cômicos de nossa situação de homens, num mundo machista, onde usar calças era um privilégio. Mas sabíamos que, logo, outros tempos estariam chegando, e com eles, uma mudança profunda em nossos costumes e nas regras do jogo, realmente surpreendentes. (ARAKEN, 1988, p. 54)

Desta forma, nas bordas do Igarapé, intensificaram-se as trocas comerciais internacionais, o que impulsionou também outra mercadoria: o prazer carnal. Nesse ambiente de negociações dinâmicas e rotinas descomplicadas, a circulação de corpos tornou-se uma prática constante. Assim, a existência vibrante e movimentada da região acabava refletida no oferecimento da sexualidade como um produto inserido nesse cenário econômico em plena efervescência.

Figura 22 – O cais de Parnaíba, cenário evidenciado da “sina do cais”, em meados da década de 1940.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

E assim, o cais é marcado por sua sina, pois os modos de viver, as práticas culturais e as tradições compartilhadas entre indivíduos que frequentam um espaço compõem uma manifestação coletiva da sua sociabilidade. Muitas vezes, a maneira como uma localidade passa a ser reconhecida surge de maneira inesperada, porém seu valor simbólico está invariavelmente conectado aos elementos físicos, aos traços distintivos ou às atividades produtivas ali exercidas por quem a ocupa, de modo que seu percurso se entrelaça profundamente com o contexto físico que o abriga.

Outrossim, enquanto alguns buscavam as celebrações e as companhias femininas disponíveis nos salões noturnos, havia também um forte julgamento social dirigido a esse espaço, especialmente por parte dos habitantes locais, que desaprovavam tais práticas. Esse território era dominado por indivíduos de atividades manuais, com formação limitada, alheios aos valores éticos e comportamentais amplamente valorizados pela coletividade parnaibana. Assim, apesar da efervescência festiva, a marginalização e o estigma sobre o local eram constantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenhos tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2021, p. 1).

A citação de Sueli Carneiro resgata uma verdade silenciada por muito tempo: a de que nem todas as mulheres foram protegidas ou reconhecidas pelo mito da fragilidade. Essa constatação nos leva a refletir sobre quais experiências femininas foram legitimadas socialmente e quais foram relegadas à invisibilidade ou à marginalização. E é a partir dessa reflexão que se tornam possíveis as considerações finais desta pesquisa.

No excerto de Carneiro, identificamos uma crítica ferrenha ao mito da fragilidade feminina, que justificou a proteção paternalista masculina ao longo dos

diferentes períodos históricos. Todavia, a autora questiona para quais mulheres esse mito foi evidenciado.

Por outro lado, Sodré (2002) nos traz à baila uma reflexão sobre um olhar de uma mídia fragmentada, que necessita pensar em profundidade as pautas que promovam cidadania de forma mais estruturada, para provocar um olhar mais próximo de contexto geral de violência que as populações mais vulneráveis se encontram:

O conteúdo midiático – tanto na mídia tradicional quanto nas redes ciberculturais, na hipermídia – apresenta-se como um fluxo heterogêneo, senão estilhaço, de dados significativos da existência, mas sempre sob modalidades de discursos afins ou compatíveis como microuniversos de eticidade cotidiana. (SODRÉ, 2002, p.54).

Nesse interim, a pesquisa tem como objetivo principal compreender as dinâmicas socioculturais que moldaram as práticas e representações do espaço, analisando como as experiências individuais e coletivas se entrelaçaram para a construção de uma memória social que, apesar dos processos de marginalização e esquecimento, permanece latente. Busca-se, ainda, investigar as transformações ocorridas no ambiente ao longo do tempo, identificando os fatores econômicos, naturais e culturais que contribuíram para a ressignificação do local, bem como as estratégias sociais que provocaram o silenciamento ou a valorização de determinadas narrativas.

Além disso tem-se em tela a obra “Beiro rio, beira vida” e a cidade de Parnaíba, com as transformações ocorridas na cidade no período que sucede a primeira metade do século XIX, recorte temporal antecedente à escrita do conto e no qual houve o reordenamento das atividades produtivas no território piauiense, que passou a estruturar novas dinâmicas, com vínculos estreitos a esse processo transformador. Essa posição de cidade exportadora assumida por Parnaíba provocou mudanças significativas tanto na estrutura organizacional do espaço urbano quanto na sua composição social.

Transformações profundas remodelaram o arranjo da malha citadina e alteraram a configuração populacional, impulsionadas pela função assumida por Parnaíba como um polo de escoamento de mercadorias para fora do território nacional. Assis Brasil, em *Beira rio beira vida*, oferece ao público uma narrativa que permite vislumbrar um tempo distinto, marcado pela estratificação social na cidade de

Parnaíba. Por meio dessa obra, o leitor é conduzido a conhecer um período histórico onde a sociedade local estava rigidamente dividida em camadas.

Por intermédio de suas figuras ficcionais, o escritor expõe as condições de sobrevivência de mulheres submetidas à pobreza extrema, bem como aos julgamentos morais e sociais. Focalizando as experiências de indivíduos humildes, tanto masculinos quanto femininos, cujas vidas se desenrolam no entorno do cais, ele também discute o processo de transformação urbana que a cidade vivencia naquele período. Além disso, desenvolve análises detalhadas sobre as relações de causa e consequência envolvendo o fenômeno da prostituição.

Ainda, a instalação de um ancoradouro sobre as bordas do Igaráçu foi facilitada pela posição territorial estratégica da cidade, transformando o curso d'água em uma via navegável essencial para renovar o sistema produtivo piauiense. Assim, o estado integrou-se às trocas mercantis globais, impulsionado pela circulação das mercadorias provenientes da exploração de recursos naturais, que fluíam suavemente por esse corredor aquático. A emergência de dois contextos antagônicos — núcleo e periferia — foi impulsionada pela escolha do cais das embarcações como elo estratégico das trocas intensas que aconteciam nas proximidades do curso d'água, uma vez que a urbe se situava às bordas fluviais. Por outro lado, o espaço mais relevante para a convivência pública na localidade é a Praça da Graça, destacando-se no desenho territorial da cidade.

Figura 23 – Praça da Graça com o coreto rodeado de palmeiras imperiais, em meados da década de 1940.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Esse arranjo espacial foi consolidado, sobretudo, pela prosperidade advinda das dinâmicas mercantis que se concentravam no ancoradouro, o que garantiu a solidez da zona central. Já na região do cais, o lucro oriundo das trocas mercantis não alcançava de forma equilibrada todos os setores, criando uma paisagem periférica caracterizada por desigualdades profundas. Assim, esse território foi se consolidando como um espaço atravessado por disparidades econômicas, tensões sociais e impossibilidade de ascensão social, conforme depreende-se a seguir:

Não se lembrava de nada, pois não tinha passado, pois não tinha passado pela vida. Não me lembro, não se lembrava nem da avó, que torturava a menina, nem dos homens que beliscavam sua bunda, nem das pescarias nas malocas do rio, nem de nada. Sua vida era plana, passava pelo cais de manhã e a noite, não como etapas de cada dia, mas como etapas de um caminho repetido, sem começo nem fim. Não ia nem vinha. Ia sempre para o mesmo lugar, ou vinha sempre da mesma porta. Com Mundoca o velho cais teria um fim. (BRASIL, 2012, p. 152-153)

Isto posto, a conformação espacial do entretenimento, tão marcada pelo estigma da periferia, emergia com clareza a partir das evidentes clivagens econômicas. Enquanto isso, indivíduos da zona ribeirinha asseguravam sua subsistência explorando as possibilidades oferecidas pelo fluxo fluvial ou mediante a comercialização de sua mão de obra, numa rotina marcada pela singeleza.

No romance, a representação da mulher que exerce a prostituição está limitada ao espaço do cais, um ambiente marcado pela carência e condições degradantes. Nessa perspectiva, o escritor apresenta uma visão que associa exclusivamente a pobreza e o declínio social como fatores determinantes para essa realidade.

A trajetória fatal das personagens, como a de Cremilda — que morreu embriagada e isolada — revela a maneira como a moral vigente da época é expressa por meio da punição imposta a essas mulheres. A representação da prostituta como vítima, assim como daqueles afetivamente conectados a ela, se desdobra em desfechos tristes, como a morte inevitável de Jessé. Este último não sofre castigo apenas por si mesmo, mas para evitar que Luíza se tornasse uma esposa legítima. Tal quadro reflete uma perspectiva política sobre a prostituição, enxergando-a como uma ameaça a ser eliminada ou reprimida, seja através da morte ou por meio de enfermidades físicas e mentais.

Assim, por outro lado, as principais mudanças no papel feminino da metade de século XX ao início do século XXI envolvem a transição das representações tradicionais de fragilidade e subserviência para uma maior atuação de protagonismo, resistência e reconfiguração de identidades. Inicialmente, o papel da mulher era associado a valores de fragilidade, submissão e dependência, especialmente na perspectiva histórica de exclusão e marginalização social, como evidenciado na análise do mito da fragilidade feminina e suas justificativas paternalistas

Com o tempo, esse cenário foi sendo questionado e transformado, especialmente nas gerações mais recentes, que vêm reinventando o papel feminino por meio de ações de protagonismo, resistência e conquista de espaços sociais, culturais e econômicos. A obra “Beira Rio, Beira Vida” e as narrativas das mulheres parnaibanas ilustram essa transição, onde o movimento de afirmação de si mesma, a participação em diversas esferas e o enfrentamento à marginalização têm sido evidentes.

Assim sendo, a partir das interações culturais e emocionais, o indivíduo molda seu sentimento de pertencimento aos espaços onde atua. O território, longe de ser um mero cenário físico, passa a ser imaginado de forma pessoal e simbólica, construindo-se com base em memórias, sentidos e sensibilidades. Sob esse enfoque, a leitura da narrativa revela-se profunda, pois propõe uma experiência existencial que ultrapassa o visível, associando o crescimento humano à maneira como ele internaliza e ressignifica o ambiente.

A ligação entre o espaço físico e a vivência subjetiva dos personagens é sugerida de maneira simbólica pelo nome da obra, unindo território e existência como se fossem um só corpo. O cais, em sua materialidade, dialoga com a margem do rio, enquanto a vida representada não pode ser dissociada da trajetória construída ali, em meio a vínculos afetivos e sociais. O título do livro, nesse sentido, opera como metáfora que espelha tanto o ambiente quanto os modos de ser que ali se desenvolvem, revelando que o cotidiano e o espaço formam um todo inseparável.

Além disso, a emancipação social e cultural também foi acompanhada pela ampliação do acesso à educação, como no caso do Colégio Nossa Senhora das Graças, que contribuiu para formação de uma consciência mais crítica e autônoma das mulheres, além de promover uma reconfiguração do papel feminino na cidade e na sociedade.

Por isto tudo, a dissertação evidencia essa mudança em um contexto de múltiplas gerações, onde o protagonismo feminino se manifesta desde a resistência às imposições sociais tradicionais até a conquista de direitos e espaços de poder, refletindo uma reinvenção contínua do papel da mulher em Parnaíba ao longo do tempo. Um dos pontos mais sensíveis e, ao mesmo tempo, mais potentes desta pesquisa, desta maneira, é seu compromisso com o direito à memória — àquela memória que resiste ao apagamento, que se levanta contra o silêncio histórico e que se recusa a desaparecer junto com as construções abandonadas e as fachadas corroídas do cais, como bem argumenta o parnaibano Ailton Vasconcelos Ponte, no jornal “Norte do Piauí”, em 1999:

Figura 24 – Artigo de Ailton Vasconcelos sobre o apagamento da história de Parnaíba, em meados da década de 1990.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Figura 25 – Ruínas do espaço do cais, em fotografia atual, mera penumbra do que fora outrora.



Fonte: Arquivo pessoal de Helder Fontenele.

Entretanto, em meio ao concreto desgastado e às casas que desabam sob o peso do esquecimento, pulsa uma história viva, latente, que ainda ecoa no vai e vem das águas do Igaraçu e no sopro quente dos ventos que cortam a margem. Essa pesquisa não apenas recupera essas vozes soterradas pela poeira do tempo, mas as reintegra ao corpo da cidade como parte inseparável de sua identidade.

Cada corpo feminino que resiste à lógica da mercantilização, que enfrenta o julgamento moral e que reivindica sua dignidade, torna-se uma centelha de transformação em meio à vastidão da opressão histórica. A prostituição, frequentemente encarada como um fim, é, na verdade, sintoma de estruturas sociais que moldam destinos como se fossem inevitáveis. No entanto, ao reconhecer a agência discursiva dessas mulheres — antes silenciadas, ocultadas, marginalizadas — esta pesquisa insere uma gota de justiça em um oceano de desigualdades.

“O que eu faço, é uma gota no meio de um oceano. Mas sem ela, o oceano será menor”.

Madre Teresa de Calcutá

E, como lembra Madre Teresa, essa gota importa. Porque cada gesto de escuta, cada linha escrita e cada memória recuperada altera o tamanho do oceano da humanidade. É no reconhecimento da pluralidade das experiências femininas e na valorização dos corpos que ousam existir fora da norma que reside a possibilidade de

um mundo mais justo, onde nenhuma mulher precise mais vender seu corpo para garantir sua sobrevivência, nem pedir permissão para ser dona da sua própria história.

Mas esta pesquisa não se encerra aqui. As histórias, os silenciamentos e as resistências que emergem dos corpos femininos ainda guardam muitos segredos a serem desvelados. O percurso traçado até aqui é apenas o início de um caminho mais amplo, onde outras camadas de sentidos, conflitos e disputas ainda serão exploradas. Afinal, o debate está longe de terminar — e esta investigação continua.

A cada linha escrita, erguem-se alicerces simbólicos que sustentam a permanência dos que ali viveram, trabalharam, sonharam — e foram silenciados. Que estas páginas sirvam como um chão firme sobre o qual novas gerações possam pisar, não apenas para recordar, mas para reconhecer, para sentir e para honrar. Que todo aquele que chegar à Parnaíba leve consigo, no olhar e no coração, o peso e a beleza das vidas vividas à beira do cais — vidas que, enfim, se recusam a desaparecer.

REFERÊNCIAS

ABRUNHOSA, Pedro Machado. **Balada de Gisberta**. Rio de Janeiro, Polygram Music Publishing S.a., 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BEs_fP37INo&list=RDBEs_fP37INo&start_rradi=1>. Acesso em: 30 jan 2025.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Ranulpho Torres Raposo, 1932.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Ranulpho Torres Raposo, 1933.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Ranulpho Torres Raposo, 1938.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Ranulpho Torres Raposo, 1939.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Ranulpho Torres Raposo, 1940.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Ranulpho Torres Raposo, 1941.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Ranulpho Torres Raposo, 1943.

ARAKEN, Carlos. **Estórias de uma cidade muito amada**. Parnaíba: [s. e], 1988.

ASSIS Brasil: um piauiense que transformou a literatura brasileira. Sapiência. Teresina, FAPEPI, n. 11, p. 6-7, mar. 2007.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. [s.l.]: [s.n.], 2023.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet, v.2. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1949.

BENATTI, Antônio Paulo. **O centro e as Margens: Prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)**. Curitiba: aos Quatro Ventos, 1997.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A condição Masculina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016.

BRASIL, Assis. **Beira Rio Beira Vida**. Teresina: Fundação Quixote, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.

BUARQUE, Chico. **Gení e o Zepelim**. Rio de Janeiro: Sony Music, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jWHH4MlyXQQ>>. Acesso em: 12 jul 2025.

BUTLER, Judith. **Inversões sexuais**. In: PASSOS, Izabel C. Friche (org.). Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 91-108.

CABRAL DE MELO NETO, João. **Regionalismo e universalismo na literatura** [entrevista concedida a Marques Gastão]. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 03 maio 1958.

CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. São Paulo: [Editora], 2008. p. 163.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. Selo Negro, São Paulo, 2021.

CARVALHO, M. E. P.; MONTANÉ, A. **Políticas de equidade de gênero na educação superior na Espanha e no Brasil**; Avanços e Limites. Labrys, estudos feministas, julho/dezembro de 2012.

CASTELO BRANCO, Renato Castelo. **Tomei um Ita no Norte: memórias**. São Paulo: LR Editores, 1981.

CAVALCANTI, Valdemar. **Jornal Literário**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CEVASCO, Maria Elisa. **10 lições sobre os estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **As perspectivas dos estudos geográficos**. (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982, p. 11-36.

CORREIA, Israel. [Poema sem título]. **Pintura mural no Bar Boate Estrela do Ponto 4, Rua dos Barqueiros, nº 51, bairro Mendonça Clark (antiga Quarenta), Parnaíba, PI.** [S.d.]. Registrado em imagem reproduzida em: MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. *Uma História das Beiras ou nas Beiras: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940-1960)*. Parnaíba: Sieart, 2013, p. 130.

DALARUN, Jacques. **Olhares de clérigos**. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir). *História das mulheres no ocidente: a média*. Porto: Afrontamento, 1993, 2v.

DALL' AGNOL, Rosangela. **A sexualidade no contexto contemporâneo: Permitida ou reprimida?** PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, v. 4, n. 2, 2003, p. 26-31.

DAVIS, Angela. **O Sentido da Liberdade: e Outros Diálogos Díficeis**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FOGGETTI, Maria Janaina. **Fado e morte na Tetralogia Piauiense: uma estética da miséria humana**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

FOUCAULT, Michel. 1976. **Histoire de la sexualité, la volonté de savoir**. Vol.1, Paris, Gallimard.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1973–1974. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba...cidades-beira: (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo. Ática, 1992.

HOOKS, bell. **Cinema Vivido: Raça, Classe e Sexo nas Telas**. São Paulo: Editora XYZ, 1996.

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. **Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARRAURI, Maite. **Filosofía para profanos**. Valencia, España: Tàndem Edicions. 2000.

LE GOFF, Jacques. História. In: **História e memória**. 2ª ed. Campinas: Edunicamp, 1992. p. 07-165.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Coleção Nova História. Editora Estampa. 1994.

LEITE, Jhonatas Geisteira de Moura. **O Cais Parnaibano em Beira Rio Beira Vida, de Assis Brasil: Um Espaço Híbrido**. In: JORNADA DE ESTUDOS EM LITERATURAS E CULTURAS IBÉRICAS, 4., Teresina, 2010. Anais... Teresina, 2010. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/o-cais-parnaibano-em-beira-rio-beira-vida-de-assis-brasil-um-espaco-hibrido.html>> Acesso em: 15 maio 2025.

LIMA, R. Souza. **Vareiros do rio Parnaíba e outras histórias**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997, p. 27-35.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género**. Revista Tabula Rasa, nº 9, p. 73-101, jul/dez. 2008.

LUSTOSA, Tertuliana. **Educando com o cu**. Periódicus, Salvador, n. 19, v. 2, jul.-dez. 2023. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades.

MÁXIMO, Irisneide. **Desejo, prazer e dor: Faces da prostituição feminina em Floriano-PI entre as décadas de 1930 e 1970**. 142 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil, UFPI, Teresina, 2019.

McCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest**. New York: Routledge, 1995.

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto história. São Paulo., n. 10, dez. 1993.

NUNES, Arthur Vinicius Anoroço. **LING**. – Est. e Pesq., Catalão-GO, v. 23, n. 2, p. 151-163, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, Livia de. **O sentido de lugar**. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. Qual o espaço do lugar?: Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 3-16.

PARK, Robert Ezra. **A Cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: O Fenômeno Urbano. VELHO, Otávio Guilherme Velho (org). Rio de Janeiro: ZAHAR, 1967.

PASSOS, Caio. **Cada rua sua história**. Parnaíba: IOCE, 1982.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Ana M. S. Corrêa. Prefácio: Carla Pinski. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINSK, Carla Bassanezi. **Era dos modelos rígidos**. In: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo: (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RESENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos: Histórias da Cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997. p. 108.

RICHARDS, Jeffrey. Capítulo: Prostitutas, páginas 121 – 135. In: RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média** / Jeffrey Richards; tradução: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ROSSIAUD, Jacques: **A Prostituição na Idade Média**; tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALERNO, Laura Perreto; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Discursos para o feminino em páginas da revista Querida (1958-1968): aproximações**. Editora UFPR: Curitiba, n. 40, abr./jun. 2011.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Pádua. **À munguba do amor enoitecido**. In: MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. *Uma História das Beiras ou nas Beiras: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940-1960)*. Parnaíba: Sieart, 2013. p. 132-133.

SCOTT, J. (1995). **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade, 20(2), 71-99.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência urbana no Brasil urbano**. In: PRIORE, Mary Del; PINSKI, Carla Bassanezi (Orgs.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. **1968 - Almanack da Parnahyba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie em Parnaíba - Piauí (1924 - 1941)**. 201 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

SOUZA, P. M. **Entre história e ficção: a Parnaíba de —Beira rio beira vida**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16. Rio de Janeiro, 2014. Anais... Rio de Janeiro, 2014. Disponível em http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1395444233_ARQUIVO_A_npuhri_o.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

SPIVAK, Gayatri Charkravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TÁCITO, Hilário. **Madame Pommery**. São Paulo: Ática, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 2013.

VARAZZE, Jacopo. **Legenda Áurea: vida de santos**. São Palo: Companhia das Letras, 2003.

VASCONCELLOS, Tânia de. **Reflexões sobre infância e cultura**. Niterói: EDUFF, 2008.

VAZ, Aneliza de Brito. **Um lugar chamado Munguba**. In: NASCIMENTO, Francisco de Sousa et al. (Orgs.) Fragmentos históricos: experiências de pesquisa no Piauí. Parnaíba: Sieart, 2005. v. 1.

VERDON, Jean. **Os bordeis, casas das mais toleradas**. In: LACERDA, Rodrigo (organizador). São Paulo: Duetto Editorial, 2008. (Coleção deuses da mitologia; v.6). Revista Arquivos história viva 3, nº3. Páginas: 16-21.

WALLACE, Michele et al. **Imagens negativas: para uma crítica cultural feminista negra**. Estudos Feministas, 1994, vol. 2, nº 3, p. 65-92.